



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

KAUÊ BARRETO DA CONCEIÇÃO

O MATERIALISMO AFRO-ASIÁTICO DE AMÍLCAR CABRAL

FORTALEZA

2023

KAUÊ BARRETO DA CONCEIÇÃO

O MATERIALISMO AFRO-ASIÁTICO DE AMÍLCAR CABRAL

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de Concentração: Cultura, Política e Conflitos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B263m Barreto, Kauê.

O materialismo afro-asiático de Amílcar Cabral / Kauê Barreto. – 2023.
127 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, , Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

1. Amílcar Cabral. 2. Materialismo. 3. Neocolonialismo. I. Título.

CDD

KAUÊ BARRETO DA CONCEIÇÃO

O MATERIALISMO AFRO-ASIÁTICO DE AMÍLCAR CABRAL

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de Concentração: Cultura, Política e Conflitos Sociais.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Igor Monteiro Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Edemilson Cruz Santana Junior

Universidade Federal do Ceará (UFC)

À Gabriela Colares (Boris), com amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa que me permitiu dois anos de dedicação exclusiva a esta pesquisa e uma formação acadêmica de qualidade.

Agradeço ao meu orientador, Leonardo Sá, pelo conhecimento compartilhado, pela paciência e compromisso com a minha formação.

Agradeço aos companheiros/amigos do Ceará Natan, Isabela e Sindy por deixar a vida mais leve ao longo dessa dura jornada que a humanidade em geral passou ao longo da pandemia da Covid-19. E aos amigos do Rio de Janeiro Paulo Blengini, Natália Ribeiro, Paulo Henrique, Diogo, Wagner, Manoel e Maurício pela sólida amizade ao longo de tantos anos.

Agradeço também a secretária e a coordenação do PPGS - UFC, por toda ajuda prestada nessa reta final do mestrado. Esta ajuda foi fundamental.

Agradeço especialmente à Gabriela Colares, à minha filha, Cecília Barreto e à Verônica Pires, sem as quais eu não teria chegado até aqui.

Agradeço também aos membros da banca pelo interesse e disponibilidade.

Gostaria de acrescentar um último agradecimento à Bruno Alves dos Santos (*in memoriam*), amigo e revolucionário cuja vida foi ceifada cedo demais.

Tem que acreditar. Desde cedo a mãe da gente fala assim: “filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor.” Aí passado alguns anos eu pensei: como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses ... por tudo que aconteceu? Duas vezes melhor como? Ou melhora ou ser o melhor ou o pior de uma vez. E sempre foi assim. Você vai escolher o que tiver mais perto de você, o que tiver dentro da sua realidade. Você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí? Acorda pra vida rapaz. (RACIONAIS MC's, 2002)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o desenvolvimento do pensamento de Amílcar Cabral (1924 - 1973) à frente do PAIGC (Partido Africano de Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde) em contexto de luta contra o neocolonialismo português. A compreensão da forma de funcionamento do regime de Salazar como dimensão geral da dominação se faz necessária por se interconectar com as novas contradições dela surgidas para a realidade particular dos territórios de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Para analisar o modelo neo colonialista português a fim de compreender os impactos desta específica forma em suas colônias, foi utilizado como recurso teórico-metodológico o conceito de *bloco no poder* (POULANTZAS, 2019) e as categorias a partir dele desenvolvidas para pensar o Estado lusitano que tornou possível o regime e sua durabilidade. Esta análise geral precedente cumpre o objetivo para serem compreendidas a posteriori, a construção do materialismo de Amílcar Cabral como parte integrada a essa processualidade histórico-sociológica, bem como apontar o núcleo racional do referencial teórico que permitiu de maneira criativa e original a sua aplicação prática. O presente trabalho procura examinar ainda a hipótese de que após o massacre de Pidjiguiti (1959), a formação teórica de Amílcar Cabral absorveu novos elementos, especialmente a partir das contribuições de Mao Tse-Tung (2007). Procurando ratificá-la, também serão utilizados como ferramentas teórico-metodológicas conceitos e categorias desenvolvidos por Louis Althusser (1979), Samir Amin (2021) e Kwame N' Krumah (1977) que do mesmo modo integraram aos seus pensamentos o instrumental teórico do filósofo chinês. A década de 1960, nesse sentido, deve ser apontada como uma virada qualitativa do pensamento de Amílcar Cabral que o permitiu avançar no terreno da luta de libertação tendo como exitoso resultado a independência das formações sociais de Guiné-Bissau e Cabo Verde. O marxismo em Amílcar Cabral aventa uma outra hipótese: a de que seu pensamento desenvolve-se o permitindo escapar das interpretações eurocêntricas, o inscrevendo em um modelo de materialismo afro-asiático. Esta hipótese será analisada com apoio do recurso de fontes primárias disponibilizadas pela Fundação Mário Soares (Casa Comum) e outros portais virtuais.

Palavras-chave: Amílcar Cabral; materialismo; neocolonialismo.

ABSTRACT

This work aims to analyze the development of Amílcar Cabral's (1924 - 1973) thought at the head of the PAIGC (African Independence Party of Guinea-Bissau and Cape Verde) in the context of the struggle against Portuguese neocolonialism. Understanding the way in which Salazar's regime operated as a general dimension of domination is necessary because it is interconnected with the new contradictions arising from it for the particular reality of the territories of Guinea-Bissau and Cape Verde. To analyze the Portuguese neo-colonial model in order to understand the impacts of this specific form on its colonies, the concept of power bloc was used as a theoretical-methodological resource (POULANTZAS, 2019) and the categories developed from it to think about the Lusitanian State that made possible the regime and its durability. This preceding general analysis fulfills the objective of being understood a posteriori, the construction of Amílcar Cabral's materialism as an integrated part of this historical-sociological process, as well as pointing out the rational core of the theoretical framework that allowed its practical application in a creative and original way. . The present work also seeks to examine the hypothesis that after the Pidjiguiti massacre (1959), Amílcar Cabral's theoretical training absorbed new elements, especially from the contributions of Mao Tse-Tung (2007). Seeking to ratify it, concepts and categories developed by Louis Althusser (1979), Samir Amin (2021) and Kwame N' Krumah (1977) will also be used as theoretical-methodological tools, who likewise integrated the philosopher's theoretical instruments into their thoughts. Chinese. The 1960s, in this sense, should be seen as a qualitative turning point in Amílcar Cabral's thinking, which allowed him to advance in the field of the liberation struggle, with the successful result of the independence of the social formations of Guinea-Bissau and Cape Verde. Marxism in Amílcar Cabral suggests another hypothesis: that his thought develops allowing him to escape from Eurocentric interpretations, inscribing him in a model of Afro-Asian materialism. This hypothesis will be analyzed with the support of the resource of primary sources made available by the Mário Soares Foundation (Casa Comum) and other virtual portals.

Keywords: Amílcar Cabral; materialism; neocolonialism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Amílcar Cabral com combatentes formados na academia militar de Nanquim, na China Popular.....	100
Figura 2 – Amílcar Cabral discursando no IX Congresso Comunista.....	101
Figura 3 – Quadros do PAIGC recebidos por Mao Tsé-Tung na China.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
MAC	Movimento Anti-Colonialista
MPC	Modo de Produção Capitalista
MPLA	Movimento Pela Libertação de Angola
OLAS	Organização de Solidariedade Latino-Americana
ONU	Organizações das Nações Unidas
OSPAA	Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia e África
OSPAAL	Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização de Unidade Africana
PAIGC	Partido Africano de Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde
PCCh	Partido Comunista da China
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PIDE	Polícia Internacional Do Estado
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
<u>PRIMEIRA PARTE</u>	
A ESTRUTURA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS SOB A DINÂMICA DO CAPITAL MONOPOLISTA.....	19
CAPÍTULO I – AMÍLCAR CABRAL DIANTE DO NEOCOLONIALISMO PORTUGUÊS.....	20
1.1 O tempo do imperialismo, o colosso de papel.....	23
1.2 A forma do domínio neocolonialista português: antecedentes sociohistóricos e base econômica.....	29
1.3 Desequilíbrio hegemônico no regime agrário-exportador lusitano: a coerção externa.....	36
1.4 Origens do neocolonialismo e a barbárie como seu corolário.....	42
CAPÍTULO II – O ESTADO NOVO PORTUGUÊS E O BLOCO NO PODER: PERIODIZAÇÃO, HEGEMONIA, CLASSE REINANTE E CLASSE-APOIO.....	47
2.1 O culto de Fátima: a Igreja Católica como instituição ideológica de Salazar.....	51
2.2 A fração hegemônica e o campesinato português como classe-apoio interna.....	56
2.3 A fração hegemônica e a pequena burguesia autóctone como classe-apoio externa.....	57
2.4 O dilema da pequena burguesia autóctone. Sobre o conceito de <i>suicídio de classe</i>	59

SEGUNDA PARTE

O MATERIALISMO DE AMÍLCAR CABRAL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE SUA PRÁTICA TEÓRICA E POLÍTICA.....	64
CAPÍTULO III – A ARMA DA CULTURA: DIÁLOGOS SOBRE IDENTIDADE E LIBERTAÇÃO NACIONAL.....	65
3.1 Sobre os nacionalismos periféricos.....	77
3.2 Cultura: ato de libertação nacional.....	80
CAPÍTULO IV – África em chamas: a guerra de libertação nacional e o materialismo afro-asiático de Amílcar Cabral.....	82
4.1 A vigência do modo de produção tributário nas colônias do tempo monopolista.....	84
4.2 A proximidade de Amílcar Cabral com a experiência chinesa: uma hipótese contra o revisionismo soviético.....	92
4.3 O anticolonialismo de Amílcar Cabral sob a luta de duas linhas.....	94
4.4 Cultura e modo de produção: expressões do materialismo afro-asiático de Amílcar Cabral.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da reflexão sobre a produção teórica de Amílcar Cabral desenvolvida em contexto de luta contra o neocolonialismo português e das contribuições originais que o possibilitou aplicar o instrumental materialista de maneira particular às formações sociais de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Um questionamento que impulsionou a produção deste trabalho foi a hipótese de que o materialismo de Amílcar Cabral o situa em um campo de compreensão da tradição que escapa e ao mesmo tempo supera produções eurocêntricas que deixaram de analisar importantes elementos sobre o fenômeno do neocolonialismo e as formações sociais periféricas ao longo do século XX. O materialismo de Amílcar Cabral, nesse sentido, aponta para um modo de pensar mais dinâmico entre o fator econômico e os fatores político e cultural. Isto o permitiu compreender as formações sociais analisadas e as suas contradições internas e externas de modo mais ampliado, elaborado por uma linha específica no interior da tradição marxista.

Até meados de 2014, quando iniciei meus estudos sobre Frantz Fanon e Amílcar Cabral, havia pouco interesse nas elaborações destes autores em parte considerável das instituições superiores de ensino. *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) de Frantz Fanon recebeu uma edição por iniciativa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que foi ventilada a partir da apreciação do autor dentro do campo epistemológico que surgia, conhecido por estudos pós-coloniais e decoloniais. A edição até bem recentemente mais atualizada da obra *Os Condenados da Terra*, também de Frantz Fanon, datava do ano de 1968.

O aparente desinteresse pela obra de importantes teóricos africanos também se reflete nas obras produzidas por Amílcar Cabral. Apenas alguns de seus escritos foram reunidos em formato PDF sob o título *Unidade e Luta*, recentemente disponibilizado na internet sem qualquer reedição, enquanto a única edição impressa no Brasil intitulada *A arma da Teoria* data do ano de 1980, sendo muito difícil de encontrar. Apenas recentemente foram reunidas também de maneira virtual um vasto material documental sobre a vida e obra de Amílcar Cabral que tratam do contexto de luta de todas as colônias portuguesas contra o neocolonialismo português reunidas pela fundação Mário Soares através da plataforma Casa

*Comum*¹.

A retomada com força do pensamento desses autores no Brasil ocorre a partir de um contexto mais interessante para os editoriais do marxismo com a amplitude tomada pela temática sobre identidade. A interpretação do pensamento tanto de Amílcar Cabral e Frantz Fanon apropriado pelos estudos pós-coloniais e decoloniais² ao longo das últimas décadas proporcionou o surgimento de um longo debate reivindicativo de suas teorias por diferentes campos epistemológicos que assumiam diferentes interpretações.

Diante de tais circunstâncias, o marxismo hegemônico deslocado da práxis, cujo fundamento ao nível político é a transformação da realidade social, mobilizou o uso intelectual destes teóricos como um “método” científico legítimo de compreensão da realidade. Ora, Marx diria que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo, o que importa é transformá-lo”³. Esse incômodo trazido por novas epistemologias como parte do movimento constitutivo próprio da contradição do real, mas também pelo advento da fragmentação no interior das ciências críticas com o avanço dos ideais liberais, são aspectos que caracterizam esse novo tempo do mundo. Essa característica obrigou a posição que o marxismo hegemônico experimentara, a realizar mudanças significativas diante do trato com os teóricos marxistas pretos africanos e de outras realidades periféricas cujas contribuições permanecem incompreendidas sobre o conteúdo e a aplicabilidade política de seus pensamentos.

Com a contribuição documental que veio recentemente à público sobre a experiência das lutas de libertação de Guiné-Bissau e Cabo verde, procuraremos

¹ A plataforma Casa Comum disponibiliza a reprodução e descrição de documentos custodiados pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso, assim como de documentação existente em outros arquivos, organizações e instituições parceiras que integram o projeto. Pretende-se dar acesso centralizado a catálogos e outros instrumentos de descrição de fundos e coleções, permitindo a pesquisa simultânea de documentos de diferentes proveniências e potenciando a descoberta de complementaridades e relações entre eles.

² Não é objetivo deste trabalho estabelecer críticas a outras tradições epistemológicas acerca da utilização das ferramentas desenvolvidas por Amílcar Cabral e outros autores marxistas, na medida em que de maneira legítima também derivam delas o núcleo racional para o desenvolvimento de análises e aportes importantes até mesmo no interior do marxismo.

³ Essa conhecida sentença de Marx nas *Teses Sobre Feuerbach* aqui explorada tem por finalidade demonstrar que para além de uma existência legítima do *materialismo dialético*, ou ainda, de uma filosofia materialista, em última instância, sem uma prática revolucionária, ela acaba se tornando apenas mais uma filosofia interpretativista como qualquer outra. Se concebemos a teoria como uma práxis, a saber, ela só pode ser revolucionária se em sua composição se apresentar igualmente enquanto tal.

desenvolver a hipótese de que Amílcar Cabral não estava política e ideologicamente alinhado ao social imperialismo soviético, tampouco às vertentes estritamente culturalistas do pan-africanismo como procuram atestar algumas interpretações. Para esta análise, a prática e teoria de Amílcar Cabral serão situadas no tempo e espaço histórico em que ocorreram as lutas de libertação anti-imperialista e anticolonialista no continente africano, investigando os antecedentes que proporcionaram o surgimento da forma de regime vigente de Portugal à época, na medida em que o desenvolvimento de seu pensamento possui uma conexão inescapável com o chamado neocolonialismo.

O pensamento de Amílcar Cabral no interior do marxismo “ocidental” até recentemente foi, em minha avaliação, eivado de deformações que não se limitam ao desserviço para o entendimento histórico-sociológico da luta anticolonial em África de uma maneira geral, mas atestam para incompreensões do pensamento do autor que obscurecem suas importantes contribuições para o marxismo em geral. Nesse sentido, a retomada da análise do arcabouço teórico de Cabral tem por objetivo contribuir para o preenchimento das lacunas ainda abertas sobre a amplitude do seu materialismo.

Colocamos a categoria classe como elemento central a ser trabalhado porque, sendo ela também uma forma de identidade, mobiliza de maneira abrangente as demais identidades no interior do antagonismo entre classes dominantes e massas populares – trabalhadores e camponeses. A existência do imperialismo como forma de dominação econômica e política sobre outros territórios foi determinante para Amílcar Cabral analisar como a conformação de uma pequena burguesia nativa definida a partir de grupos étnicos específicos consolidou uma estrutura de poder hierarquizada pelo privilégio de classe e pelo racismo imputado do exterior para o interior.

A luta de Amílcar Cabral, nesse sentido, possui uma dimensão profundamente antirracista quando, ao unificar sob a mesma bandeira os diferentes povos historicamente em conflito, cada qual com sua formação sociocultural específica, reuniu a força necessária para combater o inimigo racista em comum. Qual seja: o imperialismo e o neocolonialismo português que criava e alimentava tais conflitos.

Para Louis Althusser, a teoria é “uma forma específica da prática,

pertencendo, também ela, à unidade complexa da ‘prática social’ de uma sociedade humana determinada” (ALTHUSSER, 1979, p.144). A partir da concepção do autor de naturalidade argelina será possível demonstrar também como o desenvolvimento do pensamento materialista de Cabral revela não apenas uma correta prática revolucionária, como também estava alinhado a compreensão de outros importantes teóricos como Kwame N’Krumah e Frantz Fanon para o projeto de emancipação dos povos do continente africano.

O desvelamento da teoria do autor guineense não é meramente pontual. Se o dito popular afirma que “são as pequenas coisas que importam mais”, o resgate dos eventos histórico-sociológicos e a mobilização conceitual que o revolucionário faz ao longo de sua trajetória política demonstra que não se trata apenas de “colocar os pingos nos is” como se fossem meros anátemas de detalhes, mas revelam os elementos mais fundamentais da estrutura do seu pensamento que até então foi pouco debatido. Esse resgate surge inicialmente como necessidade de crítica ao revisionismo histórico amplamente desenvolvido por um espectro político-partidário que ganha força com o período de Nikita Krushev⁴ à frente do PCUS e a conversão da URSS em social-imperialismo durante a guerra fria no pós segunda Guerra Mundial.

Parte considerável da produção intelectual deixou de incorporar desenvolvimentos teóricos fundamentais produzidos pelos intelectuais revolucionários africanos ao longo da segunda metade do século XX. Teóricos que ressurgem atualmente também como necessidade de fazer frente ao avanço do multiculturalismo em sua manifestação abertamente mais liberal que se propõe a solapar a determinante classe da cena política.

Procuraremos demonstrar ainda que a crítica de Amílcar Cabral ao imperialismo continua na ordem do dia dos acontecimentos, como uma teoria de aplicação no interior da luta de classes para o fim dessa forma ainda mais agudizada, de contradição dentro da contradição que caracteriza o modo de produção capitalista na fase monopolista. Nesse sentido, a compreensão leninista de Amílcar Cabral acerca da forma de funcionamento do imperialismo apresenta leis que ainda vigoram em seus aspectos mais essenciais, cujos mecanismos, de seu tempo para o nosso, se é que foram modificados, se limitam apenas à esfera da

⁴ Esse aspecto será melhor elaborado a partir do Capítulo IV do presente trabalho.

aparência fenomênica da forma de produção capitalista e as relações sociais dela oriunda.

Diante deste cenário, o objeto de pesquisa foi pensado tendo como fio condutor a reflexão sobre aspectos da teoria de Amílcar Cabral ainda pouco trabalhados e que o inscreve em uma compreensão do materialismo não apenas influenciada pela experiência chinesa, mas de um contexto histórico e social que foi responsável por conformar elementos fundamentais de seu pensamento. O eixo dessa hipótese reside na análise da compreensão de Amílcar Cabral sobre o conceito de modo de produção e Cultura, bem como o instrumental teórico aplicado para a formação social de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Os indícios iniciais demonstraram que a experiência da luta de libertação nacional sob a direção do PAIGC foi inspirado nas contribuições de Mao Tsé-Tung para uma específica aplicação do materialismo em territórios dominados do continente africano. Além do diálogo com outros debatedores do pensamento de Amílcar Cabral, procuraremos através de fontes primárias e secundárias destacar os elementos que atestam essa hipótese e que situa o pedagogo da revolução⁵ como um dos teóricos mais avançados de todo o período. Um debate que se inscreve no interior da tradição marxista no plano da disputa dos projetos políticos mais candentes da luta de classes na atualidade.

Amílcar Cabral se movimenta para fora tanto do marxismo economicista vulgar e eurocêntrico, quanto para uma compreensão de primazia essencializada da cultura quando afirma, por exemplo, que

A cultura, tal como a história, é necessariamente um fenômeno em expansão, em desenvolvimento. Mais importante ainda é ter em consideração o fato que a característica fundamental da cultura é a sua íntima ligação, de dependência e reciprocidade, com a realidade econômica e social do meio, com o nível das forças produtivas e o modo de produção da sociedade que a cria (CABRAL, 1986, p. 66).

Para colocar o materialismo histórico de Amílcar Cabral em evidência a partir dos debates a serem desenvolvidos, serão utilizados o conceito de *Hegemonia* de Antônio Gramsci, também deslocado para o interior do Estado a partir das disputas entre as frações de classe dominantes para o entendimento mais elevado

⁵ Esse termo foi utilizado por Paulo Freire, a quem foi profundamente influenciado pela prática da teoria desenvolvida por Amílcar Cabral, apesar de não tê-lo conhecido. Também seria o título de um livro em homenagem a Amílcar Cabral que não pode ser desenvolvido, permanecendo inacabado. Paulo Freire dizia ainda que Amílcar Cabral havia feito uma leitura original da realidade africana através de Marx.

da totalidade contraditória entre imperialismo x colônia. Também serão mobilizadas as contribuições de Lenin para a compreensão geral do funcionamento do capital-monopolista e do arcabouço conceitual de Mao Tse-Tung sobre o capitalismo burocrático para demonstrar como ele foi aplicado por Cabral na análise dos países colonizados.

O primeiro capítulo intitulado *Amílcar Cabral diante do neocolonialismo português* aborda a trajetória do teórico guineense da infância até o seu assassinato, que implicou no desenvolvimento de sua teoria a partir de suas experiências tanto no interior das colônias quanto na metrópole colonialista. Serão elencadas ainda as dimensões estruturais das leis de funcionamento do capital-monopolista a partir da obra *Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo* (2011) de Lenin, como uma importante influência no desenvolvimento do pensamento de Amílcar Cabral, mobilizado para refletir sobre a formação social e econômica de Guiné-Bissau e Cabo Verde a partir da relação de dominação de Portugal com suas então colônias. O primeiro capítulo descreve a estrutura geral de funcionamento do capital e a natureza dessa dominação. Desse modo, trata-se de um desenvolvimento metodológico que se movimenta do geral para o particular.

O segundo capítulo intitulado *O Estado Novo português e o bloco no poder: periodização, hegemonia, classe reinante e classe-apoio* procura refletir teoricamente sobre a composição do aparelho estatal português a partir das contribuições de Marx nas leituras de Poulantzas, a fim de descobrir os motivos pelos quais o país se manteve durante mais de quarenta anos sob um regime fascista e como essa experiência da realidade portuguesa, a partir das interconexões gerais do imperialismo, incidiu nas diferentes instâncias da realidade dos povos colonizados. Essa análise mais pormenorizada tem por objetivo compreender a atuação da burguesia agrária como fração hegemônica do bloco no poder, cuja configuração no interior do aparelho de Estado português produziu interferências particulares sobre as formações colonizadas.

No terceiro capítulo intitulado *A arma da cultura: libertação nacional, nacionalismo revolucionário e identidade* a discussão é centrada na interlocução entre Amílcar Cabral, Frantz Fanon e outros autores para demonstrar de que maneira suas obras se conjugaram na compreensão das dimensões subjetivas e objetivas da realidade africana. A discussão baseia-se principalmente sobre o

debate do nacionalismo e da cultura aplicada pelos revolucionários das colônias contra a dominação estrangeira. Ainda que situados espacial e temporalmente em realidades distintas do continente africano, Frantz Fanon e Amílcar Cabral apresentam elementos importantes para além do fator econômico, elencando processos subjetivos que são constituídos a partir de uma dimensão sócio-histórica do colonizado. Essa dimensão ontológica do domínio colonialista apresenta aspectos determinantes que começam a ser superados apenas com a deflagração da luta nacional.

O quarto capítulo, cujo título chama-se *África em chamas: a luta de linhas sobre a posição dos materialistas afro-asiáticos*, serão apresentados os motivos pelos quais o pensamento de Amílcar Cabral pode ser considerado como um materialismo afro-asiático que o afasta das concepções eurocêntricas dominantes. A legitimidade das ideias mobilizadas para a luta empreendida por Cabral é apresentada com análises de outros autores inscritos na mesma vertente da tradição, como é o caso de Samir Amin, Althusser, Eric Wolf, N'krumah entre outros; uma vez que o núcleo racional de importantes conceitos, de maneira direta ou indireta, partiu de desenvolvimentos produzidos por Mao Tsé-Tung e foram integrados ao pensamento dos autores citados.

Para a conclusão, apresento uma síntese dos achados da pesquisa. A manutenção das mesmas leis de dominação imperialista que mantém grande parte do mundo sob o domínio de países rentistas atestam a atualidade do pensamento de Amílcar Cabral para serem compreendidas as bases que somente em última instância é econômica, mas também são culturais, políticas e sociais. Essa totalidade é analisada nos escritos de Amílcar Cabral sob uma ótica mais dinâmica e amplificada, que foge de compreensões que remetem a relação da infra-estrutura e a superestrutura como mero reflexo em que a primeira determina a segunda. Além de analisar essa característica, também serão feitas reflexões acerca das contribuições originais de Amílcar Cabral para o campo da tradição marxista em geral, bem como o entendimento daquilo que chamou de *suicídio de classe*.

PRIMEIRA PARTE

**A ESTRUTURA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS SOB A DINÂMICA DO
CAPITAL MONOPOLISTA**

CAPÍTULO I – AMÍLCAR CABRAL DIANTE DO NEOCOLONIALISMO PORTUGUÊS

“Ir ao combate sem temer. Ousar lutar, ousar vencer!”

Neste capítulo, além de apresentar de maneira expositiva o caminho trilhado por Amílcar Cabral da juventude à maturidade intelectual e política, também serão apresentadas as análises teóricas e histórico-sociológicas que explicam a natureza do capital imperialista para compreender o funcionamento desta contradição universal/geral no tempo histórico trabalhado que permitiu sua reprodução e a específica forma de colonialismo imputada a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Amílcar Lopes Cabral nasceu no dia 12 de Setembro de 1924 em Bafatá, no atual território da Guiné-Bissau. Ainda criança é transferido para Cabo Verde, onde ingressa no Liceu de São Vicente e começa a dar seus primeiros passos nos debates políticos. Nessa época, o pequeno estudante já afirmava uma postura de combate à política assimilacionista do governo colonial português. Por ser um aluno que se destaca, acaba por ganhar uma bolsa de estudos universitários em Portugal.

No ano de 1945 chega à capital do império e dá início aos estudos universitários no Instituto Superior de Agronomia (ISA), onde rapidamente começa a manifestar interesse em se inserir nos debates políticos e culturais que mais eram promovidos na época. Começou então a integrar a Casa dos Estudantes do Império, lugar que passou por uma reformulação cujo nome anterior chamava-se “Casa D’África”. O objetivo do espaço era recepcionar estudantes originários das colônias, com o objetivo de se reconectarem com os valores africanos. No ano de 1951 é criado o “Centro de Estudos Africanos” que sob a bandeira da “reafricanização dos espíritos” culminou como uma das bases de sustentação e ideal das organizações políticas que viriam a ser criadas por esses estudantes.

Ao longo da década de 50 do século XX, Amílcar Cabral desenvolveu trabalhos como investigador pela Estação Agronômica de Lisboa. Na Guiné, inicia seu trabalho de recenseador agrícola e, analisando a realidade local em conjunto com sua prática militante, começa então a ser perseguido e impedido de permanecer no território. Essa prática teve colaboração ativa na construção dos

movimentos nacionalistas em Angola em contexto de estudos agrônômicos sobre a produção de algodão e cana de açúcar.

O ano de 1956 é singular. Amílcar Cabral na companhia de mais 5 de seus companheiros fundou na atual Guiné-Bissau o PAIGC (Partido Africano de Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde). Esse partido se tornou um dos que integraram o MAC (Movimento Anti-Colonialista), que surgiu em Lisboa na clandestinidade.

No dia 3 de agosto do ano de 1959, tendo sido deflagrada uma luta mais aberta de resistência contra o colonialismo português, ocorreu o que ficou conhecido por “Massacre de Pidjiguiti”, na cidade que leva o seu nome. Amílcar Cabral retorna a Bissau no dia 19 de Setembro do mesmo ano e em uma reunião decisiva que mudaria radicalmente os rumos do desenvolvimento da luta, decide priorizar a mobilização das massas camponesas ao invés da dos operários da cidade. Esse ponto tem especial relevância pois será um indicativo da apreensão de outras experiências que foram somadas pelo teórico no desenvolvimento de seu pensamento.

Nos anos seguintes Amílcar Cabral participou de diferentes espaços como a “Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas” (CONCP) no Marrocos, em que chega a presidir o espaço; mas principalmente, apresenta no ano de 1962 diante das Nações Unidas uma contundente análise crítica do colonialismo em defesa de Guiné-Bissau e Cabo Verde. A partir de 23 de Janeiro do ano seguinte, Amílcar Cabral junto ao PAIGC deflagram a luta armada.

Ao longo da luta de libertação Amílcar Cabral participa de diferentes eventos, muitos dos quais em nome de outras organizações em luta contra o colonialismo português como a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e o MPLA (Movimento Pela Libertação de Angola). É o caso da conferência de Roma de Solidariedade para com os Povos das Colônias Portuguesas. Nessas circunstâncias, Amílcar Cabral se encontra com o papa Paulo VI como representante dos demais territórios.

O destaque de Amílcar Cabral pela sua capacidade oratória e liderança notável tem sua consolidação incontestada ao longo dos anos. Em janeiro de 1970 é publicado seu livro que levou o título de “O Poder das Armas”. E em Abril de 1971 o PAIGC através de seu porta voz vai novamente à ONU exigindo que sejam tomadas medidas acerca da violência perpetrada pelo colonialismo português. Ainda como

representante das organizações anticoloniais, participa do encerramento da VIII conferência da Organização de Unidade Africana (OUA), que ocorre na Etiópia, na cidade de Addis-Abeba. Assim, o encerramento de Amílcar Cabral ocorre com as seguintes palavras:

Há pessoas ou combatentes que deseperam, mas os povos nunca deseperam. É necessário confiar nos povos e nós, combatentes da liberdade africana, nós que estamos prontos para morrer e vimos camaradas tombar ao nosso lado, nós não temos qualquer razão para não acreditar no destino da África, na capacidade de qualquer que seja o povo africano de se libertar totalmente do jugo colonial e racista e de tomar em suas mãos o seu destino, como vós próprios o fizestes". (CABRAL, 1980, p. 11)

Participou em outubro do mesmo ano com a presença massiva da imprensa, de uma conferência com sindicalistas britânicos na Câmara dos Comuns, após visitar de maneira constante regiões como Dublin e Helsínquia. No ano seguinte, na Conferência da ONU pela primeira vez realizada em África, convida aqueles presentes a conhecer o PAIGC na Guiné-Bissau. Em julho, na condição de secretário geral do PAIGC, Amílcar Cabral apresentou na UNESCO um trabalho intitulado "Sobre o Papel da Cultura na Luta pela Independência" em reunião acerca das compreensões sobre raça, identidade e dignidade ocorrida em Paris.

Em outubro de 1972, após participar de viagens a diferentes países como China e Japão, Amílcar Cabral se torna o primeiro combatente de um movimento de libertação nacional em África a usar a palavra como observador na VI Comissão da Assembleia da ONU. Sua apresentação é arrebatadora. Por decisão da comissão, a intervenção é reproduzida integralmente nos relatórios da Assembléia. Com isso, Amílcar Cabral é recebido pelo secretário geral da ONU, o Presidente da Assembléia Geral, o presidente do comitê de descolonização e outros membros importantes.

Em 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado na Guiné-Conakry, em circunstâncias ainda desconhecidas. Acredita-se que os mandantes de seu assassinato tenha sido o General Antônio Spínola, à época atual governador colonial da Guiné-Bissau, utilizando-se de agentes do colonialismo de Portugal infiltrados no PAIGC⁶.

⁶ Ver mais em: SERVIÇOS CULTURAIS DO CONSELHO SUPERIOR DA LUTA DO PAIGC. **Amílcar Cabral: O Homem e a sua Obra**. Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral - Iva Cabral, 1973. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04602.130#I2>.

1.1 O tempo do imperialismo, o colosso de papel

A teoria da História em Karl Marx requer a mobilização de um amplo escopo de conceitos e categorias que não podem ser pensados senão conjugados para uma apreensão abrangente da totalidade social, para somente então intervir sobre ela. Estes elementos comportam a análise de uma experiência histórica e sociológica que vai além da compreensão da realidade meramente subordinada às determinações econômicas, naquilo que se convencionou chamar infraestrutura. A leitura interpretativa da teoria de Marx em que se compreende a existência fixa ou ao menos rígida do primado do econômico sobre os demais elementos que compõem a totalidade⁷ levou a elaboração de concepções mecânicas e etapistas no interior da tradição.

Parte considerável do campo socialista no contexto histórico da segunda metade do século XX seguindo o modelo do social-imperialismo soviético abriu margem para que críticos do marxismo ostentasse interpretações – ainda que também distorcidas – negativas acerca da ciência da história do pensador alemão com a vulgarização da sua teoria. O que nos importa, no entanto, é reafirmá-la como uma importante ciência teórica e de atuação sobre a realidade, superando o empirismo econômico sob uma contundente crítica das ciências nascidas no seio do liberalismo, e que ao fazê-lo se movimenta para a essência fenomênica do real, possibilitando a apreensão do conjunto dos elementos que compõem a realidade material.

No primeiro livro *D'o Capital* (2017), o teórico alemão procurou analisar a natureza de funcionamento do modo de produção capitalista⁸ erigido a partir de uma processualidade histórica baseada na necessidade de permanente produção de *valor*, e cuja riqueza aparece em sua expressão até os dias atuais através das mercadorias em circulação. Essa natureza do M.P.C. encontra sua razão de existir através da apropriação privada dos meios de produção pelo capitalista, em que a

⁷ Segundo Poulantzas, “a determinação em última instância da estrutura do todo pelo econômico não significa que o econômico aí detenha sempre o *papel dominante*. Se a unidade que é a estrutura com dominância implica que todo modo de produção possui um nível ou uma instância dominante, o econômico só é de fato determinante na medida em que atribui a tal ou qual instância o papel determinante, ou seja, na medida em que regula o deslocamento de dominância devido à descentralização das instâncias. Assim, Marx nos indica como, no modo de produção feudal, é a ideologia – na sua forma religiosa – que detém o papel dominante, o que é rigorosamente determinado pelo funcionamento do econômico nesse modo”. (POULANTZAS, 2019, p.18).

⁸ Utilizaremos para designar o conceito de Modo de Produção Capitalista a partir daqui a sigla M.P.C.

força de trabalho, também transformada em mercadoria, passa a ser vendida pelos produtores dentro do processo produtivo de outras mercadorias. Nesse sentido, Marx demonstrou que a origem da riqueza capitalista⁹ tem como base a produção de *mais-valor* que ocorre no interior do próprio processo produtivo das mercadorias. A lei do valor aparece como lei geral e absoluta reguladora do M.P.C. (MARX, 2017). Nele, o salário representa a expressão de uma quantidade de trabalho executado pelo produtor, onde parte deste não é pago, acrescentando ao capitalista uma fonte de capital adicional.

Outro aspecto que define o M.P.C. apresentado por Marx trata-se da acumulação acelerada e cada vez mais ampliada dos meios de produção nas mãos dos capitalistas. Essa acumulação se desdobra em um processo de concentração de capitais em dado momento histórico de avanço do desenvolvimento das forças produtivas nas mãos de um número cada vez menor de capitalistas. Processo decorrente da expropriação dos capitalistas menores pelos maiores, proporcionando assim a realização dessa concentração. Esse movimento que surge da luta concorrencial através do barateamento das mercadorias, tem por pressuposto que a circulação é um reflexo do processo produtivo¹⁰. Dessa maneira, “o baixo preço das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores” (MARX, 2017, p. 457).

Para Marx, com o processo de acumulação e concentração crescentes, foi se desenvolvendo e aperfeiçoando também o sistema de créditos, que serviu a princípio para o financiamento de projetos voltados para ampliação da produção e

⁹ Marx enuncia o funcionamento da dinâmica do processo produtivo onde se realiza o mais-valor que caracteriza o M.P.C. O autor demonstra já no primeiro livro *d'o Capital* que a força de trabalho funciona como uma mercadoria singular, especial, uma vez que ela produz valor. Dele, deriva o lucro na esfera privada no interior do processo produtivo através da exploração da força de trabalho como parte não paga do trabalho cujo lucro será absorvido pelo capitalista (MARX, 2017). É importante desfazer um equívoco comum de que Marx compreende a origem de toda riqueza a partir do trabalho. Na obra *Crítica ao Programa de Gotha* (2012), o pensador alemão procurou elucidar as deformações do partido social democrata alemão afirmando que o trabalho não é a fonte de toda riqueza. Segundo ele, a natureza é a fonte dos valores de uso (e em tais valores que consiste na riqueza material), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana (MARX, 2012, p. 19). Marx demonstra que existe uma diferença qualitativa entre as formas de riqueza e a manifestação da riqueza capitalista sob o signo da lei do valor que tem contradições insolúveis, ao mesmo tempo que ofereceu à economia vulgar uma base segura de operações para sua superficialidade, fundada no princípio do culto das aparências (MARX, 2020, p. 743).

¹⁰ Nas mesmas passagens, Marx aponta que o salário pago ao trabalhador deve ser atribuído à exploração da sua força de trabalho no processo produtivo e não ao produto como resultado do seu trabalho, deixando em evidência que o momento da circulação não é responsável pela produção de valor.

por consequência, ampliação do mercado. Este passou a cumprir uma função cada vez mais central ainda na etapa prévia de acumulação:

Abstraindo desse fato, podemos dizer que, com a produção capitalista, constitui-se uma potência inteiramente nova: o sistema de crédito, que em seus primórdios insinua-se sorratamente como modesto auxílio da acumulação e, por meio de fios invisíveis, conduz às mãos de capitalistas individuais e associados, recursos monetários que se encontram dispersos pela superfície da sociedade em massas maiores ou menores, mas logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais (*Ibidem*, p. 457).

Marx demonstrou que reside no M.P.C. uma natureza concentradora e acumuladora que teve seu início ainda na fase concorrencial, dando ênfase para o desdobramento do sistema de crédito que ganhou cada vez mais força na medida em que se expandiram os mercados pelos capitalistas nas diferentes esferas produtivas.

Em *Imperialismo: fase superior do capitalismo (2011)*, Vladimir Lênin procurou analisar a transformação qualitativa do M.P.C. em fins do século XIX sob novas leis tendenciais atuantes na sua dinâmica de funcionamento. Para o autor, a partir deste período histórico as indústrias deixaram de ter o comando do processo produtivo. Se na etapa concorrencial os bancos possuíam um papel intermediário na conversão do capital em criador de lucro, na etapa imperialista, estes, transformados em grandes monopolistas, acabaram por se tornar os novos responsáveis por toda a cadeia produtiva. Com a colaboração dos aportes teóricos de outros estudiosos do imperialismo, Lênin afirma que

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, **na concentração dos bancos**. (LENIN, 2011, p. 138, grifo nosso)

Lenin demonstra que, da mesma maneira que ocorre a concentração de capital pelos grandes industriais em detrimento dos pequenos e médios como já apontado por Marx, a consolidação da fase monopolista é decorrente de um movimento histórico em que essa concentração também ocorre com os grandes bancos em relação aos menores. Dessa forma, “os incluem no ‘seu’ grupo, no seu

‘consórcio’ - segundo o termo técnico - por meio da ‘participação’ no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos, etc., etc.” (LENIN, 2011, p. 140). Esse movimento continua a reproduzir-se até que o resultado seja a monopolização de um pequeno grupo restrito de rentistas sobre os mais variados ramos de produção para o mercado. E é principalmente através do sistema de crédito que não apenas a monopolização dos bancos se realizou, mas a dominação dessa fração sobre o capital industrial e, portanto, o seu domínio sobre toda a economia capitalista.

Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rendibilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc. (*Ibidem*, p. 144).

É a partir do domínio da fração financeira do capital que é erigida uma nova e mais complexa dimensão da sua natureza, de contradição no interior da contradição¹¹, entre a indústria e o mercado financeiro, traduzindo-se em vertiginosa exportação de capitais e concessão de créditos a grandes organismos industriais dos países monopolistas, avançando para as regiões mais distantes na permanente procura por novos mercados e o monopólio destes. Dessa maneira, “o século XX marca, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro” (LENIN, 2011, p. 159).

A partilha do mundo levou à dianteira do processo, segundo Lenin, seis países. Como é possível ver no gráfico a seguir, no período inicial do século XX havia um vasto mercado monopolizado por um punhado de países que dominavam diversas colônias e semi colônias do mundo. É esta nova dinâmica de

¹¹ Para Marx, “O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. (MARX, 1939, p. 942-943)

funcionamento que marca o momento inicial da dominação do capital financeiro sobre o produtivo.

Tabela 1 – Possessões coloniais das grandes potências

PAÍSES	COLÔNIAS				METRÓPOLES		TOTAL	
	1876		1914		1914		1914	
	Km ²	Hab.						
INGLATERRA	22,5	251,9	33,5	393,5	0,3	46,5	33,8	440
RÚSSIA	17	15,9	17,4	33,2	5,4	136,2	22,8	169,4
FRANÇA	0,9	6	10,6	55,5	0,5	39,6	11,1	95,1
ALEMANHA	—	—	2,9	12,3	0,5	64,9	3,4	77,2
EUA	—	—	0,3	9,7	9,4	97	9,7	106,7
JAPÃO	—	—	0,3	19,2	0,4	53	0,7	72,2
TOTAL*	40,4	273,8	65	523,4	16,5	437,2	81,5	960,6
Colônias das outras potências (Bélgica, Holanda, etc.)							9,9	45,3
Semicolônias (Pérsia, China, Turquia)							14,5	361,2
Outros países							28	289,9
Toda a Terra							133,9	1.657
*Para as 6 grandes potências								

Fonte: LENIN, Vladimir. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Centauro editora, p. 79, 2008.

Uma das principais características do imperialismo é a dominação ampliada sobre as regiões ou territórios do globo cujas forças produtivas não avançaram na fase inicial de desenvolvimento do capitalismo com a mesma velocidade que os poucos países monopolistas. O imperialismo atua de maneira incessante para a manutenção da dominação desses territórios¹², concentrando capitais e para isso impedindo a possibilidade do avanço das forças produtivas nas colônias e semi colônias ao menos ao ponto em que esse avanço pudesse levar à superação do estado de dependência econômica em relação aos principais países rentistas. Em suas palavras, Lênin demonstrou que

o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam, ainda que temporariamente, preços monopolistas, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o

¹² “A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo ‘amadureceu excessivamente’ e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação ‘lucrativa’”. (LENIN, 2011, p.182)

progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico (LENIN, 2011, p. 232)

A contenção artificial do avanço econômico nas colônias e semi-colônias é uma determinante na análise de Lênin, acerca da natureza de funcionamento do M.P.C. na fase monopolista. O domínio do capital financeiro sobre o produtivo promoveu a maximização dos lucros via especulação para os grandes monopólios e gerou por consequência uma condição social de gigantescas massas colonizadas sob uma incontornável pauperização. A particularidade do M.P.C. nesta etapa é que a contenção das forças produtivas nas colônias e semi-colônias não ocorre sem antes desenvolvê-las ao ponto de satisfazer as necessidades econômicas dos países monopolistas. Nesse sentido, ocorre o avanço das forças produtivas até certo nível, que a partir de então é travado, impedido de se desenvolver, consolidando uma baixa composição de capital orgânico de forma permanente para tais regiões.

A estrutura colonialista para muitos dos territórios periféricos se materializou a partir da implementação artificial do capital como modelo que estabeleceu novas relações de produção e o avanço das forças produtivas limitadas a determinadas áreas estratégicas. A partir da análise de Lenin sobre o imperialismo e sua aplicação original para a realidade africana, Amílcar Cabral apontou que o principal objetivo dos povos colonizados era a superação dos entraves econômicos nas regiões colonizadas que caracterizavam a forma de dominação do capital monopolista.

Costuma-se dizer que a libertação nacional se fundamenta no direito, comum a todos os povos, de dispor livremente do seu destino e que o objetivo dessa libertação é a obtenção da independência nacional. Embora estejamos de acordo com essa maneira vaga e subjetiva de exprimir uma realidade complexa, preferimos ser objetivos. Para nós, o fundamento da libertação nacional, sejam quais forem as formulações adotadas no plano jurídico internacional, reside no direito inalienável de cada povo a ter a sua própria história: e o objetivo da libertação nacional é a reconquista desse direito usurpado pelo imperialismo, isto é, a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. (CABRAL, 1980, p. 34)

Para a saída do atraso econômico e das condições materiais de existência que reproduzia relações de produção análogas ao modo de produção vigente, Amílcar Cabral considerou que o único caminho viável para a superação da condição de dependência passava pela necessária realização da luta de libertação

nacional¹³.

1.2 A forma do domínio neocolonialista português: antecedentes sociohistóricos e base econômica

A partir das elaborações acerca dos mecanismos de atuação do imperialismo sobre os territórios dominados, Amílcar Cabral chegou à conclusão de que “o neocolonialismo é, acima de tudo, a continuação do domínio econômico imperialista disfarçado de uma direção política autóctone” (CABRAL, 1980, p. 90). Em *Neocolonialismo, Etapa Superior do Imperialismo* (1967), Kwame Nkrumah também mobilizando Lênin para analisar esta etapa do capitalismo nas regiões periféricas, afirmou que “a essência do neocolonialismo é de que o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente e tem todos os adornos de exteriores da soberania internacional”. E conclui demonstrando que “na realidade, seu sistema econômico e portanto seu sistema político é dirigido do exterior” (N’KRUMAH, 1967, p. 6)

A análise dos teóricos africanos sobre o imperialismo como fenômeno particular e que dá nova qualidade ao modo de produção capitalista reitera que seu domínio, ainda que manifestado de diferentes formas – disfarçado ou aberto –, possui regularidades que são aplicáveis a nível global a partir de uma lei geral – lei do valor – e leis tendenciais de funcionamento, e cuja reprodução só é possível pela sua validade nas mais distintas regiões do globo. Desse modo, em *Sociología de una Revolución*, por exemplo, a partir da realidade argelina em contexto de luta de libertação contra o colonialismo francês, Frantz Fanon apontou as mesmas características de seu funcionamento afirmando que “o colonialismo luta por reforçar seu domínio e sua exploração humana e econômica” (FANON, 1976, p. 15). Do continente asiático, passando pelo continente africano até a América Latina, as principais lideranças intelectuais e políticas anticoloniais fariam a mesma afirmativa.

O domínio imperialista ao longo da segunda metade do século XX não se restringiu, evidentemente, a um ou outro território do continente africano. E é essa validação geral da dominação colonialista que levou povos de diferentes continentes a se organizarem para lutar contra o domínio dos países centrais. A realização da

¹³ “Pode-se afirmar que, em qualquer deles, o efeito principal provocado pelo impacto do imperialismo no processo histórico do povo dominado é a paralisia, a estagnação (mesmo, em alguns casos, a regressão) desse processo”. (CABRAL, Amílcar, 1980, p. 32)

OSPAA (Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia e África)¹⁴ em 1957, deve ser entendido como um esforço de elaborações estratégicas primárias que possibilitou a definição de princípios importantes para buscar a conquista da autonomia política dos países que compuseram a organização diante do objetivo em comum. Por outro lado, não deixavam de aparecer contradições oriundas de interesses particulares – de caráter ideológico e político – de cada região ou território. Isso não impediu a organização que surgia de se fortalecer como uma unidade sólida perante a dominação estrangeira e o quadro de dependência econômica ao longo do século XX. Por esta razão, a organização ganhou a alcunha de “movimento dos não alinhados”¹⁵. É nesse contexto, mais especificamente no pós II Guerra Mundial, que surge o PAIGC (Partido Africano de Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde) no ano de 1956 sob a liderança do teórico revolucionário Amílcar Cabral, como mais uma organização política a lutar contra o neocolonialismo português.

A dominação estrangeira pode proceder aplicando diferentes mecanismos. Ela pode criar formas aparentemente mais sutis de dominação, como uma dominação indireta, ou um modelo mais explícito que é caracterizado pela forma direta. O modelo adotado por Portugal para fins de exploração sob a dominação indireta recebeu a alcunha de neocolonialismo. Este modelo foi marcado por uma prática de exploração tão ou mais violenta que as formas que atuavam através de invasões permanentes nos territórios dominados. A escolha pela forma de dominação indireta do regime português implicaria para sua realização, na criação de uma pequena burguesia local privilegiada diante do conjunto das massas pauperizadas¹⁶. Os modelos de dominação foram categorizados por Cabral, também

¹⁴ Esses princípios estabelecidos nas conferências estão relacionados à Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia e África (OSPAA). Evidentemente, essa organização não se constituía de um corpo homogêneo, com ideias absolutamente comuns a serem estruturadas para o avanço do processo das lutas de libertação. Entretanto, sua função, amplamente debatida para os rumos e análise de territórios desses continentes, manteve uma relação sincera de cooperação entre os integrantes, conseguindo lançar as bases políticas que estavam se propondo a consolidar. A partir dela, surgiu em conjunto com a OLAS (Organização de Solidariedade Latino-Americana) a OSPAAAL (Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina. Também conhecida pelo nome Tricontinental.

¹⁵ O termo “movimento dos não alinhados” não deve se limitar a uma interpretação que situe suas organizações em uma posição neutra diante da divisão entre o bloco do social imperialismo soviético e o imperialismo estadunidense. Antes, ela pode ser entendida mais como uma formulação desenvolvida a partir da unidade tática dos integrantes a partir de uma pluralidade ideológica que tinha como finalidade desenvolver seus projetos políticos sem chamar atenção das forças imperialistas.

¹⁶ É importante mencionar que Portugal é um país cujas dimensões territoriais são muito pequenas e a densidade populacional diante de suas colônias é muito inferior. Este aspecto ajuda a compreender

a partir de uma evidente inspiração leninista, com o objetivo de determinar as possíveis estratégias a serem implementadas na luta contra esse domínio. Dessa Maneira,

no que se refere aos efeitos da dominação imperialista sobre a estrutura social e o processo histórico dos nossos povos, convém averiguar em primeiro lugar quais são as formas gerais de dominação, do imperialismo. Elas são pelo menos duas:

1) Dominação direta - por meio de um poder político integrado por agentes estrangeiros ao povo dominado (forças armadas, polícia, agentes da administração e colonos) — à qual se convencionou chamar colonialismo clássico ou colonialismo.

2) Dominação indireta — por meio de um poder político integrado na sua maioria ou na totalidade por agentes nativos — à qual se convencionou chamar neocolonialismo. No primeiro caso, a estrutura social do povo dominado, seja qual for a etapa em que se encontra, pode sofrer os seguintes efeitos:

a) destruição completa, acompanhada em geral da liquidação imediata ou progressiva da população autóctone e conseqüente substituição desta por uma população exótica;

b) destruição parcial, em geral acompanhada da fixação mais ou menos volumosa de uma população exótica;

c) conservação aparente, condicionada pela confinamento da sociedade autóctone a áreas ou reservas próprias e geralmente desprovidas de possibilidades de vida, acompanhada da implantação massiva de uma população exótica. (CABRAL, 1980, p. 32)

A característica fundamental da dominação estrangeira para Amílcar Cabral independente de sua forma de aplicação, permanece em sua essência a mesma, ou seja: com os povos dos territórios colonizados a serem economicamente explorados e violentados pelo domínio estrangeiro. Por isso,

tanto no colonialismo como no neocolonialismo, permanece a característica essencial de dominação imperialista - negação do processo histórico do povo dominado, por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Essa constatação, que identifica, na sua essência, as duas formas aparentes da dominação imperialista, parece nos ser de importância primordial para o pensamento e a ação dos movimentos de libertação nacional, tanto no decorrer da luta como após a conquista da independência. (CABRAL, 1980, p. 33)

A dominação portuguesa no tempo histórico analisado possui um trajeto singular por dois aspectos principais: primeiro pela longevidade, possibilitada pela forma de regime estabelecido. Passado o período monárquico e a curta duração da

em termos práticos a ausência necessária de recursos humanos para atuar nos territórios de além-mar que levou o conjunto das classes dominantes a optar pelo tipo de colonialismo indireto.

Primeira República, a consolidação do regime de Salazar é alavancado em meados de 1926, tendo perdurado por cerca de 41 anos. Segundo, pelo tipo de aplicação das forças coercitivas diante das diferentes formas de resistência dos povos colonizados. A realidade histórica e sócio-econômica de Portugal pode nos trazer alguns esclarecimentos acerca do modo de funcionamento do neocolonialismo.

Mesmo antes da fuga da corte portuguesa para o Brasil, Portugal já não se situava entre as principais economias europeias. A luta concorrencial pela disputa dos mercados especialmente entre França e Inglaterra foi um dos principais fatores que levaram o país lusitano a uma relação ainda maior de subordinação na arena dos tratados comerciais¹⁷, impedindo o país de avançar com transformações na infraestrutura suficientes para fazer frente aos principais países industrializados da Europa. As origens que levaram a esse conjunto de fatores aparecem nos escritos de Lenin quando este afirma que

o exemplo de Portugal mostra-nos uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática, ainda que conservando a independência política. Portugal é um Estado independente, soberano, mas na realidade há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão de Espanha (1701- 1714), que está sob o protetorado da Inglaterra. A Inglaterra defendeu-o, e defendeu as possessões coloniais portuguesas, para reforçar as suas próprias posições na luta contra os seus adversários: a Espanha e a França. A Inglaterra obteve em troca vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colônias, pôde utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos, etc. etc. Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a 'partilha do mundo', passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial. (LÊNIN, 1917, s/p.)

O episódio da invasão Napoleônica e seu desfile em Lisboa foi um dos atos que simbolizaram a permanência da dependência econômica portuguesa como traço determinante, em que foi notória a ausência de força das frações das classes dominantes para realizar as transformações infra estruturais necessárias. Mesmo a experiência setembrista nas décadas de 20-30 do século XIX que consolidou

¹⁷ O Tratado econômico de Methuen de 1703 estabelecia uma relação comercial entre vinhos portugueses e panos ingleses. Esse tratado nos permite observar a posição de Portugal como país com características dependentes desde o século XVIII, sob condições de trocas comerciais desfavoráveis entre produtos de diferente valor agregado. Para Sodré, "segundo o disposto nesse tratado, que sancionava uma situação de fato, na linha daquele firmado em 1654 entre a Inglaterra e Portugal, o mercado metropolitano luso era franqueado aos panos britânicos, como o mercado colonial luso, através da Metrôpole, ao mesmo tempo que o mercado inglês era franqueado aos vinhos que os ingleses fabricavam em Portugal, tudo transportado em navios ingleses e, conseqüentemente, drenando para a Inglaterra o ouro remetido pelo Brasil". (SODRÉ, 1962, p. 142)

pequenas mudanças ao nível jurídico-político, não foi suficiente para mudar as características sociais da realidade portuguesa no âmbito das relações de produção e de maior participação permanente das massas. Na obra *A Revolução dos Cravos* (2014), o historiador Lincoln Secco pontuou que nesse contexto,

o novo governo gozava da confiança da Grã-Bretanha e da França, que nada mais queriam senão expulsar da Península Ibérica as facções ultra-realistas de D. Miguel (Portugal) e D. Carlos (Espanha). Em 1836, a Espanha entrou em ebulição com a revolta dos sargentos da granja, que obrigou sua rainha a prestar juramento à antiga Constituição liberal de 1812. Os portugueses, por seu turno, pediram que a carta outorgada em 1826 fosse substituída pela Constituição de 1822. Num ano de grave crise econômica, os setores liberais mais radicalizados da burguesia transformaram as manifestações populares de Lisboa numa insurreição armada, e, em setembro, o governo caiu. Era o triunfo daquilo que ficou conhecido como 'setembrismo'. Esse movimento foi o primeiro em que as massas populares desempenharam papel preponderante e decisivo. Leia-se: massas urbanas, minoritárias na população. Entretanto, os trabalhadores não agiram nesse movimento como uma força política autônoma, e nem as suas condições materiais de existência o permitiriam. Assim, o 'setembrismo' gerou mudanças políticas e jurídicas, mas não "cumpru qualquer reivindicação de ordem social". (SECCO, 2004, p. 35)

Essa característica singular de Portugal, diria alguns autores *sui generis*, diante dos demais países europeus permaneceu sob um modelo hegemônico imperial que, como era de costume, foi contrário à marcha da história, impedindo a sua passagem para o modelo republicano. Como sucedeu com outros países europeus, a revolução democrático-burguesa em Portugal ganhou ares de inevitabilidade. Assim,

O clímax da rebelião antimonárquica portuguesa foi atingido em 1908 com o regicídio. Depois de abandonado por muitas defecções de políticos importantes, o rei submeteu-se ao ministro João Franco, um verdadeiro ditador do período, em que controlou a economia com mãos de ferro(...)no dia 28 de janeiro de 1908, o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, foram assassinados. Não faltou muito para que um golpe militar derrubasse o sucessor (rei D. Manuel) e implantasse a república em 5 de outubro de 1910, com uma resistência que custou a vida de setenta e seis combatentes. (SECCO, 2014, p. 44-45)

Para Lincoln Secco Portugal era um país atrasado, "mas estreitamente associado aos interesses mais modernos da economia e da política mundiais. Desenvolvimento desigual e combinado, diria um ortodoxo" (SECCO, 2014, p. 45). Entretanto, o autor não explica de maneira razoavelmente detalhada o motivo pelo qual Portugal se inscrevia no circuito mundial do capital com interesses

modernizantes. Para além de uma afirmativa que nada explica¹⁸, é preciso pensar a realidade portuguesa com o devido rigor metodológico que analise os aspectos singular e geral em contexto de vertiginosa expansão dos capitais monopolistas. Desse modo, o que pode explicar a realidade portuguesa parte necessariamente da análise do desenvolvimento desigual e combinado que incide de maneira dinâmica nas determinações superestruturais e econômicas da formação social em questão. Não se trata de mero capricho ou “ortodoxia”. Explicaremos o porquê em linhas gerais.

A maneira tardia com que Portugal fez a sua revolução democrático-burguesa, apenas no início do século XX, foi sintoma de uma hegemonia absolutista que, como vimos, procurou atuar de modo contrário ao próprio desvelamento da processualidade histórica na região, ao mesmo tempo em que as frações de classe dominantes vacilantes não ousavam ou tinham força para tocar novos projetos. Isso impediu o desenvolvimento das indústrias em diferentes ramos ao passo em que o país se manteve como mero fornecedor primário ou de produtos de baixo valor agregado para as principais potências industriais do mundo. Ora, já havia ao menos dois séculos em que o circuito industrial era uma realidade dada em quase toda a Europa, levando a um processo de acumulação de capitais na arena da circulação de mercadorias com alto valor agregado.

Portugal permanecia um país agrário. E o desenvolvimento das forças produtivas, a mudança de uma estrutura econômica e jurídico-política apenas no século XX não permitiria a Portugal se inserir na arena do capital a nível mundial senão em desvantagem. A partir da natureza desigual do desenvolvimento das

¹⁸ Aqui me refiro ao uso pejorativo do autor para o que chama de ortodoxia analítica com base na utilização das ferramentas metodológicas de compreensão da realidade através das categorias de desenvolvimento desigual e combinado. Samir Amin, um reconhecido crítico da economia política de naturalidade egípcia que se inscreve no mesmo campo da tradição teórica do sistema-mundo, possui uma análise das mais avançadas do M.P.C. precisamente por mobilizar as ferramentas rejeitadas por Secco. Sobre elas, Samir Amin afirma que “para compreender o mundo contemporâneo é **indispensável centrar a análise do desenvolvimento desigual e no imperialismo**. Então e só então conseguiremos imaginar uma estratégia de transição “para além do capitalismo”. Este obstáculo é a dificuldade de um rompimento em relação ao sistema mundial, tal como é na realidade. Na realidade, esta dificuldade é ainda maior para as sociedades centrais que para as da periferia. E aí reside em definitivo o sentido do fato imperialista. As sociedades do centro, modeladas em torno do excedente imperialista, tanto na sua composição social como nas vantagens extraídas do seu acesso aos recursos naturais do globo, concebem mal a necessidade de uma reestruturação total. Uma aliança popular anti-imperialista capaz de dar uma guinada é, por isso, mais difícil de constituir. Pelo contrário, nas sociedades da periferia, o rompimento é a condição para o desenvolvimento das forças produtivas capaz de responder às necessidades e exigências expressas pela grande maioria. Esta diferença fundamental explica que, até agora, as brechas no sistema capitalista se tenham registrado, na sua totalidade, a partir da periferia do sistema”.(AMIN, 2021, p.144, grifo nosso)

forças produtivas que no momento inicial de explosão industrial levou à dianteira a Inglaterra como lugar de seu acontecimento, foi um fator central de impossibilidade das transformações profundas na estrutura portuguesa sem que levasse a pesadas interferências econômicas que, ou levaria à uma guerra ainda mais desvantajosa, ou deposição do poder das classes ou frações de classes dominantes. Uma atuação mais orgânica do capital financeiro inexistia no país lusitano. O que havia nesse sentido só era possível mediante a posição política e das trocas desfavoráveis das relações econômicas integradas ao mercado internacional. Longe de uma abordagem determinista, os fatores que explicam as limitações de Portugal estão circunscritas na configuração das classes dominantes no interior do aparelho estatal e sua dependência econômica diante das principais potências industriais. Aspecto que abordaremos de maneira mais detida nas páginas a seguir.

Essa característica singular da história portuguesa atravessará todo o chamado segundo império até o findar do terceiro (1822-1910\1926-1975). As transformações históricas se materializaram com pequenas mudanças de ordem quantitativa. O terceiro império que marca a época da consolidação do regime fascista de Salazar só poderia, portanto, ser de continuidade dessa realidade “atrasada e pouco industrializada, cuja principal produção estava baseada em uma agricultura tradicional resistente à modernização” (RAMPINELLI, 2014, p.121).

O regime de Salazar cujos primeiros passos foram efetivados a partir do golpe de 1926, estabeleceu-se segundo Waldir Rampinelli como a principal razão para a permanência da estrutura econômica agrário-exportadora portuguesa ¹⁹, permitindo assim o seu prolongamento. A durabilidade e relativa estabilidade do Estado Novo tem como base cinco principais fatores internos e externos: Portugal 1) possuía uma economia atrasada, com pouca atividade produtiva, e o que produzia estava atrelada à agricultura tradicional. A precondição necessária da manutenção dessa estrutura era o impedimento de qualquer processo radicalmente modernizante. Para tanto, a solução encontrada para não sucumbir completamente

¹⁹ A curta vida da I República portuguesa foi atravessada por conflitos e reformas que não mudaram a face da estrutura agrário-exportadora de Portugal. Ainda que temporariamente outras frações de classe tenham se tornado reinantes no aparelho do Estado português, estas foram rapidamente suprimidas pelas forças repressivas ligadas à burguesia agrária. Desse modo: “O período que segue, de 1920 a 1926, é uma fase muito agitada da I República, tendo a pequena burguesia o poder em suas mãos 1. Em 28 de maio de 1926, o general Gomes da Costa rebelou-se em Braga, com o apoio das tropas do Norte 2, chegando no mês seguinte a Lisboa e instaurando a ditadura militar (1926-1933). O povo, que assistira à divisão das forças progressistas, não se levantou em defesa da República que terminava de forma melancólica”. (RAMPINELLI, 2014, p. 60)

aos desígnios do capital financeiro internacional passava necessariamente por uma política de dominação colonialista 2) que visava absorver mercadorias e matérias-primas oriundos das colônias²⁰, tendo como base de sustentação uma ideologia com forte teor nacionalista. A localização geográfica de Portugal e de suas colônias entre as principais rotas do Atlântico Norte 3) colocou o país em uma posição estratégica favorável frente aos interesses das principais potências, fazendo disso um fator de aquisição de ganhos econômicos para alavancar a sua posição política na cena internacional, conquistando uma vaga como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O regime salazarista aproveitando-se da posição “privilegiada” na geopolítica internacional 4) conseguiu manter as características agrária e tradicional da realidade portuguesa. Essa estratégia 5) impediu qualquer possibilidade de maior abertura para o desenvolvimento de indústrias e entrada do capital financeiro, mantendo uma quantidade praticamente inexpressiva da classe operária enfraquecida e por isso amordaçada diante desta configuração do regime (RAMPINELLI, 2014). Em outra passagem, Rampinelli aponta que

Na verdade, a burguesia industrial-financeira sentia-se limitada em um país tão pequeno como Portugal e ao mesmo tempo sufocada por Salazar, que fora sempre um homem voltado para a ruralidade e “não acompanhou (ou não quis acompanhar) a evolução dos tempos e, portanto, impediu o crescimento da indústria portuguesa” (Carvalho, 2001: entrevista) (...) Salazar, ao visitar as aldeias portuguesas, defendia os valores tradicionais católicos dos camponeses e se orgulhava de apresentar o país “como horta e pomar da Europa”. Para tanto, tinha os olhos postos na África como válvula de escape. Ao falar a um público de trabalhadores sobre a importância da educação, disse de si próprio que era “filho duma família pobre. E os parentes, todos eles pobres, lá continuam ainda na sua aldeia, a trabalhar a terra, cavando-a e regando -a. Nada fez –nem fará– para os retirar dali, do seu meio, e onde são tão úteis à Nação, como ele, Salazar, o é no Governo” (Salazar, 1959). (RAMPINELLI, 2014, p. 123)

1.3 Desequilíbrio hegemônico no regime agrário-exportador lusitano: a coerção externa

A reelaboração da política externa para as colônias a fim de torná-las

²⁰ Com Salazar, há uma mudança radical nessa política, pois o *império colonial* vai desempenhar um papel historicamente decisivo na manutenção do regime, tornando-se um escoadouro natural de mercadorias, e posteriormente de capitais, bem como uma fonte de matérias-primas e bens alimentares, evitando-se desse modo o surgimento de crises que poderiam levar a sua ruptura. (RAMPINELLI, 2014, p. 121)

mais lucrativas recrudescer a intervenção estadonovista através da criação de novos instrumentos de coerção. A Polícia Internacional em Defesa do Estado (PIDE), surgiu oficialmente no pós Segunda Guerra Mundial, mas já era parte de um mecanismo funcionante de atuação antes mesmo deste período. A função desses instrumentos de Estado era reprimir interna e externamente os movimentos políticos e qualquer manifestação das massas contrárias ao regime de Salazar, fossem elas espontâneas ou organizadas.

Em *Os Cadernos do Cárcere*, vol.3 Gramsci definiu o Estado como uma composição ou unidade entre sociedade civil e sociedade política. Em sua análise, o autor sardo afirma que este Estado deve ser entendido não apenas como “aparelho de governo, [mas] também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2017, p. 235). A definição de hegemonia em sua prática, como um importante conceito que permite explicar o fenômeno da coerção e do consenso através da unidade entre sociedade civil e sociedade política, aparece na obra de Gramsci quando afirma que

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2017, p. 88)

A partir dessa importante elaboração sobre a hegemonia como norma de funcionamento do Estado para além do seu aspecto sócio-político e sua existência também integrada à sociedade civil, Gramsci define o conceito de *aparelhos de hegemonia* como um conjunto de organismos atuantes para seu funcionamento. São exemplos destes aparelhos as igrejas, escolas, partidos, sindicatos etc. No caso da sociedade política, fazem parte os aparatos de governo responsáveis pela administração e organização dos diferentes grupos em disputa encarregados pelo consenso e pela coerção sobre aqueles que não acatam. Nesse sentido, o Estado para Gramsci possui uma *dupla perspectiva*, caracterizada pela sua ação política e pela vida estatal:

Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do

momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc (GRAMSCI, 2017, p. 32)

A coerção como característica ferina do Estado no regime de Portugal era um elemento determinante para a manutenção do neocolonialismo e do poder centralizado na figura de Salazar. Isso não significou, por outro lado, que a metrópole tenha deixado de desenvolver mecanismos de consenso para as colônias, a fim de ampliar as formas de controle e assegurar o funcionamento da exploração neocolonial.

Dentre esses mecanismos de construção do consenso, a *missão civilizadora*²¹ apareceu como o principal instrumento para ser aplicado aos territórios de ultramar no que ficou conhecido pelo nome de luso-tropicalismo²². Em *As contribuições teóricas do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre ao colonialismo português* (2017), Rampinelli afirmou que a elaboração das teses sociológicas produzidas por Freyre

caíram como uma luva para o Estado Novo português – principalmente a partir de 1950xxiv –, chegando-se a introduzir o estudo das mesmas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), a escola criada por Adriano Moreira com a finalidade de formar uma elite para administrar as colônias. Desse modo, a doutrina do sociólogo brasileiro passa a ser sistematicamente aprendida em um estabelecimento de ensino superior português, gerando numerosos trabalhos teóricos e de campo. Com base em tais conceitos, legitima-se historicamente a ação colonizadora portuguesa, contrapondo ao discurso da racionalidade econômica um outro, calcado nos valores culturais, civilizacionais e cristãos (RAMPINELLI, 2007, p. 14-15)

A ideia de uma “missão civilizadora” utilizada pelo regime de Salazar serviu, nesse sentido, como continuidade da negação da história dos povos colonizados adaptadas à nova forma de funcionamento do M.P.C. com o objetivo de

²¹ A “missão civilizadora” cumpriu o objetivo de reatualizar a antiga concepção do “fardo do homem branco”. Essa premissa racista que pressupunha civilizar povos que não possuíam uma concepção “elevada” de humanidade tinha como real objetivo dar continuidade às formas de exploração das riquezas e dos corpos reificados pela estrutura colonialista. O ideal iluminista de progresso foi amplamente utilizado como recurso de legitimação desse engodo.

²² “Junto com a reforma constitucional que transformou retoricamente o estatuto administrativo das colônias do ultramar, o governo de Salazar mobilizou gigantesco esforço de propaganda para justificar internacionalmente uma nação de extensas fronteiras, que do Minho ao Timor faziam de Portugal um só território. É nesse momento crucial que a obra e o pensamento de Gilberto Freyre tornaram-se instrumentos da máquina de propaganda salazarista. E isso não aconteceu à revelia de Freyre, muito pelo contrário, ele aceitou de bom grado o papel de ideólogo salazarista e em alguns momentos foi percebido como um dos mais eficientes cães de guarda do Império”. (PINTO, 2009, s/p)

manter a legitimidade do sistema de dominação²³.

A racista tentativa de apagamento da cultura e identidade dos colonizados assumia como princípio a tese de gradativa assimilação dos valores socioculturais europeus a partir de uma base ideológica e pseudocientífica que só poderia resultar, segundo Amílcar Cabral, na completa impossibilidade do projeto. O resultado deste fracasso é apontado por Cabral quando afirma que

para fugir a esta alternativa – que poderia ser chamada o **dilema da resistência cultural** – o domínio colonial imperialista tentou criar teorias que, de fato, não passam de grosseiras formulações de racismo e se traduzem, na prática, por um permanente estado de sítio para as populações nativas, baseado numa ditadura (ou democracia) racista. (...) É por exemplo, o caso da pretensa teoria da **assimilação** progressiva das populações nativas, que não passa de uma tentativa, mais ou menos violenta, de negar a cultura do povo em questão. O nítido fracasso desta “teoria”, posta em prática por algumas potências coloniais, entre as quais Portugal, é a prova mais evidente de sua inviabilidade, senão mesmo do seu caráter desumano. No caso português, em que Salazar afirma que a **África não existe**, atinge mesmo o mais elevado grau de absurdo. (CABRAL, 1980, p. 56, grifo do autor).

O fracasso da construção do consenso por parte do Estado português nas colônias tornou-se evidente quando apenas a camada composta pela pequena burguesia nativa havia absorvido aspectos dos valores europeus a partir do privilégio e da identidade de classe. Para a grande maioria das massas que compunham os territórios da Guiné e Cabo Verde, a realidade material, no entanto, continuava intacta, sem grandes sobressaltos ou relações de proximidade com valores externos. Restava ao neocolonialismo português, portanto, a aplicação da coerção. De outra forma, não seria possível a manutenção da estrutura que possibilitou a absorção das mercadorias e a utilização da força de trabalho nativa para os fins lucrativos do regime.

Na obra *Como a Europa Subdesenvolveu a África* (1975), o historiador guianense Walter Rodney nos fornece uma contundente análise da exploração do trabalho e miséria colonial que se estabeleceu como corolário do domínio

²³ Para Achille Mbembe: “O momento gregário do pensamento ocidental será então aquele ao longo do qual, ajudado pelo instinto imperialista, o ato de captar e de aprender ir-se-á progressivamente desligando de qualquer tentativa de conhecer a fundo aquilo de que se fala. *A Razão da História*, de Hegel, representa o ponto culminante deste momento gregário. Durante Vários séculos, o conceito de raça - que sabemos advir, à partida, da esfera animal - foi útil para, antes de mais, nomear as humanidades não europeias. O que chamamos de ‘estado de raça’ corresponde, assim o cremos, a um estado de degradação de natureza ontológica. A noção de raça permite que se apresentem as humanidades não europeias como se fossem um ser menor, o reflexo pobre do homem ideal de quem estavam separadas por um intervalo de tempo intransponível, uma diferença praticamente insuperável. Falar delas é, antes de mais, assinalar uma ausência - a ausência do mesmo - ou ainda uma presença segunda, a de *monstros* e de *fósseis*” (MBEMBE, 2014, p. 39).

imperialista através do uso sistemático de mecanismos repressivos. Em sua análise, Rodney afirma ser

indiscutível que a força de trabalho era barata em África e que a massa de mais-valia extraída do trabalhador africano era enorme. No colonialismo, o trabalhador recebia um salário extremamente pequeno – geralmente insuficiente para o manter fisicamente vivo – e, por conseguinte, tinha de cultivar produtos agrícolas para sobreviver. Isto aplicava-se em particular ao trabalho nas fazendas, nas minas e a certos empregos nas cidades. Na altura da imposição do domínio colonial europeu, os africanos eram capazes de viver razoavelmente à custa do cultivo da terra. Ainda que muitos mantivessem o contato com as culturas agrícolas, nos anos seguintes, a verdade é que tiveram que trabalhar fora das suas terras, devido a terem de pagar elevados impostos ou porque eram obrigados diretamente a tal(...) os europeus pagavam os salários mais baixos possíveis, deixando a legislação repressiva a tarefa de manter essa situação (RODNEY, 1975, p. 210-211).

O mundo colonizado, independente da forma de dominação – direta ou indireta – aparece como um mundo esquecido, de desumanização forçada pela dominação exterior. Kwame N’krumah afirmou que esta é a “pior forma de imperialismo. Para aqueles que o exercem, significa o poder sem a responsabilidade e para aqueles que o sofrem, significa a exploração sem alívio” (N’KRUMAH, 1967, p. 08). Essa configuração forneceu todos os meios de coerção necessários para assegurar a sua reprodução. Inclusive, naturalmente, conflitos inter-imperialistas. Não é de surpreender que em tais circunstâncias

a gestão pelos povos coloniais das suas riquezas nacionais compromete o equilíbrio econômico do antigo ocupante. A reconversão da economia colonial, as indústrias de transformação de matérias-primas provenientes dos territórios subdesenvolvidos, o desaparecimento do pacto colonial, a concorrência com os capitais estrangeiros, constituem um perigo de morte para o imperialismo. (FANON, 1980, p. 148)

Para Fanon, o perigo de morte do imperialismo é característica incontornável dada a sua natureza de funcionamento que não pode cessar de expropriar e explorar. Processo que não se distingue da permanente disputa entre os monopolistas pelas riquezas e pelo domínio sobre os mercados, bem como pelo lucro através da superexploração da força de trabalho nas periferias. Nesse sentido, o domínio concentrador do capital financeiro, especulando e valorizando papéis e títulos atrelados aos grandes bancos ocorre sobre pilhagens de corpos como mercadorias descartáveis de baixo valor²⁴. Este risco de morte do imperialismo

²⁴ A exemplo disso, temos no caso português o Código do Indigenato que, se no papel tinha por objetivo impulsionar a assimilação dos valores culturais da metrópole no bojo da missão civilizadora, na prática tornava legalizada a prática de trabalhos forçados.

nasce no continente africano tão cedo quanto a própria consolidação desta nova fase do capital com a necessidade nascente de organização política dos povos colonizados diante da brutalidade sofrida. Cria, dessa maneira, as condições objetivas e subjetivas necessárias para a resistência dos dominados. Amílcar Cabral é categórico ao afirmar que

o imperialismo pode ser definido como a expressão mundial da procura gananciosa e da obtenção de cada vez maiores mais-valias pelo capital monopolista e financeiro, acumulado em duas regiões do mundo: primeiro na Europa e, mais tarde, na América do Norte. E, se queremos situar o fato imperialista na trajetória geral da evolução deste fator transcendente que modificou a face do mundo — o capital e os processos da sua acumulação — poderíamos dizer que o imperialismo é a pirataria transplantada dos mares para a terra firme, reorganizada, consolidada e adaptada ao objetivo da espoliação dos recursos materiais e humanos dos nossos povos (CABRAL, 1980, p. 30)

O fenômeno da *balcanização*, processo de reorganização forçada e compulsória dos territórios do continente africano, foi condição determinante para o refreamento do desenvolvimento “natural” dos povos africanos nas instâncias econômicas, sociais e culturais. Este fenômeno ocorreu pela necessidade de ampliação dos lucros através da abertura de novos mercados e força de trabalho levando ao deslocamento artificial de agrupamentos ou povos inteiros para sua maior absorção²⁵. Isso também permitiu ao imperialismo em geral obter maior controle sobre essas populações autóctones, posto que a divisão artificial em conjunto com a formação de burguesias locais ou oriundas das metrópoles pesou na dinâmica de funcionamento das sociedades colonizadas. Essas mudanças produziram conflitos de novas naturezas entre diferentes grupos “étnicos” pelas disputas de poder político regional, muitos dos quais financiados de modo a manter uma permanente guerra civil que estabelecia o caos como padronização da vida²⁶.

A partilha do mundo colonial, em especial após a Conferência de Berlim que marcou simbolicamente a entrada da nova fase do capitalismo ²⁷, foi um

²⁵ Graças aos sistemas coloniais, diferentes mecanismos eram utilizados para o domínio imperialista que dependia das especificidades histórico-culturais de cada povo da região. Assim, “para viabilizá-los, colocando em funcionamento o sistema colonial, eram utilizados quatro mecanismos básicos: 1) as subvenções e os meios de financiamento; 2) o confisco de terras; 3) as formas compulsórias de trabalho; 4) a cobrança de impostos” (HERNANDEZ, 2008, p. 95)

²⁶ Segundo Kwame N’krumah em *A Luta de Classes na África*, “A fim de facilitar a exploração, os colonialistas impediram todo progresso social e cultural nas colônias. Restauraram e preservaram formas arcaicas de relações sociais, e em seguida introduziram modos de produção e relações sociais capitalistas. Com o objetivo de reforçar a autoridade dos administradores coloniais, os conflitos tribais foram por vezes deliberadamente encorajados”. (N’KRUMAH, 1977, p. 15)

²⁷ Hobson destaca no seu livro sobre o imperialismo nos anos que vão de 1884 a 1900 como um período de intensa “expansão” (aumento territorial) dos principais Estados europeus. Segundo os

primeiro movimento de maior penetração no processo de divisão territorial e fronteiro de África através de acordos expansionistas entre os países monopolistas. Pela sua condição econômica desfavorável ²⁸, não é difícil compreender que Portugal entrasse na briga para salvaguardar as potencialidades desses territórios sob sua tutela procurando manter a dominação sobre as antigas colônias. Foi nesse movimento que

no início dos anos 1880 Portugal tenha proposto a convocação de uma conferência internacional para resolver as disputas territoriais da África Central. Pouco tempo depois, Bismarck, demonstrando o interesse da Alemanha pelo continente africano, formulou a declaração de 24 de abril de 1884, segundo a qual todo sudoeste, do rio Orange ao rio Cunene, foi proclamado protetorado alemão, gerando um litígio que só terminou com o resultado da Primeira Grande Guerra. Dessa maneira, impunham-se as negociações diplomáticas capazes de arbitrar todos os conflitos e interesses. Para tanto, coube a Bismarck organizar a conferência de Berlim, ocorrida entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, reunindo como países signatários da Ata Geral: França, Grã-Bretanha, Portugal, Alemanha, Rússia, Suécia e Noruega, Turquia, Estados Unidos da América. (HERNANDEZ, 2008, p. 62)

A interferência do imperialismo no interior dos países dominados fez fracassar qualquer tentativa de consenso para a reprodução das estruturas de dominação naquela forma de regime. O caráter fascista do regime de Salazar tinha se manifestado em sua forma mais aguda através da aplicação da coerção nos territórios de ultramar, sob uma Ode de violência que não dava outra opção à população colonizada a não ser se levantar em luta.

seus cálculos, a Inglaterra adquiriu durante esse período 3.700.000 milhas quadradas com uma população de 57 milhões de habitantes; a França, 3.600.000 milhas quadradas com 36,5 milhões de habitantes; a Alemanha, 1000.000 de milhas quadradas com 14,7 milhões de habitantes; a Bélgica, 900.000 milhas quadradas com 30 milhões de habitantes; Portugal, 8.000.000 milhas quadradas com 9 milhões de habitantes. Em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, todos os Estados capitalistas se esforçaram por adquirir colônias, o que constitui um fato universalmente conhecido da história da diplomacia e da política externa.

²⁸ Pelo longo histórico de movimentações políticas e relações comerciais desfavoráveis, Portugal passa a ser uma espécie de protetorado da Inglaterra sob as formas de relações econômicas características da etapa imperialista. Como afirmou Lênin: Portugal é um Estado independente, soberano, mas na realidade há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão de Espanha (1701- 1714), que está sob o protetorado da Inglaterra. A Inglaterra defendeu-o, e defendeu as possessões coloniais portuguesas, para reforçar as suas próprias posições na luta contra os seus adversários: a Espanha e a França. A Inglaterra obteve em troca vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colônias, pôde utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos, etc. Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial (LENIN, 2011, p. 213).

1.4 Origens do neocolonialismo e a barbárie como seu corolário

Como observado, os mecanismos utilizados para a acumulação e concentração crescentes de capitais absorvidos pelos principais países rentistas produziram uma profunda reorganização social com novas formas de relação de produção nas distintas regiões do continente africano. Guardadas as diferenças socioeconômicas particulares de cada grupamento étnico em um vasto continente de múltiplas expressões culturais, a necessidade de sistematizar um ordenamento do funcionamento produtivo levou Kwame N'krumah a desenvolver uma análise rigorosa para a compreensão do fenômeno colonialista em seu continente.

Mencionando os modos de produção historicamente existentes no continente africano, incluindo o que chamou de *comunismo primitivo* para demonstrar uma etapa passada do desenvolvimento das forças produtivas, N'krumah estabeleceu em primeiro plano uma análise crítica de teóricos que afirmavam não existir luta de classes em África. Para o teórico, a luta de classes aparece no continente com o advento da propriedade privada e do declínio de sociedades comunitárias, ao passo que

de um modo geral, os povos africanos passaram, no começo da era colonial, a um estágio superior de sociedade comunitária caracterizado, por um lado, pela dissolução da democracia tribal e, por outro, pelo nascimento das relações feudais e de sistemas hereditários tribais e monárquicos. Sob o impulso do imperialismo e do neocolonialismo, as estruturas sócio-econômicas deste tipo de sociedade dissolveram-se logo após a introdução de culturas de exportação, tais como o cacau e o café. As economias das colônias ligaram-se então estreitamente aos mercados do mundo capitalista. Com o capitalismo e o individualismo, as tendências para a propriedade privada desenvolveram-se. Pouco a pouco, a sociedade comunitária primitiva desintegrou-se, e isto foi o declínio do espírito coletivo. Assistiu-se então uma expansão da exploração agrícola privada e da pequena produção (N'KRUMAH, 1977, p. 14)

Segundo N'krumah, a introdução da propriedade privada em África também levou ao surgimento da divisão social do trabalho. Na medida em que essa forma de propriedade foi ampliada, apareceram proprietários africanos que se constituíram como rendeiros ou locatários para as terras de menor capacidade produtiva. Ao mesmo tempo, o colonialismo impunha até certa medida o fim da propriedade de tipo comunal, fazendo “dos chefes indígenas instrumentos e, muitas vezes, agentes a soldo do poder colonial” (N'KRUMAH, 1977, p. 14). Kwame N'krumah é categórico ao afirmar que

A alienação da terra e dos seus recursos naturais, isto é, dos meios de produção, provocou o aparecimento de dois setores econômicos: os setores africano e europeu, o primeiro submetido a exploração do segundo. A agricultura de subsistência desapareceu pouco a pouco e os africanos viram-se obrigados a oferecer os seus serviços aos colonialistas, que capitalizaram os proveitos que daí tiraram. Foi nestas condições que surgiu a luta de classes, que era também uma luta de raças (N'KRUMAH, 1977, p. 14).

A combinação destes elementos, da alienação da terra para a produção de um excedente agrícola absorvido pelos países colonialistas em conjunto com a pauperização dos povos do continente, demonstrou que os países dominadores, evidentemente, não possuíam qualquer interesse em desenvolver as forças produtivas ou melhorar a qualidade de vida da população desses territórios.

O Estado Novo manteve-se por 41 anos seguidos sob uma estrutura que aliava, grosso modo, o apoio que Salazar recebia da elite rural, na qual o processo de modernização ela rejeitava no campo e na cidade; e as relações colonialistas que supriam o mercado interno com matérias primas e produtos oriundos da agricultura colonizada, retraindo com isso qualquer ímpeto de reforma agrária e revolta social em seu próprio solo (RAMPINELLI, 2014, p. 120).

Não obstante, a deflagração das lutas de libertação nacional nos territórios coloniais que asseguravam a estabilidade do regime se transformou na razão principal da crise do modelo econômico agrário-exportador, cedendo paulatinamente lugar para o setor industrial-financeiro. Ainda de acordo com Rampinelli, “Esses dois fatos, a guerra e uma nova fração de classe hegemônica, com preponderância para o primeiro, ajudaram a desembocar nos acontecimentos de abril de 1974”: a Revolução dos Cravos. Rampinelli argumenta que a incipiente elite industrial-financeira se via coagida de se desenvolver e concomitantemente “sufocada por Salazar, que fora sempre um homem voltado para a ruralidade” e “não acompanhou (ou não quis acompanhar) a evolução dos tempos e, portanto, impediu o crescimento da indústria portuguesa” (RAMPINELLI, 2014, p. 123). O historiador Lincoln Secco, por outro lado, em sua análise enfatiza que os aspectos internos da economia e política portuguesa foram as principais responsáveis pelas mudanças que viriam a acontecer.

Aqueles que preferiram derivar o aumento da produtividade da força de trabalho no centro a partir dos preços baixos dos produtos agrícolas da periferia que seriam consumidos pelos operários “centrais”, rebaixando o valor da sua força de trabalho, esqueceram que, no agregado, o barateamento dos produtos que compõem o consumo habitual da classe

operária é que reduz o valor da força de trabalho e aumenta a chamada “mais-valia relativa”. Ninguém provou ainda que os produtos alimentícios importados eram decisivos na composição da cesta de consumo básica do trabalhador europeu (SECCO, 2004, p. 84)

Na forma de relação econômica monopolista, entretanto, as colônias no século XX entraram no circuito das mercadorias via fornecimento de força de trabalho superexplorada, matérias-primas e gêneros alimentícios que por sua vez entravam na cesta de consumo do trabalhador dos países centrais. O valor da força de trabalho, especialmente em um país atrasado como Portugal tendia, portanto, a diminuir na medida em que existiu mais oferta de produtos abaixo do valor de mercado em razão da colonização. Para esta realidade atrasada de Portugal, se está mais barato alimentar o trabalhador e garantir os meios para a sua reprodução, então o valor da força de trabalho pode e deve tendencialmente permanecer mais baixo. É possível concluir que o aumento da produtividade em Portugal deve-se pelo valor rebaixado da cesta de consumo dos produtores internos permitindo a extração relativa de mais-valor. Essa dinâmica está organicamente vinculada à forma de exploração via mais-valor absoluto nas colônias, permitindo a manutenção dessa estrutura. Aliás, com um valor da força de trabalho nas colônias muito abaixo do mínimo necessário para a sua reprodução²⁹. Os produtos alimentícios oriundo das colônias não eram importantes apenas para os trabalhadores em Portugal que o consumiam, mas para a própria reprodução relativamente estável da estrutura econômica agrário-exportadora integrada ao mercado mundial. Nesse sentido,

a mais-valia relativa, como forma de elevar a massa de mais-valia produzida pelo trabalhador, depende da elevação da capacidade produtiva do trabalho. Essa elevação deve ocorrer naqueles setores que produzam direta ou indiretamente os bens de consumo dos trabalhadores. Assim, uma redução no valor dos alimentos ou da vestimenta popular tem como resultado a mais-valia relativa (...) na verdade, a mais valia relativa também ocorre por um aumento circunstancial da

²⁹ Em *Análise de Alguns Tipos de Resistência*, Amílcar Cabral afirma que a produção agrícola, abaixo do valor de mercado, era essencial para o colonialismo português ao mesmo tempo em que aponta para um valor da força de trabalho abaixo do necessário para a subsistência dos produtores: “a exploração fazia-se principalmente através da obrigação de cultivar a mancarra na nossa terra pelo regime colonial português. Sabemos que na nossa terra a exploração fazia-se principalmente através da compra quase forçada de produtos de agricultura do nosso povo da Guiné, a preços estabelecidos por comerciantes do Estado colonialista. Principalmente através da obrigação de cultivar a mancarra na nossa terra, que era comprada por um preço estabelecido pelos tucas, explorando o nosso povo, a ponto de que se fizermos cálculos econômicos sérios em relação à cultura da mancarra, chegamos à conclusão de que é trabalho forçado. Porque uma família que cultiva uma superfície qualquer de mancarra, a mancarra que colhe, que vende, o dinheiro que recebe no fim, não chega para pagar um salário, mesmo baixo, às pessoas de família, durante um ano de trabalho. Quer dizer, chegamos à conclusão, por exemplo, de que a nossa gente trabalhava de graça para a casa Gouvêa, Ultramarina e outros comerciantes que compravam mancarra (CABRAL, 1979, p. 35-36).

produtividade do trabalho no setor agrícola, por exemplo, como resultado de variações climáticas, de uma colheita para outra. E isto é importante, pois os alimentos constituem proporção fundamental da cesta de consumo dos trabalhadores. (CARCANHOLO, 2014, p. 140)

Este é, em síntese, o modelo econômico salazarista que permitiu sua sustentação durante quatro décadas. Ainda na referida obra, Secco afirma, no entanto, que pelo menos “um terço da renda nacional portuguesa nos anos 60 provinha das colônias. O déficit da balança comercial era estrutural e permanente”. (SECCO, 2004, p. 99). Um déficit que se aprofunda pela deflagração das guerras de libertação nacional como principal vetor da crise e insustentabilidade do regime. As zonas agrárias libertadas nas colônias foram nesse sentido determinantes.

Para compreender a estrutura de longa duração da dominação neocolonialista, também é importante pensar na composição do Estado português que possibilitou a materialização da sua forma de dominação. Nesse sentido, Gramsci indicou uma interessante analogia sobre a guerra de posição que define sociedade civil como arena da luta de classes quando afirmou que

a guerra de posição demanda enormes sacrifícios de massas extraordinárias da população, por isso é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais “intervencionista”, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a “impossibilidade” de desorganização interna – controle de todo tipo, políticos, administrativos etc. reforço das “posições” hegemônicas do grupo dominante etc. Tudo isso indica que se entrou em uma fase culminante da situação político-histórica, porque na política a “guerra de posição”, uma vez vencida, é definitivamente decisiva. Ou seja, na política, subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e quando não são mobilizáveis todos os recursos da hegemonia e do Estado, mas quando, por uma razão ou outra estas posições perderam seu próprio valor e só àquelas decisivas tem importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, na qual se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo (*Idem*, 2007, p.802, tradução nossa)

Se, para Gramsci, deve-se superar o esquema mecânico que compreende o Estado como um mero produto de coerção separado da sociedade civil, Poulantzas reconhece a contribuição do autor sardo e o mobiliza. O conceito de hegemonia transposto para o interior do aparelho tem por objetivo demonstrar as disputas das classes dominantes pelo seu domínio, servindo como uma ferramenta valiosa de análise sobre a teoria do Estado marxista para a superação dos esquemas limitados à esfera de análise que o compreende como mero instrumento de controle coercitivo. No próximo capítulo será examinado de modo mais detalhado

esta composição das frações dominantes no Estado português para compreender a complexidade da realidade portuguesa e seu domínio neocolonialista.

CAPÍTULO II – O Estado Novo português e o bloco no poder: periodização, hegemonia, classe reinante e classe-apoio

“Nada a temer
Senão o correr da luta
Nada a fazer
Senão esquecer o medo”
(NASCIMENTO, Milton, 1981)

Ao contrário do que a crítica à tradição marxista afirma sobre uma possível ausência da teoria do Estado em Marx³⁰, autores no interior da tradição têm demonstrado que o pensador alemão contribuiu profundamente para esse campo. Se é de reconhecimento geral que existe uma incompletude nas elaborações desenvolvidas por Marx, é igualmente razoável afirmar que esse campo ficou em aberto dando possibilidade para autores marxistas continuar a desenvolver elaborações teóricas a partir dos aspectos inacabados da sua teorização (CODATO; PERISSINOTTO, 1999, p. 10).

A introdução de novos aportes para o desenvolvimento da teoria do Estado na tradição materialista adquiriu múltiplas variações teórico-metodológicas. É o caso, por exemplo, de Charles Wright Mills que apresentou a esfera da dominação incorporando o conceito de elite no poder, sob uma concepção que abrange Weber e Bourdieu para melhor identificação das classes; e Halph Miliband, que apontou elementos de dominação sob três bases de funcionamento: burocratismo político, economia e ideologia; sustentada a partir de uma concepção instrumentalista do Estado. Para escapar de noções consideradas puristas, dentre as derivações

³⁰ Para Codato e Perissinotto, “há duas versões dessa crítica. A primeira, sustentada por N. Bobbio, sublinha os efeitos dessa concepção restritiva da política e do Estado sobre a “teoria das formas de governo” (os regimes políticos); a segunda, cuja fonte são os autores “neo-institucionalistas” (T. Skocpol, F. Block), chama a atenção para as dificuldades decorrentes da ausência de uma “teoria do Estado” em Marx e nos marxismos posteriores”. Ver mais em: CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato Monseff. **O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx**. Crítica marxista: s.l, 1999.

estruturalista, instrumentalista ou classista, serão apontados no presente capítulo o modo como o poder foi constituído na realidade portuguesa e como ele interferiu na forma de domínio colonialista também a partir das contribuições de Nicos Poulantzas.

Mais do que simplesmente rever atuações políticas do regime português no período do chamado neocolonialismo, este capítulo analisará as classes dominantes detentoras do poder com interesses particulares entre si, estabelecidas a partir dos rearranjos do Estado lusitano marcado pelo golpe de 1926, como momento importante da nova periodização histórica do país. Para a análise, será mobilizado o conceito de *bloco do poder* e as categorias oriundas deste desenvolvimento conceitual (Poulantzas, 2008).

Segundo Poulantzas, o conceito de *bloco no poder* tem por ordenamento um conjunto de fatores que “indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, e, sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (POULANTZAS, 2019, p. 240). Para o autor, a composição do bloco no poder pelas classes e frações das classes dominantes, ainda que possuam interesses antagônicos, este antagonismo não possui, por natureza, uma base dialética de superação ou supressão total e incondicional de uma ou mais frações em detrimento de outra. Explicando a forma como se estrutura o Estado, Poulantzas afirma que em seu interior atuam politicamente um conjunto de classes ou frações de classe dominantes em dado período histórico.

O bloco no poder se refere à periodização da formação capitalista em estágios típicos. Ele recobre a configuração concreta da unidade dessas classes ou frações em estágios, caracterizados por um modo específico de articulação, e um ritmo próprio de expansão, do conjunto das instâncias. Nesse sentido, o conceito de bloco no poder se refere ao nível político, abrangendo o campo das práticas políticas, na medida em que esse campo concentra em si e reflete a articulação de conjunto de instâncias e dos níveis de luta de classe de um estágio determinado. O conceito de bloco no poder tem aqui uma função análoga à do conceito de forma de Estado no tocante à superestrutura jurídico-política. (POULANTZAS, 2019, p. 241)

O conceito de *bloco no poder* foi desenvolvido por Poulantzas tendo como ponto de partida as análises que o autor fez sobre a teorização do Estado em Marx, especialmente no texto *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (2011), onde procurou elaborar a partir dele categorias que melhor definiriam o termo “fusão” utilizado pelo pensador alemão a época, transposto das ciências naturais para configurar a coesão das classes dominantes. Este termo foi empregado por Marx para demonstrar como

as classes dominantes em determinados contextos fortalecem seus interesses comuns quando ocorre uma sublevação ou mesmo etapa pré-revolucionária que ameaça o bloco no poder, ou seja, que ameace a formação econômica e política, bem como sua configuração na máquina estatal em um específico período histórico dessa formação.

No entanto, Para Poulantzas, essa “fusão” não ocorre mesmo quando os interesses particulares do conjunto das classes dominantes não estão ameaçados. Poulantzas parece ter razão ao conceber o conceito de hegemonia gramsciano para demonstrar que existe uma permanente disputa política pelo domínio do aparelho de Estado entre o conjunto das frações e classes dominantes de acordo com seus interesses particulares. Dessa maneira, Poulantzas afirma que

a luta de classe, a rivalidade dos interesses entre essas forças sociais, está aí constantemente presente, mantendo esses interesses sua especificidade antagônica: duas razões pelas quais a noção de “fusão” é incapaz de explicar essa unidade. A própria hegemonia, no interior desse bloco não é devida ao acaso; ela se torna possível, como veremos, pela unidade própria do poder institucionalizado do Estado capitalista. Esta, correspondendo à unidade particular das classes ou frações dominantes, ou seja, estando em relação com o fenômeno do bloco no poder, faz precisamente com que as relações entre essas classes ou frações não possam consistir, como era o caso para outros tipos de Estado, em uma “partilha” do poder de Estado – “poder igual” dessas classes ou frações dominantes. A relação entre o Estado capitalista e as classes ou frações dominantes atua no sentido de sua unidade política sob a égide de uma classe ou fração hegemônica. A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações no bloco do poder, ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. (POULANTZAS, 2019, p.245)

Os interesses antagônicos das classes e frações dominantes levam ao desejo pelo estabelecimento do domínio da máquina de Estado da fração ou classe dominante que não a possui, ao mesmo tempo em que ocorre a permanente tentativa de manutenção da hegemonia pela fração que já a possui. Nesse sentido, a unidade política entre essas classes dominantes em geral inexistente, mas apenas na medida em que esteja em disputa a hegemonia do Estado. Entretanto, regra geral como classes ou frações de classe dominantes, seus interesses econômicos de classe são comuns diante das possibilidades de exploração e dominação, bem como para a própria manutenção do bloco no poder e da forma de regime estabelecido.

Assim como entre as diferentes classes e frações de classe dominantes, ocorre algo parecido com o conjunto das classes dominadas. É reducionismo

conceber que a esfera da luta de classes é um todo monolítico, homogêneo que atesta a simplificação “burguesia x proletariado”. O conjunto de classes dominadas é amplo, também constituído por contradições de interesses particulares e comuns. Este aspecto será importante para analisar o papel de apoio que teve o campesinato português diante do regime instituído, bem como o papel do campesinato das colônias portuguesas como força motriz do processo revolucionário. Assim,

Pode-se, no entanto, constatar que a função de hegemonia no bloco no poder e a função de hegemonia em relação às classes dominadas se concentram, regra geral, em uma mesma classe ou fração. Esta se erige no lugar hegemônico do bloco no poder, ao constituir-se politicamente enquanto classe ou fração hegemônica do conjunto da sociedade. A respeito da República parlamentar e da hegemonia da aristocracia financeira no bloco no poder, Marx nos diz que era a única forma de Estado “na qual seu interesse geral de classe podia subordinar simultaneamente as pretensões dessas diferentes frações e todas as outras classes da sociedade, ou ainda: “as antigas potências sociais tinham-se agrupado, reunido, concertado, e encontravam um apoio inesperado na grande massa da nação: os camponeses e os pequenos burgueses...”. (POULANTZAS, 2019, p. 246)

Essa dupla função de Hegemonia teve, no caso de Portugal, um papel fundamental com a burguesia agrária detentora deste posto. Na ausência de um proletariado urbano que, como vimos, era incipiente e enfraquecido diante da estrutura social e econômica, o campesinato se fazia presente enquanto vetor passível de mudança ou permanência. Porém, a conjunção entre uma igreja católica que enaltecia a vida idílica e tradicional do campo e um Estado Novo que igualmente era contrário a qualquer tipo de modernização, possibilitou a consolidação de um quadro social suficiente para aplacar qualquer ímpeto de revolta camponesa e aliança economicamente mais coerente com a incipiente classe proletária. Segundo a análise de Rampinelli, Portugal possuía uma

burguesia agrária, tendo a comercial como subalterna, foi a base econômica, política e ideológica do Estado Novo. Embora sua hegemonia econômica entrasse em declínio no início dos anos 1960, somente no final da mesma década passou a perder força ideológica. Para fazer frente à guerra colonial, o Estado alterou sua política econômica, havendo uma abertura ao capital internacional e ocorrendo o fortalecimento de uma nova classe hegemônica, a industrial-financeira. Com o avanço dessa nova formação social e das novas reivindicações dos trabalhadores, a forma organizativa do Estado é posta em questão, e no momento em que ele tenta recuperar o domínio dos velhos tempos gera uma crise de legitimidade e se torna incapaz de resolver o grande conflito. (RAMPINELLI, 2014, p. 123)

A dupla função de hegemonia aplicada pela burguesia agrária sobre os setores camponeses e demais frações dominadas de classe constitui a singularidade da organização social portuguesa, tendo a igreja católica como a mais

importante representação ideológica de manutenção do regime. Essa hegemonia da fração agrária no interior do bloco no poder em aliança com as massas camponesas a partir do modelo econômico instituído tem seus desdobramentos mais sensíveis no período de transição entre a primeira república e o Estado Novo de Salazar. Diante das reformas de caráter social com viés iluminista, anticlericais e liberais que marcam esse período, a unidade das forças conservadoras e tradicionais procuraram se insurgir na cena política de Portugal com a finalidade de solapar os avanços dessas reformas, retirando do posto a pequena burguesia transformada em *classe reinante* quando alcançou temporariamente o gerenciamento do Estado. Para Poulantzas, a classe reinante pode

não só ser hegemônica, *mas mesmo por vezes não fazer parte do bloco no poder.*, uma classe que tem simplesmente o estatuto de classe aliada a esse bloco pode, durante um período breve, ser a classe reinante. Esse caso é particularmente patente na França, durante os governos *radicais* da Terceira República antes da guerra de 1914 – é a fração financeira que é a hegemônica; ela divide, com a fração industrial, o lugar de detentora, ao passo que é a *pequena burguesia* que aparece – em uma aliança complexa com a média burguesia – como a classe reinante. Esse caso se encontra, por vezes, sempre com a *pequena burguesia*, em certas ocasiões – sobretudo na França – de governos *social-democratas*. Nessas situações encontra-se, regra geral, uma defasagem característica entre essa classe e sua representação partidária, desempenhando assim seu partido o papel de “auxiliar” da classe ou fração hegemônica ou mesmo de uma outra classe ou fração do bloco no poder. O mesmo ocorre com a classe detentora do Estado. (POULANTZAS, 2019, p. 256)

As “classes ou frações *reinantes* cujos partidos políticos estão presentes nos lugares dominantes da cena política” (POULANTZAS, 2019, p. 254), teve como expressão no caso português após a queda da pequena burguesia jacobina, o partido fascista União Nacional construído por Oliveira Salazar sob forte apoio e influência do efetivo militar das forças armadas. Como afirma Poulantzas, a classe ou fração detentora do aparelho de Estado é a mesma que “recruta o pessoal político, burocrático, militar etc, que ocupa as ‘cúpulas’ do Estado” (POULANTZAS, 2019, p. 255). A burguesia agrária portuguesa demonstrava ser a real detentora do poder político e econômico, com força suficiente para consolidar a sua hegemonia e mantê-la. Ao solapar a pequena burguesia pouco amparada pelas outras frações que compunham o bloco no poder, a burguesia agrária recrutou e definiu como classe reinante no aparelho de Estado os militares, que se insurgiram na cena política com a tomada do aparelho a partir do golpe de 1926.

2.1 O culto de Fátima: a Igreja católica como instituição ideológica do Estado português

Uma das reformas mais importantes da I República portuguesa ficou conhecida por *Lei da separação*. Ela consistia em separar a igreja católica do Estado, estabelecendo um caráter laico do aparelho já nos primeiros anos. Essas mudanças estavam alinhadas aos interesses particulares da pequena burguesia que “compuseram a I República (1910-1926) – a maioria deles com uma matriz ideológica democrático-liberal, positivista, dessacralizadora, maçônica e jacobina” (RAMPINELLI, 2014, p. 60). O autor aponta ainda que

no próprio mês da revolução, o chefe republicano expulsou as ordens religiosas, fechou os conventos e confiscou os seus bens. Mais tarde, essas medidas foram complementadas por decretos e portarias laicizadoras, tais como a abolição do ensino religioso nas escolas, a proibição aos padres de ministrar aulas e de usar trajes eclesiásticos em público, a anulação do caráter católico nos atos civis, a adoção da lei do divórcio e do princípio do casamento como um ato meramente laico, a transformação da maioria dos dias santificados em jornadas normais de trabalho, a supressão da cadeira de Direito Eclesiástico e o encerramento do curso de Teologia na Universidade de Coimbra, a proibição às Forças Armadas de participarem em solenidades de caráter religioso e, por fim, a introdução da lei do registro civil obrigatório para os nascimentos, os casamentos e os óbitos. O conflito político, filosófico, ideológico e cultural tendia a crescer entre um Estado laico e uma Igreja tradicionalista e contrarrevolucionária (RAMPINELLI, 2011, p. 60)

Como afirmou Poulantzas, o conceito de bloco no poder possui particular relação com uma periodização de formações políticas em determinados estágios vinculadas a estruturas e práticas, e as particularidades desse nível ou período que marcam as suas características próprias. Dessa forma,

Essa periodização é recoberta, nas estruturas, pelo conceito de formas de regime, cujas transformações não podem ser diretamente relacionadas a modificações da relação entre o político e o econômico que marcam as transformações das formas de Estado, mas elas se relacionam com as estruturas próprias do Estado capitalista, com as coordenadas da representatividade partidária, com a instituição do sufrágio etc. (POULANTZAS, 2019, p. 252)

Segundo Poulantzas, a cena política também “é o lugar onde se pode identificar uma série de defasagens entre os interesses políticos e as práticas políticas das classes, por um lado, e sua representação partidária, os próprios partidos políticos, por outro”. (POULANTZAS, 2019, p. 253). A pequena burguesia conseguiu entrar na *cena política* através do breve vácuo deixado pela revolução

que varreu a fração monárquica de Portugal até então hegemônica do bloco no poder. Esse processo possibilitou a aglutinação momentânea de força para alcançar o posto de gerenciamento da máquina estatal como classe reinante, aparecendo através de organismos partidários e fazendo prevalecer seus interesses com maior participação. A forma de regime apontou o período da primeira república com destaque para a pequena burguesia como classe reinante com amplas reformas liberais que procurou concretizar. Por outro lado, sua atuação organizativa na forma do Estado limitada ao campo de atuação sem uma fração forte no interior do bloco no poder que pudesse lhe representar na estrutura particular do contexto, explicitou as limitações de atuação a médio prazo dessa “classe” no interior da cena política.

A pequena burguesia não poderia estar situada no interior do bloco no poder de Portugal. Sua composição econômica era vacilante como em geral é característica dessa camada social e não seria diferente na esfera da superestrutura jurídico-política. Além disso, como vimos, a fração industrial-financeira que poderia corresponder às suas aspirações políticas através do alinhamento ideológico e a alavancando como uma “classe-apoio”, por também ser incipiente, fazia com que essa pequena burguesia de Portugal permanecesse em estrutural desvantagem frente à força da burguesia agrária diante das demais classes ou frações de classe dominantes. A composição partidária da pequena burguesia no interior da cena política representava nesse sentido mais a si própria, sem quaisquer relação orgânica com as instituições de Estado e supra-estatais. Dessa maneira, a igreja católica reagindo às reformas laicizantes assumiu um papel crucial para as mudanças políticas que estavam para acontecer no período, e que se materializaram no golpe de Estado que deu início ao regime do Estado novo. É durante a primeira grande guerra que os “conflitos” entre a Igreja e o Estado sob a gerência da pequena burguesia como classe reinante serão ainda mais aprofundados.

A crise econômica como traço permanente de Portugal fez com que o Estado adotasse uma política de participação na guerra a fim de salvaguardar o domínio sobre suas colônias e aproximar o país da Europa. Por outro lado, a igreja católica contrária aos interesses da pequena burguesia ao longo de sua gerência no Estado, passou a adotar uma firme postura de fim do conflito mundial e retorno dos soldados portugueses (Rampinelli, 2004). É nesse período que irão surgir

“as aparições de Fátima”, que vão de 13 de maio a 13 de outubro de 1917, acontecendo no treze de cada mês para três pastorinhos pobres na Cova da Iria e emitindo mensagens contra as políticas nacionais e internacionais da I República, agravando as tensões já existentes entre Estado e Igreja. A Senhora, que se apresenta como uma personagem do reino sobrenatural, ordena que o povo português reze incessantemente o rosário para afrontar os duros problemas domésticos. Passa a ditar normas internas, dando a entender da inutilidade do governo Republicano na solução da crise econômica, fazendo o mesmo em relação à política internacional, quando afirma, na “aparição” de 13 de outubro, que a guerra está prestes a terminar. É uma clara intervenção na estratégia da República, dizendo que a entrada no conflito fora um grande equívoco, quando para o governo representava um grande acerto. (RAMPINELLI, 2011, p. 61)

A evidente fragilidade da pequena burguesia começava a ser demonstrada pelo embate com a força ideológica da igreja católica no campo. A crise partidária e de legitimidade da pequena burguesia, bem como as divisões em seu interior tem sua origem no deslocamento do bloco no poder como processo originado com a vaga deixada pela monarquia e, a partir disso, como disputa entre as diferentes classes e frações de classe dominante pela Hegemonia do aparelho de Estado. Não poderia surpreender que diante desse quadro estabelecido, de ausência de unidade entre a pequena burguesia como classe reinante e breve detentora do poder político de Estado e os conflitos de interesse estabelecidos com o campo através da igreja católica como principal força ideológica, culminasse na reconfiguração da forma de regime até então instituído. Desse modo,

O Golpe de Estado de 28 de maio de 1926, que derrotou a I República e impôs uma Ditadura Militar (1926-1933), aproximou-se da Igreja, abrindo caminho para o reconhecimento oficial das “aparições”. Às vésperas de 13 de maio de 1929, o bispo de Leiria – que tem jurisdição sobre a Cova da Iria – inaugurou, juntamente com o presidente do país Óscar Carmona e vários ministros de Estado, entre eles António de Oliveira Salazar, a central elétrica do Santuário, dando por terminado o divórcio entre Estado e Igreja. No ano seguinte, em 13 de outubro, o mesmo prelado publica a Carta Pastoral sobre o Culto de Nossa Senhora de Fátima, na qual declara “dignas de crédito as visões das crianças da Cova da Iria”, aprovando oficialmente “o culto a Nossa Senhora de Fátima”. As décadas de 1930 e 1940, que oficializam a veneração à Virgem de Fátima, correspondem, igualmente, à instalação e à afirmação do Estado Novo português, cuja existência, provavelmente, seria impossível sem o apoio oficial da Igreja Católica⁴. As instituições estadonovistas vão se associar estreita e ativamente a Fátima (RAMPINELLI, 2011, p. 62)

O fim da I República marca o rearranjo do aparelho de Estado português nas instâncias jurídico-política e ideológica. Mas não apenas isso. Marca também o período em que é inaugurada a hegemonia da burguesia agrária como classe dominante no interior do aparelho de Estado tutelado pelas forças armadas como classe reinante. Tão cedo o regime se estabiliza, e António de Oliveira Salazar é

alçado ao posto de presidente do Ministério no ano de 1932.

Mais do que apenas considerar equivocadamente a figura de Salazar como um grande político que utilizou estratégias com particular sagacidade e destreza, é preciso analisar a configuração da formação social da realidade portuguesa a partir das práticas políticas nas relações de poder. Essa reflexão requer uma análise mais aprofundada acerca da natureza do Estado em suas diferentes periodizações ou em momento de rearranjo, objetivando superar as simplificações que o compreende como mero “produto” manejado por qualquer personagem sem que se tenha em consideração os interesses das classes e frações das classes dominantes que compõem o bloco do poder. É fundamental a análise das determinações superestruturais, cujo peso da Igreja católica, como um aparelho de hegemonia em Portugal, foi igualmente de primeira ordem. Dessa maneira, Waldir Rampinelli afirma que

O fascismo português desenvolveu-se a partir do eixo exógeno com o golpe de 28 de maio de 1926, dado pelas Forças Armadas com as bênçãos da mais alta hierarquia eclesiástica e com o eixo endógeno milícias/sindicato. Este levante que derrotou a I República e impôs uma ditadura militar (1926-1933) aproximou-se da Igreja abrindo caminho para o reconhecimento oficial das “aparições de Fátima”. Às vésperas de 13 de maio de 1929, o bispo de Leiria –que tem jurisdição sobre a Cova da Iria– inaugurou, juntamente com o presidente do país Óscar Carmona e vários ministros de Estado, entre eles António de Oliveira Salazar, a central elétrica do Santuário, dando por terminado o divórcio entre Estado e Igreja. No ano seguinte, em 13 de outubro, o mesmo prelado publica a *Carta Pastoral sobre o Culto de Nossa Senhora de Fátima*, na qual declara “dignas de crédito as visões das crianças da Cova da Iria”, aprovando oficialmente “o culto a Nossa Senhora de Fátima”. As décadas de 1930 e 1940, que oficializam a veneração à Virgem de Fátima, correspondem, igualmente, à instalação e à afirmação do Estado Novo português, cuja existência, provavelmente, seria impossível sem o apoio oficial da Igreja Católica. As instituições estadonovistas vão se associar estreita e ativamente à Fátima. Se na I República predominou o anticlericalismo, no Estado Novo venceu o nacionalismo católico-clerical, avançando para um universalismo anticomunista e contra revolucionário. Foi a Igreja Católica que impôs Fátima e não Fátima que se impôs à ela. (RAMPINELLI, 2014, p. 125)

Como é possível observar, a forma de regime estabelecido em Portugal a partir do golpe de 1926 teve uma relação estreita com a capacidade da burguesia agrária em conjunto com as instituições como aparelho de hegemonia, de mobilizar politicamente forças para fazer valer seus interesses particulares. A hegemonia da burguesia agrária é um fenômeno que adquire seu reconhecimento e legitimidade sobretudo através da igreja católica. Instituição esta que tinha como função exercer o papel de criar uma crise permanente frente ao governo democrático-liberal e

jacobino da pequena burguesia. Portanto, a igreja católica em aliança com a burguesia agrária compunham as duas principais dimensões, ideológica e econômica, que davam a qualidade do regime.

2.2 A fração hegemônica e o campesinato como classes-apoio interna

Com o alinhamento ideológico da igreja católica ao nascente regime político de Salazar na defesa de uma tradição camponesa igualmente alimentada pela burguesia agrária na hegemonia do Estado no interior do bloco no poder, a classe camponesa assumiu uma importante centralidade na legitimação da forma política do regime instituído. O velho antagonismo entre a cidade e o campo era solapado pela configuração da economia portuguesa, procurando apoiar-se no campesinato como uma de suas principais frentes.

Durante o processo de consolidação do Estado moderno Francês amparado pelas transformações econômicas e políticas, a dinâmica processual do tempo histórico sob a qual Marx escreve o *18 Brumário de Luís Bonaparte* nos dá a possibilidade de compreender como, em determinados contextos, uma classe explorada pode se transformar em importante legitimador de modelos de regime que não necessariamente praticam ações em prol de seus próprios interesses materiais. É, ao menos para este caso, no plano da superestrutura que essa legitimação é afirmada. A unidade entre o bloco no poder e as classes-apoio decorrem de que

Seu apoio a uma dominação de classe determinada não está em geral fundado em nenhum sacrifício político real dos interesses do bloco no poder e das classes aliadas a seu favor. Esse apoio, indispensável a essa dominação de classe, está, em primeiro lugar, fundado num processo de *ilusões ideológicas*. A demonstração é feita por Marx no caso dos camponeses parcelares, cujo apoio, indispensável ao Estado bonapartista, está fundado em todo um contexto ideológico abarcando a “tradição” e as origens de Louis Bonaparte. O Estado bonapartista, apoiando-se nesses camponeses, não toma de fato nenhuma medida politicamente apreciável a favor dos interesses que lhe são próprios. Toma simplesmente certas medidas da ordem do *compromisso* a fim de continuar a alimentar a ilusão ideológica que está na base desse apoio político (POULANTZAS, 2019, p. 249)

O campesinato português como classe-apoio é parte fundamental do todo organizativo do Estado e das frações dominantes em seu interior. A estrutura do país lusitano mantinha antigas formações sociais cujas relações de produção permaneciam atrasadas diante de uma Europa que já havia passado por

significativas transformações há um período histórico anterior considerável.

Este mundo nacionalista, anti-industrializante, ruralista, ultra conservador e católico será o grande baluarte na defesa da imutabilidade do regime e de sua liderança. Em 1950, cerca de 50% da população lusitana ainda era analfabeta, chegando a 70% ou 80% em algumas regiões rurais (RAMPINELLI, 2014, p. 122)

Se, por um lado, é importante não transpor mecanicamente as especificidades de uma realidade para outra tanto ao nível da temporalidade quanto no plano da periodização que define a forma organizativa de uma determinada sociedade, por outro é necessário, para superar concepções historicistas, entender a generalidade dos conceitos abstrato-formais produzidos por Marx que devem ser mobilizados levando em consideração a sua legítima aplicabilidade diante das especificidades das formações sociais analisadas. Essa processualidade histórica permitirá compreender porque, de maneira artificial, foi produzida uma classe-apoio externa ao pequeno território português e como tais contradições possibilitaram a crise e fim do regime salazarista.

2.3 A fração hegemônica de Portugal e a pequena burguesia autóctone como classe-apoio externa

No interior da metrópole colonialista encontra-se um campesinato ideologicamente alinhado aos interesses do regime vigente, que é categorizada como uma classe-apoio, ainda que seus interesses materiais não tivessem em acordo com os interesses das frações dominantes. Entretanto, essa composição ainda era insuficiente para a manutenção do regime. A burguesia agrária como fração hegemônica no interior do bloco no poder necessitava, para seu pleno funcionamento, absorver uma produção de bens primários que só poderiam ser adquiridos através da aguda exploração dos territórios de ultramar sob seu domínio. Para essa tarefa, o regime produziu artificialmente uma pequena burguesia autóctone nas colônias que seria responsável pelo controle administrativo e consequente escoamento das produções agrícolas. Para o tipo de dominação que Portugal implementou, apenas alguns poucos cargos políticos importantes foram ocupados por portugueses de forma vitalícia no interior das colônias, como o de governador, e outros de caráter técnico.

No movimento de compreensão da dominação colonialista e

neocolonialista em África, ao analisar a realidade do continente africano em geral, o teórico ganês Kwame N'Krumah demonstrou que, para amplas formações sociais, a estrutura econômica e jurídico-política era formada de uma pequena minoria privilegiada em oposição a uma vasta massa oprimida.

a burguesia africana, classe que se desenvolveu sob o colonialismo, é a mesma classe que beneficia, depois da independência, do neocolonialismo. O seu interesse reside na manutenção das estruturas sócio-econômicas capitalistas. A sua aliança com o neocolonialismo reside e o capital financeiro monopolista internacional coloca-a em conflito direto com as massas africanas, cujas aspirações só serão realizadas num socialismo científico (...) são numerosos os membros da burguesia africana que, sendo empregados em firmas estrangeiras, têm um interesse direto na manutenção da exploração econômica de África pelas potências estrangeiras. Outros, ocupando postos na função pública, em sociedades mineiras, empresas, exército, polícia e nas profissões liberais, reclamam-se do capitalismo devido a sua origem de classe, à sua educação no estrangeiro e a sua posição privilegiada. Esses veneram as instituições e organizações do mundo capitalista e copiam os seus antigos mestres coloniais, de quem estão bem decididos a preservar o estatuto e o poder que herdaram (NKRUMAH, 1977, p. 9-10)

Como visto em Amílcar Cabral, essa mesma estrutura é condicionada às formações de Guiné-Bissau e Cabo Verde. O fenômeno do neocolonialismo a partir da determinante econômica, segundo a análise dos autores mobilizados até aqui, para distintas regiões do continente africano induz uma homogeneização das relações de produção, com predomínio para a manutenção de velhas estruturas sociais, criando micro regiões urbanas em que residem a pequena burguesia privilegiada pela sua posição social de classe.

como resultado desse processo de divisão ou de aprofundamento das divisões no seio da sociedade, sucede que parte considerável da população, especialmente a "pequena burguesia" urbana ou campesina, assimila a mentalidade do colonizador e considera-se como culturalmente superior ao povo a que pertence e cujos valores culturais ignora ou despreza. Esta situação, característica da maioria dos intelectuais colonizados, vai cristalizando à medida que aumentam os privilégios sociais do grupo assimilado ou alienado, tendo implicações diretas no comportamento dos indivíduos desse grupo perante o movimento de libertação (CABRAL, 1980, p. 61)

Segundo Cabral, a pequena burguesia estabelecida nas regiões urbanas é a principal responsável pela manutenção da estrutura colonialista portuguesa. O alinhamento ideológico aos valores inerentes à sua posição de classe condicionou aos seus integrantes atuar como uma *classe-apoio* externa de Portugal, que permitiu ao país lusitano absorver o lucro e adquirir as mercadorias de tal maneira que

possibilitou a vigência de um modelo agrário-exportador sob um regime fascista por mais de 40 anos seguidos. A estrutura portuguesa aliava dois componentes como classe-apoio do regime de Salazar: o campesinato interno e a pequena burguesia autóctone das colônias.

2.4 O dilema da pequena burguesia autóctone. Sobre o conceito de *suicídio de classe*

A pequena burguesia nativa, como uma classe-apoio, representava o principal alicerce ao nível econômico e ideológico de sustentação do regime de Salazar fora de Portugal. Essa pequena burguesia assimilada era formada por “funcionários do Estado e por empregados dos diversos ramos da economia (especialmente do comércio) (...) profissões liberais e por alguns proprietários urbanos e agrícolas” (CABRAL, 1980, p. 75). Como demonstra Cabral:

forjada pelo domínio estrangeiro e indispensável ao sistema de exploração colonial, situa-se entre as massas populares trabalhadoras do campo e dos centros urbanos e a minoria de representantes locais da classe dominante estrangeira. Ainda que possa ter relações mais ou menos desenvolvidas com as massas populares ou com os chefes tradicionais, aspira, em geral, a um estilo de vida semelhante, senão idêntico, ao da minoria estrangeira; simultaneamente, enquanto limita as suas relações com as massas, tenta integrar-se nessa minoria, ainda que muitas vezes em detrimento dos laços familiares ou étnicos e sempre graças a esforços individuais. Mas não chega, quaisquer que sejam as exceções aparentes, a franquear as barreiras impostas pelo sistema: está prisioneira das contradições da realidade cultural e social em que vive, porque não pode fugir, na paz colonial, à sua condição de classe marginal ou "marginalizada". Esta "marginalidade" constitui, tanto localmente como no seio das diásporas implantadas na metrópole colonialista, o drama sócio-cultural das elites coloniais ou da pequena burguesia indígena, vivido mais ou menos intensamente segundo as circunstâncias materiais e o nível de aculturação, mas sempre no plano individual, não no coletivo” (CABRAL, 1980, p. 75-76)

O drama da pequena burguesia nativa assimilada aos valores de classe da metrópole colonialista se materializou ao perceber, de maneira mais ou menos consciente, que mesmo absorvendo os valores da metrópole, continuava a se encontrar em um limbo, em uma região do não ser e de não pertencimento nem para os colonialistas, tampouco para as massas colonizadas. Ao rejeitar pela sua própria constituição de classe os valores sócio-culturais inerentes a sua identidade originária, a pequena burguesia autóctone se apercebeu sem qualquer reconhecimento entre as massas nativas por um lado, mas também sem o

reconhecimento de classe entre as verdadeiras classes dominantes neocolonialistas por outro. Esse drama ontológico que, ao nível da cultura, só chegou a interferir ao nível da assimilação apenas essa pequena camada da realidade colonizada, irrompeu, ou pôde irromper através da ausência do reconhecimento seja pela identidade de classe ou identidade sócio-cultural, na produção de quadros psicopatológicos cunhado por Amílcar Cabral de *complexos de frustração*. A pequena burguesia autóctone sentiu, sabendo na profundidade do seu ser, que para a metrópole, ela não era diferente dos demais pares nativos, ao mesmo tempo em que estes pares nativos deixaram de lhes reconhecer pela autonegação assumida por essa camada privilegiada. Esse drama da autonegação e da negação da alteridade promovida pela metrópole é demonstrada por Frantz Fanon na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) ao afirmar que

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida (FANON, 2008, p. 180)

Amílcar Cabral parece ter acordo com Frantz Fanon ao demonstrar as interferências objetivas do colonialismo na subjetividade do colonizado. O *complexo de frustração* como drama que se manifesta diante da estrutura estratificada pelo colonizador é apenas o sintoma psicopatológico materializado em condições de dominação econômica que permitiram a inferiorização do negro e sua conseqüente desumanização. Segundo Cabral:

É no contexto desse drama quotidiano, sobre o pano de fundo da confrontação geralmente violenta entre as massas populares e a classe colonial dominante, que surge e se desenvolve na pequena burguesia indígena um sentimento de amargura ou um **complexo de frustração** e, paralelamente, uma necessidade urgente, de que ela tome a pouco a pouco consciência, de contestar a sua marginalidade e de descobrir uma identidade. Resultante do fracasso da tentativa de identificação com a classe dominante estrangeira, para a qual é impulsionada tanto pelos elementos essenciais da sua formação cultural como pelas suas aspirações sociais, esta necessidade de libertação do complexo de frustração e da marginalidade leva a pequena burguesia autóctone a voltar-se para o outro pólo do conflito sócio-cultural no seio do qual vive — as massas populares indígenas —, procurando uma identidade. Como vimos, a sociedade dominada (por estar vencida, oprimida e reprimida nos planos econômico e político) preserva, apesar de todas as tentativas de destruição da parte da potência colonial, o essencial da sua cultura e continua a sua resistência cultural, que é indestrutível. (CABRAL, 1980, p. 78, grifo nosso)

O que Amílcar Cabral chama de complexo de frustração se desenvolveu historicamente através de uma longa e forçada reestruturação social que, uma vez consolidada, produziu o drama psicopatológico dividido em um duplo feixe de polo negativo que definiu a condição da alienação do negro. Segundo Fanon, para fugir ao conseqüente drama da desumanização, o negro procedeu negando-se a si próprio enquanto negro, sendo obrigado a criar uma imagem inconcebível de si que enxergaria no modelo branco e burguês o reflexo ideal. Esta autonegação pela qual o ser negro foi empurrado e condenado, produziu a condição da impossível ou vã tentativa de alcançar permanentemente o inalcançável, produzindo um complexo de inferioridade que, no entanto, teve no complexo de superioridade europeu a natureza criadora do delírio pelo qual foram erigidas as relações que interdita ainda nos dias atuais qualquer reconhecimento e alteridade. Este fenômeno parte em primeiro lugar de uma dimensão material que, como procurou afirmar Fanon:

Antes de abrir o dossiê, queremos dizer certas coisas. A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo:

- inicialmente econômico;
- em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade.

Reagindo contra a tendência constitucionalista em psicologia do fim do século XIX, Freud, através da psicanálise, exigiu que fosse levado em consideração o fator individual. Ele substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é apenas uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia. (FANON, 2008, p. 28)

Ao afirmar haver uma *sociogênese* como aspecto central na constituição da psique e na construção da subjetividade humana³¹ para além da análise ontogenética de Freud, Fanon demonstrou que essa constituição – aqui em particular do negro e do colonizado – está rigorosamente associada às dimensões sociais nos planos da economia, cultura e identidade. Para Fanon, o diagnóstico psicopatológico que produz a alienação do negro só poderia ser compreendido a

³¹ Embora Fanon seja reconhecidamente um dos pioneiros desse tema que procurava apontar para uma construção sócio-histórica do indivíduo (sociogênese), é importante mencionar que talvez o primeiro tratado científico que desenvolveu análises importantes nesse aspecto tenha partido de Norbert Elias, como ele bem menciona na obra *A Sociedade dos Indivíduos*. A proximidade de Fanon com a Sociologia não foi acidental. O teórico martinicano vai, inclusive, desenvolver seus escritos sociológicos ao longo de toda a década de 1950 utilizando largamente autores como Marcel Mauss e, além de Marx, outros pensadores clássicos como Durkheim.

partir de uma base histórica e sociológica inescapável. Esse sócio diagnóstico foi um dos fatores que permitiu a Amílcar Cabral compreender o complexo de frustração pelos quais parte da pequena burguesia autóctone que em contexto avançado de contestação a possibilitou romper com os ideais e valores do dominador estrangeiro.

O dilema da pequena burguesia autóctone que internaliza um complexo de frustração só poderia ser superado no momento em que, para escapar dessa região do não ser, do não pertencimento, ela se *suicidasse* como classe. O *suicídio de classe* aparece como um movimento de ruptura ideológica por parte de indivíduos oriundos da pequena burguesia – e Amílcar Cabral era um deles – que tivesse como resultado o alinhamento aos verdadeiros interesses das massas populares. A elaboração de suicídio de classe desenvolvida por Amílcar Cabral deve ser compreendido neste sentido, como um importante conceito que apresentou validade para diferentes formações sociais colonizadas, ao menos para aquelas de dominação indireta como no caso português.

Esta elaboração conceitual de Amílcar Cabral acerca do suicídio de classe partiu da análise do conjunto de classe a que o autor era integrado, assim como Frantz Fanon desenvolveu suas análises acerca da constituição psicopatológica do negro em *Pele Negra, Máscaras Brancas* a partir de sua própria subjetividade, mas também sob um contexto histórico e social dado. O suicídio de classe explica porque a constituição inicial do PAIGC, como era característico de muitos outros grupos políticos em África era composta, afirmaria Cabral em uma intervenção realizada na Itália em Maio de 1964, de um grupo oriundo da própria pequena burguesia.

Formamos, é necessário repeti-lo, um grupo de pequenos burgueses, e tínhamos começado esta luta [nacional] como reação contra a nossa própria realidade e igualmente devido à influência que os acontecimentos da África e do resto do mundo exerciam sobre nós, em especial devido ao que alguns de nós tinham sofrido na Europa, em Portugal ou noutros lugares (CABRAL, 1964, p. 446)

Para o autor guineense, esta camada social da realidade colonizada poderia, ao não cometer o suicídio de classe, mas contestando parcialmente a intervenção estrangeira, se integrar a outros projetos políticos, segundo a concepção ideológica de classe a qual estava inscrita. Longe de ser uniforme, essa camada possuía diferentes posicionamentos frente ao movimento da luta nacional que Amílcar Cabral dividiu em três grupos.

Esta desigualdade está na base da cisão da pequena burguesia autóctone em três grupos distintos, face ao movimento de libertação:

- a) uma primeira minoria que, apesar de desejar o fim da dominação estrangeira, se prende à classe colonial dominante e se opõe abertamente a esse movimento para defender a sua segurança social;
- b) uma maioria de elementos hesitantes ou indecisos;
- c) uma segunda minoria cujos elementos participam na criação e na direção do movimento de libertação, de que são o principal elemento de fecundação (CABRAL, 1980, p. 79-80)

A pequena burguesia colonizada, como uma importante e necessária classe-apoio para a manutenção da forma do regime português, em contexto de deflagração da luta de libertação nacional assumiu, ou pôde assumir, novas posições políticas e ideológicas. Amílcar Cabral conclui que parte dos indivíduos oriundos da pequena burguesia imbuído do complexo de frustração identifica-se com as massas nas dimensões culturais, potencialmente podendo identificar-se também a partir das aspirações materiais através da luta, que dependia do “grau dessa identificação da forma ou das formas de luta, do conteúdo ideológico do movimento e do nível de consciência moral e política de cada indivíduo” (CABRAL, 1980, p.80)

Iniciaremos o próximo capítulo demonstrando as possíveis limitações ideológicas deste terceiro grupo a partir do que Amílcar Cabral definiu como as *teorias do regresso às fontes*. Os indivíduos oriundos da pequena burguesia no quadro de contestação da dominação colonialista, rejeitam ou podem rejeitar os valores culturais dos países imperialistas. No entanto, veremos como a complexidade do fenómeno colonialista não permitia, para Amílcar Cabral, a limitação da contestação apenas na esfera da cultura e da subjetividade.

SEGUNDA PARTE

O MATERIALISMO DE AMÍLCAR CABRAL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE SUA PRÁTICA TEÓRICA E POLÍTICA

CAPÍTULO III – A ARMA DA CULTURA: DIÁLOGOS SOBRE IDENTIDADE E LIBERTAÇÃO NACIONAL

“Na identidade existe luta, na particularidade existe a universalidade, e na individualidade existe a generalidade”

Como observado no capítulo anterior, o neo-colonialismo português ao nível econômico e político, na época que marca o imperialismo não se limitou a extrair as riquezas dos territórios dominados, mas também transformou as relações de produção se integrando ao meio para extrair a maior capacidade de lucro possível. Essa dominação produziu interferências significativamente negativas na vida cultural de África em geral e de Guiné-Bissau e Cabo Verde aqui em particular. Uma vez criada pelo neo-colonialismo português, a pequena burguesia nativa, criada para ser classe-apoio da burguesia agrária sob o regime de Salazar, atuou com o papel de colaboração para o entrave das manifestações culturais dos povos nativos, rejeitando a sua identidade cultural ao se reconhecer a partir da identidade privilegiada de classe.

Para o pensador Egípcio Samir Amin, o M.P.C. produziu universalmente importantes transformações na gênese de funcionamento das relações de produção, qualitativamente distintas dos demais modos de produção. Nos tipos de formações sociais que antecederam o M.P.C, a reprodução das relações de produção e da dinâmica do poder foi exercido a partir das instâncias jurídico-político e ideológicas, enquanto no atual sistema é definido pela determinante econômica subsumida da aparência fenomênica (AMIN, 2021). Em acordo com Amin, o antropólogo Eric Wolf (2003), afirmou que toda construção, destruição ou reconstrução de formações culturais são longos processos históricos cujas “arenas são moldadas pelo funcionamento de modos de mobilização do trabalho social e pelos conflitos que esses modos geram interna e externamente, dentro de e entre constelações sociais” (WOLF, 2003, p. 303). Dessa maneira,

nesse funcionamento e nos conflitos a que dão origem, a criação e a destruição de uma ideologia desempenham um papel vital. As formas culturais e os conjuntos de formas são postos em jogo nesse processo, mas para compreender seu significado, devemos ir além do nível de seus

significados ostensivos. Devemos entendê-los como construções humanas realizadas para encarnar as forças geradas pelo modo subjacente de mobilizar o trabalho social. Eles não são estáticos e dados para sempre (WOLF, 2003, p. 303)

Ao pensar a necessidade de compreender a cultura a partir das relações materiais de produção, integrada e jamais isolada do todo social, Wolf parte do pressuposto que o mundo natural pelo qual o ser humano está inserido de maneira metabólica não se limita às determinações das forças produtivas, e que o elemento definitivo do movimento histórico deve ser entendido a partir das relações sociais integradas, que se influenciam e tensionam mutuamente, sem jamais estarem em comunidades isoladas do desenvolvimento geral e de suas formações particulares. Para o Historiador Eric Hobsbawm, Wolf se destaca pela sua ampla compreensão das conexões sócio-culturais e das transformações históricas no longo tempo:

A tradição antropológica contra a qual Wolf se insurge é aquela que trata as sociedades humanas (isto é, na prática, as micropopulações que foram objeto de trabalho de campo e monografias) como sistemas independentes, autorreprodutores e teoricamente autorregulados. Porém, afirma ele, nenhuma tribo ou comunidade é ou jamais foi uma ilha, e o mundo, uma totalidade de processos interligados ou sistema, não é e nunca foi uma soma de grupos humanos e culturas independentes. O que se manifesta como imutável e autorreprodutor não é somente o resultado do enfrentamento do processo constante e complexo de tensões internas e externas, mas muitas vezes produto de transformações históricas (HOBSBAWN, 2009, p. 241)

Ainda segundo Samir Amin, a crítica cultural ao eurocentrismo deve necessariamente projetar a superação da “pobreza dos instrumentos de uma análise científica das relações entre as três dimensões que constituem a realidade social: a econômica, o poder e o político, o cultural e o ideológico” (AMIN, 2021, p. 150). Em Amílcar Cabral é possível observar que esta relação é estabelecida quando o teórico afirma que “a cultura, tal como a história, é necessariamente um fenômeno em expansão, em desenvolvimento” e que a “característica fundamental de uma cultura é a sua íntima ligação, de dependência e reciprocidade, com a realidade econômica e social do meio” e propõe que essa relação esteja a par com o “nível das forças produtivas e o modo de produção da sociedade que a cria” (CABRAL, 1980, p. 66). Samir Amin e Eric Wolf se aproximam da concepção de Amílcar Cabral quando rejeitam formulações mecanicistas e economicistas do marxismo, assumindo a cultura e demais fatores da superestrutura como elementos centrais de uma rigorosa análise materialista. Dessa maneira, para Samir Amin, no M.P.C.

o conteúdo e a função social do poder e da ideologia adquirem, nesta

reprodução, características novas, qualitativamente diferentes daquelas mediante as quais se definia o poder social nas sociedades anteriores. A teoria da cultura deve tomar em consideração esta articulação nova, invertida, desses dois domínios, o da economia e o do político-ideológico. (AMIN, 2021, p. 20-21)

Quando Louis Althusser na obra *A favor de Marx* (1979) apontou que a solução prática de um enunciado teórico se encontra na Teoria ³², neste caso a dialética, afirmou que este

enunciado teórico exato da dialética interessa, desde início, às próprias práticas em que a dialética marxista está está [sic] em ação – pois, essas práticas ('teoria' e política marxistas) necessitam, em seu desenvolvimento, do conceito de sua prática (da dialética), para não ficarem desarmadas diante das formas qualitativamente novas desse desenvolvimento (situações novas, novos 'problemas') – ou para evitar as quedas ou recaídas possíveis nas diferentes formas de oportunismo, teórico e prático. Essas 'surpresas' e esses desvios, em última instância imputáveis a 'erros ideológicos' isto é, a uma deficiência teórica, custam sempre caro, e mesmo muito caro (ALTHUSSER, 1979, p. 146)

Pensando nas condições materiais de existência da realidade colonial Argelina e inserido no interior do debate sobre a questão cultural da época, Frantz Fanon, autor que, tal qual Althusser foi profundamente influenciado pelas contribuições de Mao Tsetung ³³, apresentou uma crítica contundente sobre o rumo que o movimento cultural da *Negritude* havia tomado. A partir de sua experiência clínica e como combatente na Argélia, o pensador da Martinica fez rigorosos apontamentos acerca dos desvios culturalistas de parte dos grupos ou movimentos político-culturais que a reivindicavam. Amílcar Cabral, inserido em espaços políticos e debates da mesma natureza, desenvolveu em sua análise críticas similares no que chamou de *Teorias do Regresso às Fontes*.

³² “Denominaremos ‘teoria’ (entre aspas) o *sistema teórico* determinado de uma ciência real (seus conceitos fundamentais em sua unidade mais ou menos contraditória em um dado momento), por exemplo – a teoria da atração universal, a mecânica ondulatória, etc..., ou ainda a ‘teoria’ do materialismo histórico. Na sua ‘teoria’ toda ciência determinada reflete na unidade complexa dos seus conceitos (unidade, alias, sempre mais ou menos problemática) os resultados, transformados em condições e meios, da sua própria prática teórica. Chamaremos de Teoria (com maiúscula) a teoria geral, isto é, a Teoria da prática em geral (elaborada, ela própria, a partir da Teoria das práticas teóricas existentes das ciências), que transformam em ‘conhecimentos’ (verdades científicas), o produto ideológico das práticas ‘empíricas’ (a atividade concreta dos homens) existentes (a atividade concreta dos homens) existentes. Essa Teoria é a *dialética* materialista que não constitui mais do que um só todo com o materialismo dialético”. (ALTHUSSER, 1979, p. 145)

³³ São muitas as incorporações que Althusser faz das contribuições de Mao TseTung para o desenvolvimento de suas análises. Entre elas, uma interessante passagem da obra *Sobre a Reprodução*, onde Althusser, procurando desenvolver a análise acerca da sobredeterminação, mobiliza outros teóricos para a superação do problema das interpretações economicistas, ou historicistas. Segundo Althusser, para essa superação ocorrer “deve-se dar o primado das Relações de produção”. E que teóricos como Lenin e Mao o fizeram, não sendo “um acaso que Lenin e Mao tenham levado seus Partidos comunistas à vitória da Revolução”. (ALTHUSSER, 1999, p. 234).

parece tanto mais imperioso quanto o isolamento da pequena burguesia (ou das elites nativas) for grande e quanto o seu sentimento ou complexo de frustração for agudo, como em relação às *diásporas* africanas implantadas nas metrópoles colonialistas e racistas. Não é, pois, por acaso que teorias ou “movimentos” tais como o *pan-africanismo* e a *negritude*, duas expressões pertinentes do “regresso às fontes” – baseadas principalmente no postulado da identidade cultural de todos os africanos negros – foram concebidas em espaços culturais distintos dos da África negra (...) o “retorno às fontes” não é mais do que uma solução que pretende obter vantagens temporárias, uma forma, consciente ou inconsciente, de oportunismo político da parte da pequena burguesia (CABRAL, 1980, p.78 - 79).

A partir dessa exposição, também é possível notar a semelhança das análises de Cabral com aquelas produzidas por Frantz Fanon para pensar uma teoria da cultura que incluísse como projeto um Estado nacional autônomo a fim de superar o colonialismo vigente. O salto qualitativo do materialismo de Amílcar Cabral ao observar a importância da cultura como elemento central na luta de libertação nacional ganha especial relevo para entender a sua aplicação prática que levaram os territórios de Guiné-Bissau e Cabo Verde a uma vitória incontestável e irreversível contra o neocolonialismo português.

A concepção de cultura em Fanon, especialmente a partir da sua obra mais amadurecida, compreende que ela não pode ser confundida com qualquer imagem distorcida, “mumificada”, construída em cima de uma tradição (FANON, 1968, p. 196). Cabral e Fanon partem de uma análise histórico-sociológica e processual da identidade cultural em contexto de domínio imperialista para, a partir de uma *Teoria Geral*, compreender as especificidades das formações sociais particulares do meio ao qual estavam inseridos. A partir desta análise geral, descobrem o fundamento dos desvios idealistas que se prendiam ao entendimento imanente e fixo da identidade cultural que as levaram a cometer o equívoco de reivindicar um passado que só poderia ser ausente de movimento ou qualquer transformação da realidade colonial. Nesse sentido, a ideia reivindicativa das tradições ou da supervalorização do passado, o idealizando e mistificando, rejeitava em sua base ideológica a centralidade prática da luta de libertação nacional.

No entanto, foi o próprio culturalismo quem promoveu os elementos fundantes ao nível ideológico, da estrutura econômica que se baseia na permanente exploração, e cada vez mais aguda, da força de trabalho. É no interior da sociedade europeia responsável pela elaboração do ideal universalista, mas de um universalismo abstrato e por isso irrealizável, que serão encontradas as raízes desse

fenômeno.

O eurocentrismo é um culturalismo – ele supõe a existência de invariantes culturais que conformam os trajetos históricos dos diferentes povos, irreduzíveis entre si. É, então, anti-universalista, porque não se interessa em descobrir eventuais leis gerais da evolução humana. Mas apresenta-se como um universalismo, uma vez que propõe a todos a imitação do modelo ocidental como única solução aos desafios do nosso tempo (AMIN, 2021, p. 11)

Frantz Fanon procurou demonstrar como a Europa se converteu em uma sociedade cuja cosmovisão de mundo é fechada, erigida a partir da negação do *outro* situado fora dos limites territoriais do continente. Sociedade erigida sob uma ode regionalista supostamente detentora de um único modelo racional e do estatuto de civilização superior às demais civilizações. A Europa racializa o mundo e a partir de então “cria” o negro como uma manifestação fantasmagórica do humano, como um ser que reside no limiar que ela compreendeu estar entre o “estado de natureza” e a civilização iluminada. Inventou, dessa maneira, uma concepção idealizada de identidade superior que ao mesmo tempo se auto isola e define uma identidade negativa para todo o resto. Sobre esse culturalismo erigido pelo capitalismo, Fanon afirma:

Chamo de sociedade burguesa todas as que se esclerosam em formas determinadas, proibindo qualquer evolução, qualquer marcha adiante, qualquer progresso, qualquer descoberta. Chamo de sociedade burguesa uma sociedade fechada, onde não é bom viver, onde o ar é pútrido, as ideias e as pessoas em putrefação. E creio que um homem que toma posição contra esta morte, é, em certo sentido, um revolucionário. A descoberta da existência de uma civilização negra no século XV não me concede nenhum brevíssimo de humanidade. Quer se queira, quer não, o passado não pode, de modo algum, me guiar na atualidade. (FANON, 2014, p. 186)

A consolidação da modernidade e a expansão do ideário europeu para outras regiões do globo teve como fundamento estruturante uma proposta de identidade fechada, ausente de possível alteridade. Para pôr em prática esse projeto sem precedentes, a Europa precisou mistificar povos inteiros³⁴ sob princípios que só poderiam ser contrários a qualquer realização prática de universalidade. Dessa maneira, o eurocentrismo se constitui também como ideologia quando “implica uma teoria da história universal e, a partir daí, um projeto político mundial (AMIN, 2021, p. 83). Portanto, “a aparição da dimensão eurocêntrica da ideologia do mundo moderno

³⁴ “E é bem verdade que os grandes responsáveis por essa racionalização do pensamento, ou pelo menos das tentativas de pensamento são e continuam sendo os europeus que não cessaram de opor a cultura branca às outras inculturas. O colonialismo não julgou necessário perder tempo em negar umas após outras as culturas das diferentes nações”. (FANON, 1968, p.176)

precede a cristalização das outras dimensões que definem o capitalismo” (AMIN, 2021, p. 83). O ideário universalista da Europa se realiza a partir da estrutura ideológica erigida, que se manifesta concretamente na própria natureza do modo de produção que a legitima³⁵.

É possível concluir que o capitalismo, nas dimensões ideológica e econômica não pôde se realizar sem a produção e reprodução da racialização dos povos do mundo inteiro. Essa legitimação depende ainda nos dias atuais do constante movimento da produção simbólica, ideológica e inclusive teórica de corpos para a garantia da sua estrutura em vigência.

sem dúvida, a forma mais primitiva da expressão racista está hoje desvalorizada. O racismo genético atribui aos caracteres biológicos - algumas vezes chamados “raciais” - a virtude de criar a diversidade cultural e de hierarquizar as qualidades. Desde o século XIX até Hitler, a Europa até nos seus meios cultos bebeu na fonte de tais disparates. Mas uma forma atenuada de racismo atribuirá ao condicionamento da geografia e à ecologia efeitos trans-sociais duradouros. Mais atenuado ainda, o racismo cultural não nega que o indivíduo seja qual for a origem, é maleável e capaz de assimilar outra cultura: o menino negro educado na França chega a ser francês. (AMIN, 2021, p. 103)

O racismo aparece nesse contexto como a manifestação mais vigorosa e necessária que permite legitimar as violentas formas de dominação³⁶ responsável por reorganizar as relações sociais de produção no interior do imaginário moderno. O giro culturalista surge como um organismo mais ou menos consciente do domínio colonialista europeu em sua dimensão jurídico-política e ideológica, e por outro, uma armadilha para aqueles que procuram reivindicá-la como tradição contra o movimento de apagamento da identidade cultural colonizada.

É, por exemplo, o caso da pretensa teoria da *assimilação* progressiva das populações nativas que não passa de uma tentativa, mais ou menos violenta, de negar a cultura do povo em questão. O nítido fracasso desta “teoria”, posta em prática por algumas potências coloniais, entre as quais

³⁵ Para Samir Amin, “a ideologia dominante que se constitui não pode organizar-se em torno de um reconhecimento lúcido desta natureza, sob pena de perder a sua função de legitimação. Admiti-lo seria admitir que a sociedade nova deve, por sua vez, confrontar-se com os seus limites históricos reais, acentuar as suas contradições internas. Uma ideologia dominante deve evacuar este tipo de dúvida destruidora do campo da visão que inspira. Necessita consolidar-se como ideologia baseada em ‘verdades eternas’ de vocação trans-histórica”. (AMIN, 2021, p. 84)

³⁶ No prefácio à obra *Discurso Sobre o Colonialismo*, Mário de Andrade ao discursar sobre a base de funcionamento do colonialismo afirma: “a *essência* do colonialismo (...), segundo a sua demonstração, se reveste de dois aspectos: o de um ‘regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem a sua origem na violência e só se sustém pela violência’, e o de uma ‘forma moderna de pilhagem’. Sendo o genocídio a lógica normal, o colonialismo é portador de racismo. E é nessa gigantesca *catarsis* coletiva que o colonialismo desciviliza simultaneamente o colonizador e o colonizado”. (CÉSAIRE, 1978, p. 07)

Portugal, é a prova mais evidente da sua inviabilidade, senão mesmo do seu caráter desumano. No caso português, em que Salazar afirma que a África não existe, atinge mesmo o mais elevado grau de absurdo.” (CABRAL, 1980, p. 56)

O combate às posições culturalistas no interior da luta dos movimentos em África foi elevado na medida em que foram sendo evidenciadas as divergências de princípios diante da estrutura de dominação neocolonialista. A divisão entre aqueles que se limitavam a reivindicar a valorização da identidade e cultura em oposição àqueles que declararam no interior do pan-africanismo uma concepção que englobasse a classe como elemento fundamental³⁷ para a emancipação, levaram os movimentos em geral a contradições inevitáveis, dividindo grandes lideranças cada qual pelos princípios táticos e estratégicos assumidos³⁸.

Em 1963, na conferência de Adis Abeba, o pan-africanismo se fez política concreta com a formação da Organização da Unidade Africana (OUA). Alguns críticos identificam esse momento histórico com aquele que mais evidencia a presença de rivalidades anti-imperialistas no seio do próprio movimento pan-africano, expressas em particular na formação de blocos de “cooperação” entre as colônias africanas francesas e inglesas com suas respectivas metrópoles. No solo africano que começava a se tornar politicamente independente, são colocados em oposição dois tipos de defesa da unidade: a ‘unidade dos revolucionários’ e a ‘unidade dos neocolonizados’.” (VILLEN, 2013, p. 40)

³⁷ Segundo essa ideia de coparticipação, o pan-africanista Amílcar Cabral, líder da independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau na década de 1960, postulava que a libertação na África não poderia caminhar apenas na linha da independência de cada colônia, mas de toda a África. Portanto, com a luta pela descolonização africana, esse Pan-Africanismo “continental” passou a estimular a unificação de toda a África em um único Estado, englobando populações negras ou não. A ideia de uma unidade estatal de todo o continente para estimular o desenvolvimento africano teve em Nkrumah, líder da independência ganesa, governante do país entre 1957 e 1966, um dos principais difusores. Mas, o Pan-Africanismo “continental” sempre foi prejudicado pela xenofobia aos estrangeiros africanos, pelas divergências ideológicas entre os regimes africanos de esquerda e direita, pelas enormes distâncias geográficas intercontinentais, pelas dificuldades de comunicação, pelas prioridades econômicas, pelos interesses de cada governo em relação à aliança com Estados não africanos, assim como pelas alianças regionais., que, vez por outra, ensaiaram-se no território africano. Por isso, ante a proposta unificadora do líder ganês já no início da década de 1960, os dirigentes africanos dividiram-se em dois grupos: primeiro, aqueles que queriam uma união política forte, um futuro Estado; segundo, os que apenas desejavam uma confederação suave de Estados plenamente soberanos, preocupados com a construção de cada Estado nacional e com a manutenção das fronteiras coloniais. Ver mais em: FILHO, Silvio de Almeida Carvalho. **Intelectuais da África**. São Paulo: Editora Pontes, p. 23 - 24, 2018.

³⁸ É o caso da crítica de Frantz Fanon, por exemplo, a Leopold Sedar Senghor. Em *Os condenados da Terra*, o autor martinicano afirma que “A cultura negro-africana, é em torno da luta dos povos que ela adquire densidade e não em torno dos cantos, dos poemas ou do folclore; Senghor, que também é membro da Sociedade Africana de Cultura e que trabalhou conosco na questão da cultura africana, não receou, tampouco, dar ordem à sua delegação de apoiar as teses francesas sobre a Argélia. A adesão à cultura negro-africana, À unidade cultural da África, passa primeiramente pelo apoio incondicional à luta de libertação dos povos. Não se pode querer o esplendor da cultura africana se não se contribui concretamente para a existência das condições dessa cultura, isto é, para a libertação do continente”. (FANON, 1965, p. 196)

A partir da década de 1940, o debate sobre a cultura representava o principal tema no interior do movimento pan-africanista. Nos anos seguintes, parte da vertente culturalista demonstrava o desejo de manter relações cordiais com os países colonialistas, o que significava na prática a continuidade do colonialismo, ao menos na sua forma econômica. Dentre estes personagens, se encontrava Leopold Sedar Senghor, primeiro presidente de Senegal e um dos principais autores inscritos no movimento cultural da negritude. De outro lado, Kwame N’Krumah aparece como um exemplo de teórico do continente africano que já na década citada apontava os limites dessa posição e sua contradição com os anseios de libertação dos povos colonizados

A massa do povo africano já apoia — e esse será o fator decisivo, afinal — a unidade da mesma maneira por que anteriormente apoiou os vários movimentos locais de independência política. Muitos dos líderes políticos da África Ocidental Francesa, por exemplo, não apoiaram de início a independência. Em 1946, a Assembleia Nacional Francesa, da qual era membro, o Presidente da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny, afirmou que "não há separatistas nestas cadeiras... há um laço poderoso, capaz de resistir a todas as experiências, um laço moral que nos une. É o ideal de liberdade, fraternidade, igualdade, para cujo triunfo a França jamais hesitou em sacrificar o seu mais nobre sangue". A mesma política de manter a unidade com a França era então defendida pelo Presidente Senghor, do Senegal, que disse: "A união francesa precisa ser uma conjunção de civilizações, uma fusão de cultura... é mais um casamento do que uma associação". Foi a pressão da massa pela independência que forçou esses líderes a inverterem suas posições anteriores e se declararem a favor da soberania nacional (NKRUMAH, 1967, p. 27)

Como vimos, em sua crítica ao *regresso às fontes*, Amílcar Cabral demonstrou que essas expressões políticas e culturais haviam surgido em espaços exteriores ao de África Negra. Para Cabral, a superação do pólo ideológico negativo que a base culturalista havia tomado só poderia se realizar a partir da defesa completa e intransigente da luta de libertação que tivesse uma "identificação total e definitiva com as aspirações das massas populares, que não contestem somente a cultura do estrangeiro mas ainda, globalmente, o domínio estrangeiro" (CABRAL, 1980, p. 79).

Segundo Nkrumah, "os métodos dos neocolonialistas são sutis e variados. Operam não apenas no campo econômico, mas também nas esferas política, religiosa, ideológica e cultural" (NKRUMAH, 1967, p.281). Partindo da forma como seu idealizador o compreendia³⁹, inicialmente Fanon considerava que o

³⁹ "A Negritude, aos meus olhos, não é uma filosofia. A Negritude não é uma metafísica. A Negritude não é uma concepção pretensiosa de universo. É uma maneira de viver a história na história: a história de uma comunidade cuja experiência, na verdade, nasce de maneira singular com as

movimento da negritude havia surgido como “antítese afetiva senão lógica desse insulto que o homem branco fazia à humanidade” (FANON, 1968, p. 176) e que “essa negritude exacerbada contra o desprezo do branco revelou-se em certos setores apenas capaz de suspender interdições e maldições” (FANON, 1968, p. 176). Em seu fundamento, a negritude era a resposta necessária à negação da existência cultural dos povos africanos promovida pela Europa, que tinha como tarefa sublimar e recalcar neuroses oriundas da construção racialista alavancada para os povos exógenos ao “continente das luzes”. Ela era compreendida, para além das instâncias infraestruturais, como uma legítima restituição dialética do reconhecimento da humanidade dos povos africanos através da cultura. Por outro lado, e Aimée Césaire o sabia bem, Fanon concluiu que

Não é suficiente portanto mergulhar no passado do povo para aí encontrar elementos de coesão em face dos empreendimentos falsificadores e negativos do colonialismo. A cultura nacional não é o folclore onde um populismo abstrato julgou descobrir a verdade do povo. Não é a massa sedimentada de gestos puros, isto é, cada vez menos vinculados à realidade presente do povo. A cultura nacional é o conjunto dos esforços feitos por um povo no plano do pensamento para descrever, justificar e cantar a ação através da qual o povo se constituiu e se manteve. Nos países subdesenvolvidos, a cultura nacional deve portanto situar-se no centro mesmo da luta de libertação empreendida por esses países. Os homens de cultura africanos que se batem ainda em nome da cultura negro-africana, que multiplicaram os congressos em consideração à unidade dessa cultura, devem hoje perceber que sua atividade se reduz a confrontar fragmentos ou comparar sarcófagos (FANON, 1968, p.194)

A análise crítica de Fanon ao abstracionismo das organizações pan-africanas de vertente culturalista o distanciou das formulações da negritude⁴⁰ que se tornaram hegemônicas. Não haveria possibilidade de pleno desenvolvimento cultural senão através das ações concretas de luta contra o domínio colonialista

deportações de sua população, as transferências dos homens de um continente a outro, as lembranças de crenças longínquas e restos de culturas assassinadas (...) Em outras palavras, a negritude foi uma revolta contra o que eu chamaria de reducionismo europeu. Refiro-me a esse sistema de pensamento, ou melhor à tendência instintiva de uma civilização eminente e prestigiada a abusar de seu prestígio até mesmo para criar um vácuo entorno dela trazendo de volta abusivamente a noção de universal, cara a Leopold Sedar Senghor, às suas próprias dimensões. Em outras palavras, pensar o universal apenas a partir de seus postulados e através de suas próprias categorias. Vemos e vimos muito bem as consequências que isto acarreta: cortar o homem de si mesmo, cortar o homem de suas raízes, cortar o homem do universo, cortar o homem do humano e acabam por isolá-lo, num orgulho suicida, senão numa forma racional e científica de barbárie”. (CÉSAIRE, 1987, p. 1, tradução nossa).

Ver mais em: CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur la négritude**. [s.l.], 1987. Disponível em: http://blog.ac-versailles.fr/1ereInerval/public/LA_2_Cesaire__Discours_sur_la_Negritude.pdf

⁴⁰ Este é um debate ainda em aberto tanto em leituras que legitimam o conceito da Negritude em obras tardias ou mais amadurecidas de Fanon, quanto para análises que apontem para uma direção de ruptura do pensador martinicano com o movimento.

também nas instâncias econômicas e políticas.

A compreensão acerca da cultura e da identidade a partir dos autores materialistas no interior do pan-africanismo também não permitia que a solução adotada fosse, tal qual a Europa o fez, de fechar-se no ideal de uma identidade imanente e, através disso, apoiar-se no passado para a realização de qualquer reivindicação de transformação presente e futura. Se o passado permitiu observar a existência de um desenvolvimento sócio-histórico da cultura que foi rejeitada pelo domínio colonialista, por outro, reivindicá-la para as tarefas do tempo presente⁴¹ se fechando para outros elementos centrais no interior da luta de libertação criou uma vaga que foi preenchida reduzindo toda multiplicidade cultural de um continente inteiro, mas que transbordou para outras regiões. Em *O Atlântico Negro*, Paul Gilroy afirma que

As teorias baseadas na noção de diáspora têm por vezes reagido de forma impaciente contra o poder coercitivo e autoritário da unanimidade racial. Tal essencialismo tem procurado atalhos em direção a unidade e tem repousado sobre concepções totalitárias e mesmo fascistas sobre a comunidade política, especialmente quando toma emprestado teorias alemãs sobre a hiperssimilaridade racial e o absolutismo étnico (...) Estas duvidosas aquisições tornaram os negros não apenas contingentemente similares, mas permanentemente e irredutivelmente os mesmos (GILROY, 2001, p.18)

Tornar homogeneamente reduzida a vasta e complexa ramificação de culturas e identidades fora de seus limites territoriais foi a premissa adotada durante séculos pelo colonizador. Nesse sentido, também para Amílcar Cabral a cultura dos povos colonizados e racializados não deveria ser compreendida sob princípios de viés culturalista⁴² como elaborado por parte do movimento da negritude e do pan-africanismo, da mesma maneira que a identidade, sua “extensão”, não poderia ser entendida a partir de uma mistificação ou deformação assumida sob o nome identitarismo. Há uma incontornável contradição posta, que para o período histórico trabalhado só poderia ser superada sem as armadilhas impostas pelo dominador nos percalços do caminho para a emancipação. A fração culturalista do

⁴¹ “A descoberta da existência de uma civilização negra no século XV não me concede nenhum breví de humanidade. Quer se queira, quer não, o passado não pode, de modo algum, me guiar na atualidade”. (FANON, 2008, p. 186)

⁴² “Uma análise da teoria da cultura e sua função no desenvolvimento histórico das sociedades só se equipara com a dificuldade da tarefa. Esta importância deve-se ao fato de a corrente burguesa dominante nas ciências sociais se basear primeiro numa filosofia da história abertamente culturalista, e depois, quando esta perdeu progressivamente a sua força de convicção, ter-se refugiado no agnosticismo, rejeitando qualquer investigação do geral para além do específico, o que a obriga a ficar na penumbra culturalista”. (AMIN, 2021, p. 139)

pan-africanismo que compreendia a identidade cultural de forma absolutista, mobilizou a população diaspórica de outros continentes para um grande debate sobre princípios particulares da experiência conjuntural das lutas no continente africano.

Os negros que se encontram nos Estados Unidos, na América Central ou Latina tinham de fato necessidade de agarrar-se a uma matriz cultural. O problema que se apresentava diante deles não era fundamentalmente diferente daquele com que se confrontavam os africanos. Com relação a eles, os brancos da América não se comportam diferentemente dos que dominavam os africanos. Vimos que os brancos estavam acostumados a por todos os negros no mesmo saco. No decorrer do primeiro congresso da Sociedade Africana de Cultura, realizado em Paris em 1956, os negros americanos espontaneamente refletiram sobre seus problemas no mesmo plano que os dos seus congêneres africanos. Os homens de cultura africanos, ao falar em civilizações africanas, outorgavam um estado civil razoável aos antigos escravos. Mas, pouco a pouco, os negros americanos foram percebendo que os problemas existenciais que se colocavam diante deles não se assemelhavam àqueles com que defrontavam os negros africanos. Os negros de Chicago só se pareciam com os da Nigéria e Tanganica na exata medida em que todos eles se definiam em relação aos brancos. Mas passado os primeiros confrontos, uma vez tranquilizada a subjetividade, os negros americanos perceberam que os problemas objetivos eram fundamentalmente heterogêneos. (FANON, 1968, ano, p. 179)

Para Frantz Fanon, a cultura é expressão e soma dos desenvolvimentos, contradições, valores e interdições de um povo ou nação (Fanon, 1968, p. 204). Assim como para Fanon, Amílcar Cabral concluiu que essa resultante não poderia ser compreendida com transposições mecânicas de uma realidade para outra, uma vez que as particularidades do geral não permitem que a realidade seja apreendida, senão somente de maneira deformada e limitada, quando muito, a uma de suas instâncias.

mais recentemente, a reivindicação, feita pelos negros americanos, de uma identidade africana, é outra manifestação, talvez desesperada, de uma tentativa de "retorno às fontes", embora nitidamente influenciada por uma realidade nova - a conquista de independência política pela grande maioria dos povos africanos. Caracteriza-se, principalmente, nos seus aspectos visíveis, pela manifestação, muitas vezes ostentatória, de um desejo mais ou menos consciente de identificação cultural. (CABRAL, 1980, p. 78)

Durante os congressos que culminaram na criação da Conferência de Bandung até os dias atuais, o combate ao nacionalismo cultural – essa idealização mais ou menos consequente do culturalismo – foi um debate realocado para o centro das ordens dos acontecimentos. Em sua ramificação, o nacionalismo cultural

negro⁴³ não se diferencia em seus princípios de qualquer outro modelo nacionalista e eurocêntrico empregado pela dominação imperialista.

Na periferia, a explosão recente dos movimentos políticos de massa, animados pelo nacionalismo culturalista, em resposta aos aspectos culturais do imperialismo moderno, constitui provavelmente o elemento objetivo real que fez tomar consciência desta dimensão cultural dos problemas do nosso tempo, ocultada pelo eurocentrismo dominante e, por isso, subestimada pelo marxismo clássico. Fica por dizer que esta explosão contribuiu pouco para fazer progredir as análises e o domínio conceitual. Pelo contrário, reforçou a expressão irracional das emoções que constituem as análises. (AMIN, 2021, p. 149)

O cerne da oposição de Amílcar Cabral às lideranças e movimentos políticos em África que buscavam o reconhecimento de sua história limitada à reivindicação cultural, como vimos, está vinculada às transformações das relações de produção e ao nível de avanço das forças produtivas. Cabral aponta que a cultura é, portanto, um “elemento essencial da história de um povo. É talvez, a resultante dessa história como a flor é a resultante de uma planta”. Independente dos aspectos ideológicos e idealistas que se revelam, a cultura, por ser história, “tem como base material o nível das forças produtivas e o modo de produção. Mergulha suas raízes no húmus da realidade material do meio em que se desenvolve e reflete” (CABRAL, 1980, p.58).

A elaboração teórica de Amílcar Cabral permite observar a existência de uma complexidade das formações sociais que exige a superação de interpretações legitimadoras de simplificações metafóricas e reducionistas da teoria materialista. Essa fração de um “pan-africanismo” materialista em que estão inscritos Frantz Fanon, Kwame N’Krumah entre outros teóricos, compreendeu as instâncias superestruturais e infraestruturais como possuidoras de leis próprias que se apresentam de maneira apenas relativamente independentes na sociedade com

⁴³ o líder e ministro da defesa do Partido Panteras Negras Huey Newton, em uma entrevista para a revista *The Movement* afirmou que “o nacionalismo cultural, ou nacionalismo de costela de porco, como eu chamo às vezes, é basicamente um problema de ter a perspectiva política errada. Ele parece ser uma reação, ao invés de responder à opressão política. Os nacionalistas culturais estão preocupados em retornar à velha cultura africana e, com isso, reconquistar sua identidade e liberdade. Em muitos casos, os nacionalistas culturais se alinham com um nacionalismo reacionário. Papa Doc, no Haiti, é um excelente exemplo de nacionalismo reacionário. Ele oprime o povo, mas promove a cultura africana. Ele é contra qualquer coisa que não seja negra, o que superficialmente parece muito bom, mas para ele é apenas uma maneira de enganar o povo. Ele só expulsou os racistas e os substituiu por ele mesmo como opressor. Muitos dos nacionalistas nesse país parecem desejar os mesmos objetivos. O Partido Pantera Negra, que é um grupo revolucionário de pessoas negras, percebe que temos que ter uma identidade. Temos que perceber nossa herança negra para nos dar força de ir adiante e progredir. Mas quanto a retornar à velha cultura africana, é desnecessário e desvantajoso em muitos pontos”. (HUEY, 2016, s.p.)

determinações dinâmicas que, no entanto, se influenciam mutuamente.

3.1 Sobre os nacionalismos periféricos

O tema nacionalismo é responsável por um complexo debate no interior de diferentes tradições epistemológicas, com autores reconhecidos em suas análises, dos quais a maioria situada no eixo euro americano. Isto não significa, por sua vez, que este tema não tenha sido amplamente mobilizado e analisado pelos teóricos do continente africano, como é o caso de Amílcar Cabral e Frantz Fanon ao longo do século XX, período histórico que caracterizou o contexto de luta de libertação nacional no continente africano. O fenômeno do nacionalismo assumiu uma transformação qualitativa no erigir da modernidade e através dela englobou todas as sociedades que se integraram ao M.P.C. com diferentes concepções ao nível cultural e ideológico. Em *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson afirma que desde o fim “do século XVIII, o nacionalismo passou também por um processo muito parecido de modulação e adaptação, conforme as diversas épocas, regimes políticos, economias e estruturas sociais” (ANDERSON, 1966, p. 218).

Autores marxistas como Eric Hobsbawm conduziram uma clara crítica ao nacionalismo afirmando que “os operários, havia-lhes dito Marx, não tinham pátria, apenas classe — [e isso] atraía os movimentos operários, não apenas pelo seu ideal, mas por ser com freqüência a condição prévia essencial para a ação” (HOBSBAWM, 1988, p.11). O nacionalismo ou nacionalismos dominantes como fenômeno surgido no interior da Europa, bem como suas concepções teóricas, experimentou o revés de sua moeda com a crescente apropriação e reformulação feita por intelectuais de movimentos políticos nas regiões colonizadas da África, Ásia e América (sobretudo Latina, Central e Caribenha). O século cunhado de *A era dos impérios* analisada por Hobsbawm foi caracterizado por uma onda de nacionalismos que “na sua origem, [foi] uma reação ao novo tipo de imperialismo mundial, possibilitado pelas realizações do capitalismo industrial” (ANDERSON, 1966, p. 197).

Combatendo a opressão do colonialismo francês na Argélia e analisando diferentes aspectos teóricos e políticos nos planos da cultura e da identidade, Frantz

Fanon⁴⁴ apresentou os elementos positivos, se não necessários, do nacionalismo para a luta de libertação nacional.

Um dos erros, dificilmente sustentável, aliás, é tentar invenções culturais, revalorizar a cultura no quadro do domínio colonial. Eis por que terminamos numa proposição de aspecto paradoxal: num país colonizado o nacionalismo mais elementar, mais brutal, mais indiferenciado é a forma mais veemente e mais eficaz de defesa da cultura nacional. A cultura é em primeiro lugar a expressão de uma nação, de suas preferências, de suas interdições, de seus modelos. É em todos os estágios da sociedade global que se constituem outras interdições, outros valores, outros modelos. A cultura nacional é a soma de todas essas apreciações, resultante das tensões internas e externas à sociedade global e às diferentes camadas dessa sociedade. Na situação colonial, a cultura privada do duplo suporte da nação e do Estado perece e agoniza. A condição de existência da cultura é portanto a libertação nacional, o renascimento do Estado. (FANON, 1968, p. 204)

A análise de Frantz Fanon sobre o fenômeno do nacionalismo mobilizado como ferramenta teórica para compreender e dialogar com a aplicação do materialismo empregado por Amílcar Cabral na Guiné-Bissau e Cabo Verde apresenta elementos importantes para as realidades sob o domínio imperialista. Ao desconsiderar os aspectos positivos do nacionalismo periférico como combate aos nacionalismos dominantes, os teóricos críticos do nacionalismo em geral desconsideram igualmente a análise do imperialismo como fase atualizada de leis e determinações que necessariamente intensificam as formas coloniais de dominação ancorado pelos ideais oriundos dos centros colonialistas. Nesse sentido, os teóricos revolucionários africanos mais destacados produziram uma eficiente análise do M.P.C, atualizada diante da nova dinâmica colonial surgida em fins do século XIX. A libertação nacional se apresentava como um projeto necessário, cujos princípios se baseavam em um tipo de nacionalismo revolucionário para a superação da principal contradição que caracteriza a dominação estrangeira na época dos monopólios.

o caráter necessariamente repressivo do Estado neocolonial contra as forças de libertação nacional, o agravamento das contradições de classe, a permanência objetiva de agentes e de sinais de dominação estrangeira (colonos que conservam os seus privilégios, forças armadas, discriminação racial), a crescente pauperização do campesinato e a influência mais ou menos notória de fatores exteriores, contribuem para manter acesa a chama do nacionalismo, conscientizar progressivamente largas camadas

⁴⁴ Fanon demonstra que “o nacionalismo, este canto magnífico que levantou as massas contra o opressor, se desagrega no dia seguinte: ao da independência. O nacionalismo não é uma doutrina política, não é um programa. Se se deseja de fato poupar ao país esses recuos, essas paralisações, esses hiatos, é preciso passar velozmente da consciência nacional à consciência política e social. A nação não existe em parte alguma senão num programa elaborado por uma direção revolucionária e retomado lucidamente com entusiasmo pelas massas”. (FANON, 1965, p. 166)

populacionais e reunir, precisamente com base na consciência da frustração neocolonialista, a maioria da população em torno do ideal da libertação nacional (CABRAL, 1980, p. 37)

A atual etapa do capital e a expressão de sua época, que são os nacionalismos oficiais dominantes segundo Benedict Anderson, produziu uma poderosa antítese chamada libertação nacional. Em nome da autodeterminação dos povos foram construídas organizações políticas ideologicamente decididas a combater a violência estrangeira, tendo como princípio o livre desenvolvimento das forças produtivas e o renascimento cultural dos povos como temas basilares empregados no processo da luta. Nestas condições, a melhor síntese do que significa este tipo de nacionalismo aparece nas formulações de Huey Newton. Para o líder e ministro da defesa do Partido dos Panteras Negras, haviam dois modelos de nacionalismo:

o nacionalismo revolucionário e o nacionalismo reacionário. O nacionalismo revolucionário depende primeiramente de uma revolução popular que tenha como meta o povo no poder. Por isso, para ser um nacionalista revolucionário você teria necessariamente que ser um socialista. Se você é um nacionalista reacionário, você não é um socialista, e sua meta final é a opressão do povo. O nacionalismo cultural, ou nacionalismo de costela de porco, como eu chamo às vezes, é basicamente um problema de ter a perspectiva política errada. Ele parece ser uma reação, ao invés de responder à opressão política. Os nacionalistas culturais estão preocupados em retornar à velha cultura africana e, com isso, reconquistar sua identidade e liberdade. Em muitos casos, os nacionalistas culturais se alinham com um nacionalismo reacionário (...) Um belo exemplo de nacionalismo revolucionário foi a revolução na Argélia, quando Ben Bella assumiu. Os franceses foram expulsos, mas foi uma revolução popular, porque o povo terminou no poder. Os líderes que assumiram não estavam interessados em razões de lucro, em que poderiam explorar o povo e mantê-lo num estado de escravidão. Eles nacionalizaram a indústria e semearam todos os lucros possíveis na comunidade. Em poucas palavras, disso que se trata no socialismo. Os representantes do povo exercem suas funções estritamente com a permissão do povo. A riqueza do país é controlada pelo povo e eles são consultados sempre que modificações nas indústrias são feitas (NEWTON, 1970, s.p)⁴⁵

Como aspecto que se desenvolve particularmente a partir da instância superestrutural, mesmo que vinculada a determinante econômica, o nacionalismo mobilizado para as formações sociais colonizadas tem sua expressão na importância dada à cultura nas elaborações de Amílcar Cabral. Este nacionalismo de

⁴⁵ Ver mais: NEWTON, Huey. **Huey Newton Talks to the Movement About the Black Panther Party, Cultural Nationalism, SNCC, Liberals and White Revolutionaries** [Huey Newton fala ao The Movement sobre o Partido Pantera Negra, nacionalismo cultural, SNCC, liberais e revolucionários brancos]. Entrevista realizada por *The Movement*. 1970. s.l. Tradução de Coletivo Autonomista, 2016. Disponível em: <https://autonomistablog.wordpress.com/2016/11/08/huey-newton-fala-ao-the-movement-sobre-o-partido-pantera-negra-nacionalismo-cultural-sncc-liberais-e-revolucionarios-brancos/>

caráter revolucionário para Cabral não poderia ter como classe dirigente para o projeto de libertação nacional, componentes oriundos da pequena burguesia que não tivessem rompido com a natureza ideológica de sua composição de classe. Para Cabral

a dominação neocolonialista, permitindo o despertar da dinâmica social — dos conflitos de interesse entre as camadas sociais nativas ou da luta de classes — cria a ilusão de que o processo histórico volta à sua evolução normal. Essa ilusão é reforçada pela existência dum poder político (Estado nacional), integrado por elementos nativos. Apenas uma ilusão, porque, na realidade, o enfeudamento da classe "dirigente" nativa à classe dirigente do país dominador, limita ou inibe o pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Mas, nas condições concretas da economia mundial do nosso tempo, esse enfeudamento é uma fatalidade, e, portanto, a pseudo-burguesia nativa, seja qual for o seu grau de nacionalismo, não pode desempenhar efetivamente a função histórica que caberia a essa classe, não pode orientar livremente o desenvolvimento das forças produtivas, em suma, não pode ser uma burguesia nacional. (CABRAL, 1980, p. 33)

O que Amílcar Cabral explica, em outras palavras, é que a classe dirigente nativa de um país dominado pode se revestir dos valores nacionais que são inerentes à identidade e cultura do povo dominado, não sendo, entretanto, um avanço no plano da consciência suficiente para pensar a libertação econômica dos territórios dominados pelos países colonialistas que tivesse um caráter verdadeiramente popular. É nesse sentido que Huey Newton procurou explicar porque Papa Doc⁴⁶ no Haiti advogou para uma identidade negra, mas mantendo a opressão sobre seu povo. O projeto nacionalista de Amílcar Cabral, inscrito no campo revolucionário, necessariamente passava pela relação orgânica do elemento cultural com o de classe a partir de um viés revolucionário anti-imperialista.

⁴⁶ Segundo Huey Newton: “O nacionalismo cultural, ou nacionalismo de costela de porco, como eu chamo às vezes, é basicamente um problema de ter a perspectiva política errada. Ele parece ser uma reação, ao invés de responder à opressão política. Os nacionalistas culturais estão preocupados em retornar à velha cultura africana e, com isso, conquistar sua identidade e liberdade. Em muitos casos, os nacionalistas culturais se alinham com um nacionalismo reacionário. Papa Doc, no Haiti, é um excelente exemplo de nacionalismo reacionário. Ele oprime o povo, mas promove a cultura africana. Ele é contra qualquer coisa que não seja negra, o que superficialmente parece muito bom, mas para ele é apenas uma maneira de enganar o povo. Ele só expulsou os racistas e os substituiu por ele mesmo como opressor. Muitos nacionalistas nesse país parecem desejar os mesmos objetivos”: Ver mais: NEWTON, Huey. **Huey Newton Talks to the Movement About the Black Panther Party, Cultural Nationalism, SNCC, Liberals and White Revolutionaries** [Huey Newton fala ao The Movement sobre o Partido Pantera Negra, nacionalismo cultural, SNCC, liberais e revolucionários brancos]. Entrevista realizada por *The Movement*. 1970. s.l. Tradução de Coletivo Autonomista, 2016. Disponível em: <https://autonomistablog.wordpress.com/2016/11/08/huey-newton-fala-ao-the-movement-sobre-o-partido-o-pantera-negra-nacionalismo-cultural-sncc-liberais-e-revolucionarios-brancos/>

3.2 Cultura: Ato de libertação nacional

No texto *Cultura: panacéia ou problema?* (1984), Eric Wolf traz para o centro do debate o conceito de cultura como um elemento integrado e resistente diante do movimento da história e das formas de poder instituído. Já em *A formação da nação: um ensaio de formulação* (1953), Wolf pontua que a “fronteira cultural estará, com frequência, representada por uma fricção em que dois sistemas ecológicos e duas estruturas sociais historicamente diferentes” onde “dois tipos histórica e funcionalmente distintos de aculturação”. Ao gerarem conflito, esse agregado de determinações podem produzir “normas conflitantes de conduta e de ideais. Essas normas podem, por sua vez, servir para simbolizar o conflito entre os sistemas totais” (WOLF, 1953, p. 213). Para Frantz Fanon, a cultura é, como aspecto mais fundamental de uma nação, a “expressão de suas preferências, de suas interdições, de seus modelos. É em todos os estágios da sociedade global que se constituem outras interdições, outros valores, outros modelos”. E que, sendo ela o conjunto desses elementos, só pode ser entendida como “resultado de tensões internas e externas à sociedade global e às diferentes camadas dessa sociedade.” (FANON, 1968, p. 204)

Segundo Amílcar Cabral, o neocolonialismo não pode existir sem a incansável tentativa de neutralizar ou destruir a vida cultural da população nativa⁴⁷. Sua compreensão sobre o domínio colonialista é a mesma que afirma que diante do domínio colonial a “cultura privada do duplo suporte da nação e do Estado perece e agoniza. A condição de existência da cultura é portanto a libertação nacional, o renascimento do Estado”. (FANON, 1968, p.204). A constante tentativa da interdição cultural pelo colonialismo pode se transformar, a depender de um conjunto de fatores internos e externos, em perigo para a sua existência. Diante da estrutura que determina “a evolução da sociedade em questão, a resistência cultural (indestrutível) poderá assumir formas novas (políticas, econômicas, armadas) para contestar com vigor o domínio estrangeiro” (CABRAL, 1980, p. 55).

⁴⁷ “O ideal, para esse domínio, imperialista ou não, seria uma destas alternativas: — ou liquidar praticamente toda a população do país dominado, eliminando assim as possibilidades de uma resistência cultural; — ou conseguir impor-se sem afetar a cultura do povo dominado, isto é, harmonizar o domínio econômico e político desse povo com a sua personalidade cultural. A primeira hipótese implica o genocídio da população indígena e Iria um vácuo que rouba ao domínio estrangeiro conteúdo e objeto: o povo dominado. A segunda hipótese não foi até hoje confirmada pela história”. (CABRAL, 1980, p. 55)

CAPÍTULO IV – ÁFRICA EM CHAMAS: A LUTA DE LINHAS NO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL E A POSIÇÃO DOS MATERIALISTAS AFRO-ASIÁTICOS

"não há nada no mundo que se desenvolva de maneira absolutamente igual". (TSÉ-TUNG, Mao)

A ciência da história de Karl Marx possui, ao nível político, uma dimensão teleológica de aplicação prática, que assume como tarefa principal a radical transformação da realidade social com a superação do M.P.C e o fim das classes antagônicas em seu interior. No entanto, ela não pode ser pensada meramente como um “guia para a ação”. Como uma ciência social e histórica, a produção de conceitos que transitam em distintos níveis de abstração são instrumentos que se constituem como pedra angular, formuladas em seu ponto de partida da realidade concreta e construindo o instrumental teórico que permite a apreensão da essência fenomênica do real para além da aparência, para só então agir sobre ela. O objetivo deste capítulo é demonstrar como foi estabelecida a relação do pensamento materialista e a prática política de Amílcar Cabral com as contribuições de Vladimir Lenin e Mao Tsé-Tung para a realização prática da libertação nacional no continente africano, particularmente para as realidades de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Segundo Nicos Poulantzas, o marxismo possui, além do materialismo histórico, outra dimensão que abrange sua totalidade teórica. Essa disciplina é distinta da Teoria da História, mas conjugada, contendo em seu núcleo uma dimensão particular com seu específico objeto. Trata-se do materialismo dialético, ou filosofia marxista⁴⁸. Para o pensador grego,

⁴⁸ O debate acerca da existência ou não de uma “filosofia marxista” está em aberto no interior da tradição. Isso pode ser demonstrado pela posição de autores como Étienne Balibar que procura mensurar ao afirmar que “O pensamento teórico de Marx, por várias vezes, se apresentou não como uma filosofia, mas como uma alternativa à filosofia, uma *não-filosofia*, e mesmo uma *antifilosofia*. Ele consistiu talvez na maior das anti filosofias da época moderna. De fato, aos olhos de Marx, a filosofia, assim como ele a aprendera na escola da tradição que vai de Platão a Hegel, e até incluindo os materialistas mais ou menos dissidentes, como Epicuro e Feuerbach, era precisamente apenas uma tentativa individual de interpretação do mundo. Isso levava, na melhor das hipóteses, a deixá-lo como estava, e na pior, a transfigurá-lo (...) Essa antifilosofia, que seria, em um momento dado, o pensamento de Marx, essa não-filosofia que ela certamente foi aos olhos da prática existente, produziu portanto o efeito *oposto* ao que visava. Não só ela não pôs fim à filosofia, mas antes suscitou, em seu seio, uma questão permanentemente aberta, da qual a filosofia pode viver doravante, e que contribui para renová-la. Efetivamente, não existe algo como uma “filosofia eterna”,

O **materialismo histórico** – ou ciência da história – tem por objeto o conceito de história, mediante o estudo dos diversos modos de produção e formações sociais, de sua estrutura, de sua constituição e de seu funcionamento, bem como formas de transição de uma formação social para outra.

O **materialismo dialético** – ou filosofia marxista – tem por objeto próprio a produção dos conhecimentos, ou seja, a estrutura e o funcionamento do processo de pensamento. A rigor, o materialismo dialético tem por objeto a teoria da história da produção científica. Com efeito, se o materialismo histórico fundou, num mesmo movimento teórico, o materialismo dialético como disciplina distinta, é porque a constituição de uma ciência da história, ou seja, de uma ciência que define seu objeto como constituição do conceito de história – materialismo histórico – conduziu a definição de uma teoria da ciência, que compreende a história como parte constituinte de seu próprio objeto (POULANTZAS, 2019, p.15, grifo do autor)

Poulantzas supõe que para obter “um conhecimento concreto de um objeto concreto”, deve-se considerar a mobilização dos conceitos “abstrato-formais, que não existem no sentido rigoroso do termo, mas que são a condição do conhecimento dos objetos reais-concretos – é o caso, por exemplo, do modo de produção” (POULANTZAS, 2019, p. 17). O conjunto desses conceitos, separados de acordo com o rigor e o grau de abstração necessários para cada tipo de análise, são igualmente fundamentais para compreender as diferentes dimensões da realidade social. Nesse sentido,

podem-se distinguir os diversos conceitos segundo seu grau de abstração, dos mais pobres aos mais elaborados e mais ricos em determinações teóricas. Os conceitos mais concretos, aqueles que conduzem ao conhecimento de uma formação social num momento determinado do seu desenvolvimento, não são, como tampouco o são os objetos reais-concretos, a matéria prima do processo de pensamento., eles também não são deduzidos dos conceitos mais abstratos, ou subsumidos nestes últimos, acrescentando a sua generalidade uma simples particularidade. Eles são o trabalho de uma elaboração teórica que, operando sobre informações, noções, etc., por meio dos conceitos mais abstratos, tem como efeito a produção dos conceitos mais concretos conduzindo ao conhecimento dos objetos reais, concretos e singulares (POULANTZAS, 2019, p.17)

A unidade que reside entre os objetos ou conceitos abstrato-formais e reais-concretos equivale para Poulantzas a síntese de múltiplas determinações mencionadas por Marx na obra *Grundrisse* (2011). Os conceitos abstrato-formais, como no caso dos modos de produção, só puderam ser elaborados a partir da correta aplicação e compreensão para cada caso dos objetos reais-concretos como

sempre idêntica a si mesma. Na filosofia, há guinadas, limiares irreversíveis. O que aconteceu com Marx foi justamente um deslocamento do lugar, das questões e dos objetivos da filosofia, que se pode aceitar ou recusar, mas que é bastante potente para que não se possa ignorá-lo. Assim, podemos enfim voltar-nos para Marx, e, sem diminuí-lo ou traí-lo, lê-lo como *filósofo*. (BALIBAR, 1995, p. 10-11)

instrumentos que permitem compreender as suas singularidades.

4.1 A vigência do modo de produção tributário nas colônias do tempo monopolista

Algumas vertentes no interior da tradição materialista apresentam críticas às análises de Marx no que ficou conhecido por *modo de produção asiático*, fundamentada na hipótese de que Marx desenvolveu e aplicou equivocadamente esse conceito abstrato-formal em sua análise das formações sociais de regiões como a Índia, China e territórios do continente africano⁴⁹. É o caso de Ciro Flamarion Cardoso⁵⁰ em sua análise sobre a formação social do Egito. Para Flamarion, a noção do modo de produção asiático

oscila entre duas modalidades: 1) a que sublinha mais as obras de irrigação, o Estado despótico e a ausência de propriedade privada; 2) a que concede maior importância à existência de comunidades autárquicas em sociedades que já apresentam diferenciação social e estruturas estatais. Outrossim, a primeira finalidade do conceito de “modo de produção asiático” foi tratar de explicar as diferenças na própria época de Marx entre a Europa, por um lado, e países como a Índia e a China, por outro lado. (FLAMARION, p. 39)

As interpretações da vertente materialista críticas ao entendimento do modo de produção asiático, no entanto, possuem uma dimensão amplamente historicista ao enfatizar as processualidades históricas como elementos estritamente particulares, limitados às formações características de suas respectivas regiões⁵¹.

⁴⁹ Não é tarefa deste trabalho apresentar de maneira detalhada e pormenorizada o conteúdo desta crítica. Em linhas gerais, o objetivo é demonstrar a legitimidade de um determinado campo no interior da tradição que se moveu de forma vitoriosa contra o colonialismo e o neocolonialismo.

⁵⁰ Em sua compreensão acerca dos distintos modos de produção, Ciro Flamarion procurou demonstrar que a formação econômica no Brasil e na América Latina durante o período colonial era capitalista de uma maneira *sui generis*. Segundo essa hipótese, a consolidação do capitalismo na América Latina seria historicamente anterior àquelas promovidas no interior das revoluções industriais na Europa.

⁵¹ Segundo Samir Amin: “o marxismo acadêmico empenhou-se em enfatizar a especificidade, ao ponto, algumas vezes, de renunciar e qualificar com o mesmo termo sociedades pertencentes a áreas culturais diferentes, reservando, por exemplo, o termo feudal à Europa (mais a expressão japonesa) e negando-o à Ásia. Em sentido contrário, a tradição do marxismo militante sempre utilizou uma terminologia totalizadora, que qualifica, por exemplo, de feudal todas as grandes sociedades manifestamente menos avançadas. Uma e outra tradição poderiam dizer-se marxistas se a questão tivesse que ser resolvida pela marxologia. Assim, assinalou-se que Marx utilizava o termo feudal com uma conotação geral que os seus contemporâneos compreendiam perfeitamente e cobria pelo menos toda a história européia, desde as invasões dos bárbaros até as revoluções burguesas inglesa e francesa. A sua visão do feudalismo não era a dos historiadores burgueses posteriores, que, à força de restrições, reduziam o campo da feudalidade à zona compreendida entre o Loire e o Reno durante quatro séculos. Mas Marx também inventou o ‘modo de produção asiático’ e nos seus escritos às vezes não publicados, como os *Grundrisse*, retoma algumas teses de Montesquieu, Bernier etc., pretendendo opor o imobilismo asiático à agitada e rápida história da Europa. Animados debates

Para estes teóricos, não existiu qualquer experiência de um modo de produção com características feudais, respeitadas as suas particularidades, fora dos limites territoriais da Europa. Dessa forma, atribuem para as análises que encontram semelhanças mais ou menos gerais para alguns aspectos das formações sociais a um tipo de etapismo, evolucionismo ou de validade universal que desemboca em uma transposição mecânica que impede qualquer análise concreta da realidade⁵². Tais análises, no entanto, desconsideram a possibilidade de variações de um conjunto de fatores que se influenciam – ou podem se influenciar – mutuamente no interior das disputas e através do desenvolvimento das formas de poder político e das relações sociais de produção daí erigidas.

Para não correr o risco de cair em desvios que possam deformar qualquer das dimensões da ciência materialista, será necessário debruçar sobre o processo histórico analisado dos territórios de Guiné-Bissau e Cabo Verde a partir de Amílcar Cabral de acordo com o grau de dinamismo e complexidade das estruturas a que estas realidades estavam submetidas. Esta compreensão só pode ser possível mobilizando as ferramentas conceituais e categorias que permitam uma Teoria Geral, que congregue os conceitos abstrato-formais e categorias concretas para serem aplicadas às distintas formações sociais. Neste sentido, de unidade entre a Teoria de História e a Filosofia materialista.

O materialismo histórico como Marx nos mostrou na *Introdução à Crítica da Economia Política de 57*, no *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* e em *O Capital*, possui uma *teoria geral* definindo conceitos que comandam todo o seu campo de investigação (conceitos de modo de produção, de formação social, de apropriação real e de propriedade, de combinação, de ideologia, de política, conjuntura, de transição). Esses conceitos permitem-lhe definir o conceito de seu objeto – o conceito de história. O objeto do materialismo histórico é o estudo das diversas estruturas e práticas ligadas e distintas (economia, política, ideologia), cuja combinação constitui um modo de produção e uma formação social – podem se caracterizar essas teorias como **teorias regionais**. O materialismo histórico compreende igualmente **teorias particulares** (teorias dos modos de produção escravista, feudal, capitalista etc) cuja legitimidade

opõem regularmente os defensores das duas oposições. De maneira geral, a tendência dominante entre os euro-americanos do mundo acadêmico sublinha o caráter excepcional da história europeia (AMIN, 2021, p. 163 - 164).

⁵² “Existem, com efeito, interpretações do marxismo que reduzem uma disciplina a outra. Quer ao materialismo dialético ao materialismo histórico – é o caso típico das interpretações historicistas, tais como as do jovem Lukács, de Korsh etc, para os quais o marxismo é uma antropologia histórica, sendo a história uma categoria originária e fundadora e não um conceito a construir. Quer ao materialismo histórico ao materialismo dialético – trata-se, nesse caso, das interpretações positivistas-empiristas, que diluem o objeto próprio do materialismo histórico subsumindo todo objeto histórico na mesma lei `abstrata`, universalmente válida, `modelo` que regula toda `concretização` histórica”. (POULANTZAS, 2019, p. 15)

está fundamentada na diversidade das combinações das estruturas e práticas, que definem modos de produção e formações sociais distintas (POULANTZAS, 2019, p. 17, grifo do autor)

Um possível avanço para a superação da polêmica surgida no interior do debate sobre a análise dos modos de produção em diferentes formações sociais aparece com Samir Amin, no que chamou de *modo de produção tributário*. Este modo de produção apresenta por definição uma “forma geral de todas as sociedades pré-capitalistas avançadas, das quais o feudalismo não é mais que uma espécie particular” (AMIN, 2021, p. 160). A partir de uma leitura antropológica que, entretanto, não reduz o materialismo dialético ao materialismo histórico e vice-versa, o antropólogo Eric Wolf vai afirmar que, quer seja o modo de produção asiático, quer seja o modo feudal, trata-se de “resultados variáveis da competição entre classes de não-produtores pelo poder máximo”. Wolf procura demonstrar exemplos dos tipos de formação social para explicar que “a reificação do feudalismo em um modo de produção separado serve apenas para converter um curto período da história europeia em um modelo com o qual todos os outros fenômenos feudais devem ser comparados”. Por outro lado, o uso conceitual do modo de produção asiático “sofre de uma leitura a-histórica e ideológica da história da Ásia” e que a utilização do “modo de produção tributário’ deve permitir-nos especificar as variáveis politicamente relevantes que distinguem uma situação da outra” (WOLF, 2003, p. 280). Nesse sentido,

a fase tributária é a história de todas as civilizações baseadas em: 1) um importante desenvolvimento das forças produtivas; uma agricultura sedentária que pode assegurar mais que a sobrevivência, um excedente substancial garantido, atividades não agrícolas (artesanais) que empregam um arsenal de conhecimentos técnicos e um instrumental variado (com excessão de maquinaria); 2) atividades improdutivas desenvolvidas, correspondentes à importância desse excedente; 3) uma divisão em classes sociais baseada nesta base econômica e 4) um Estado acabado que supera a realidade aldeã (AMIN, 2021, p. 160)

Segundo Lênin na obra *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América* (1915), o desenvolvimento do M.P.C. de meados de 1850 -1910 ocorria de maneira desigual entre o norte e o sul do país norte americano. O objetivo do teórico russo na análise dessa diferenciação era, entre outros aspectos, demonstrar a existência de tipos de relações de produção feudais, análogas ao M.P.C⁵³ como

⁵³ “Os Estados Unidos, escreve o Sr. Guimmer, ‘nunca conheceram o feudalismo e ignoram suas sobrevivências econômicas’ (p. 41 do artigo mencionado). Afirmação absolutamente contrária à verdade, pois as sobrevivências econômicas do escravismo não se distinguem em nada das do

modo de produção dominante naquela região. A constituição histórica dos EUA possibilita compreender de maneira mais ou menos evidente que o norte do país industrializado acelerou vertiginosamente suas forças produtivas em comparação ao sul ex-escravista que permanecia mais “atrasado” em suas dimensões econômicas e sociais.

Para caracterizar o Sul, é preciso acrescentar ainda que sua população o abandona para dirigir-se a outras regiões capitalistas e às cidades, da mesma forma que, na Rússia, o campesinato foge das províncias agrícolas do Centro, as mais atrasadas e onde as sobrevivências da servidão são ainda muito fortes, foge do poder dos Valiati-Markov, para atingir as regiões mais capitalistas da Rússia, as capitais, as províncias industriais e o Sul (Ver O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia⁽¹⁷⁾) Tanto na América quanto na Rússia, a região onde predomina a parceria é a que apresenta um maior atraso, a maior degradação, a maior opressão das massas trabalhadoras (...) A semelhança da situação dos negros na América e dos camponeses ex servos de latifundiários” na Rússia agrícola do Centro é verdadeiramente surpreendente (LENIN, 1915, p. 18)⁵⁴.

Lenin dá especial relevo para a semelhança entre as formações sociais de algumas províncias da Rússia e do sul dos EUA, em que se caracterizava pela sobrevivência de um tipo de regime de servidão a qual os ex-escravizados estavam submetidos. O fim da escravidão manteve a população negra em condições que de tão evidentes “é inútil falar da situação degradante a que são submetidos: sob este aspecto, a burguesia americana não é melhor que a de outros países” (LENIN, S/N). O racismo aparece como corolário da modernidade em seu processo de consolidação, e não seria diferente nos EUA, também na instância jurídico-política e social ao serem medidos os índices gerais da população branca em relação à negra. Para Lênin, a burguesia fez o “possível e o impossível para oprimir os negros da maneira mais descarada e vil” (LENIN, 1915, p. 17).

Admitamos que nos Estados Unidos, onde as *farms* menores (até 3 acres) normalmente não são registradas, apenas 10% dos proprietários sejam forçados a vender sua força de trabalho. Mesmo neste caso, chegamos à conclusão de que os farmers diretamente explorados pelos grandes proprietários fundiários e pelos capitalistas representam mais de 1/3 do total

feudalismo, e são ainda mais fortes, até o presente, no antigo Sul escravista dos Estados Unidos. Não valeria a pena deter-se no erro do Sr. Guimmes se fosse possível considerá-lo como um mero erro de um artigo escrito às pressas. Mas a literatura liberal e a literatura populista da Rússia provam que, no tocante ao sistema russo de pagamento em trabalho (nossa sobrevivência do feudalismo), comete-se sistematicamente um “erro” absolutamente idêntico e com uma extraordinária persistência”. (LENIN, 1915, p. 17)

⁵⁴ Ver mais em: LENIN, Vladimir. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América:** Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Coleção Alicerces. São Paulo: Ed. Brasil Debates, [1915], 1980. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1915/agricultura/capitalismoeagriculturaeua.pdf>

(24% são parceiros, isto é, explorados de um modo feudal ou semifeudal pelos antigos proprietários de escravos; e 10% são explorados pelos capitalistas, o que nos dá um total de 34%). Com relação ao número total de farmers, existe apenas uma minoria, quando muito de um quinto ou de um quarto, que não contratam operários, não se empregam como operários, - ou se submetem a uma outra forma de servidão (LENIN, 1915, p. 23)⁵⁵.

Kwame N’Krumah na obra *A Luta de Classes na África* (1977), ao analisar as diferentes formações sociais do continente, afirmou que ali “encontram-se ainda vestígios de um estágio comunitário e feudal e, em determinadas regiões do continente, o modo de vida tradicional mudou muito pouco” (N’KRUMAH, 1977, p. 07). Na estrutura engendrada pelo colonialismo, seja em sua forma direta ou indireta, o continente foi dividido considerando suas particularidades, entre classes privilegiadas e classes oprimidas. Em muitos territórios, as classes privilegiadas eram constituídas por 1) uma burguesia burocrática, quadros do exército e da polícia, inteligentsia, profissões liberais, `compradores`, etc. enquanto as classes oprimidas eram compostas por 2) Operários, camponeses, pequenos proprietários e pequenos comerciantes (N’KRUMAH, 1977). Frantz Fanon chega à mesma conclusão sobre a existência de características servis na realidade Argelina. Em uma passagem *d’Os Condenados da Terra* (1968) quando critica o posicionamento de alguns partidos nacionalistas que demonstravam desconfiança diante das massas rurais, Fanon afirmou que a Argélia também apresentava um tipo de realidade feudal vigente naquela formação social.

Quando se procura compreender as razões dessa desconfiança dos partidos políticos contra as massas rurais, convém reter o fato de que o colonialismo amiúde reforçou ou assentou seu domínio organizando a petrificação dos campos. Isoladas pelos marabus, feiticeiros e chefes consuetudinários, as massas rurais vivem ainda em estado feudal, e essa estrutura medieval todo-poderosa é alimentada pelos agentes administrativos ou militares colonialistas. (FANON, 1968, p.91)

A proposta de colocar em relevo a existência de relações servis – traço característico do feudalismo – como elemento histórico existente com características particularidades para distintas formações sociais no continente africano e fora dele, serve como demonstração de uma complexidade dinâmica em diferentes níveis a ser compreendida para os processos de luta que foram empreendidos nos países periféricos sobretudo no pós segunda grande guerra.

⁵⁵ Ver mais: LENIN, Vladimir. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**: Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Coleção Alicerces. São Paulo: Ed. Brasil Debates, [1915], 1980. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1915/agricultura/capitalismoeagriculturaeua.pdf>

Como vimos em Lênin, o imperialismo atua não apenas se beneficiando do atraso da realidade material colonizada, mas ao mesmo tempo o fomenta como condição necessária para sua existência. Sob esse domínio, a superação de uma ou outra forma de atraso fazendo avançar o nível das forças produtivas em um país colonizado depende de aspectos integrados às possibilidades de absorção de lucro pelas metrópoles e de transformações sensíveis no interior da cadeia produtiva ao nível global e local. Porém, a manutenção da dependência que caracterizou e caracteriza o atraso das regiões periféricas permanece como seu traço característico, quando não aprofundado. O desenvolvimento das forças produtivas só pode ser realizado até certo nível, para então ser estagnado novamente mantendo ou aprofundando assim o quadro geral de dependência.

Em uma realidade como a de Guiné-Bissau e Cabo Verde, cuja própria metrópole ainda permanecia submetida a um modelo agrário-exportador, as relações de produção com características servis nas colônias não poderiam ser superadas de outro modo que não pela luta empreendida por Amílcar Cabral e o PAIGC.

Qualquer que seja a sua forma, a luta exige a mobilização e a organização de uma maioria significativa da população, a unidade política e moral das diversas categorias sociais, à liquidação progressiva dos vestígios da mentalidade tribal e feudal, a recusa das regras e dos tabus sociais e religiosos incompatíveis com o caráter racional e nacional do movimento de libertação, e opera ainda muitas outras modificações profundas na vida das populações. Isto é tanto mais autêntico quanto é certo que a dinâmica da luta exige também a prática da democracia, da crítica e da autocrítica, a participação crescente das populações na gestão da sua vida, a alfabetização, a criação de escolas e de serviços sanitários, a formação de quadros vindos dos meios camponeses e operários, e muitas outras realizações que implicam uma verdadeira marcha forçada da sociedade no caminho do progresso cultural. Demonstra-se assim que a luta de libertação não é apenas um fato cultural, é também um *fator de cultura* (CABRAL, 1980, p. 88-89)

Seja como traço permanente ou como vestígio a ser superado, o caráter feudal observado nas análises dos autores para as distintas realidades propõe uma reflexão e ao mesmo tempo uma provocação sobre a possibilidade de existência, ou “coexistência” de distintos modos de produção em um mesmo período histórico; ou, ao menos, o que em determinados casos pode dar no mesmo, da manutenção, artificialmente forçada ou não, a depender dos casos, de um modo de produção tributário pré-capitalista organicamente vinculado ao M.P.C. como dominante.

O conceito abstrato-formal *modo de produção*, para os autores mobilizados no presente capítulo, possui uma dimensão mais abrangente do que a

interpretação que propõe para suas análises um processo que ocorre apenas no interior da cadeia produtiva. Ao menos para realidades que, no período histórico trabalhado o M.P.C estabeleceu uma relação orgânica de funcionamento com formas produtivas “anteriores”, a dimensão ideológica e política como aspecto integrado dessas formas produtivas necessariamente aparecem como elementos fundamentais ao longo das elaborações teóricas de Amílcar Cabral para a análise das formações sociais de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Quando Amílcar Cabral afirma que “as transformações na estrutura social não são tão profundas nas camadas inferiores, sobretudo no campo, onde ela conserva predominantemente as características da fase colonial” (CABRAL, 1980, p. 32), permite a reflexão sobre as outras dimensões, de ordem ideológica e política, mas também cultural, interferindo e influenciando na dinâmica do M.P.C. como dominante que era atribuída às pequenas regiões urbanizadas desses territórios.

Em *A Favor de Marx* (1979), Althusser afirma que o essencial sobre o materialismo é “a lei do desenvolvimento desigual das contradições. Porque, diz Mao, em uma frase pura como a aurora, ‘não há nada no mundo que se desenvolva de maneira absolutamente igual” (ALTHUSSER, 1979, p. 176). A contradição particular como parte constitutiva desse todo complexo estruturado no interior de um país dominado é, para o período citado, da persistência de modos de produção tributários que se desenvolveram com características próprias e que dependeram de um conjunto de fatores de ordem econômica, mas também cultural e política que dão o caráter particular dessas formações e dão as condições de existência dessas características.

se as condições não são mais do que a existência atual do todo complexo, são as suas próprias contradições, refletindo cada uma em si a relação orgânica que mantém com as outras na estrutura com dominante do todo complexo. É porque cada contradição reflete em si (nas suas relações específicas de desigualdade com as outras contradições, e na relação de desigualdade específicas entre os seus dois aspectos) a estrutura com dominante do todo complexo onde onde ela existe, portanto a existência atual desse todo, portanto as suas “condições atuais”, que ela não constitui a não ser uma só e mesma coisa com as outras: assim é que se fala das “condições de existência” do todo ao falar-se das “condições existentes”. (ALTHUSSER, 1979, p. 183)

As condições materiais existentes nos territórios sob o domínio imperialista produz uma qualidade nova à antítese dentro do todo complexo em que estão atribuídas as desigualdades internas e externas conjugadas no interior de uma

unidade contraditória à ela inerente. Para compreender esse fenômeno, “é preciso, por conseguinte, remontar à desigualdade interior primitiva para apreender a essência da desigualdade exterior” (ALTHUSSER, 1979, p. 188) que, como vimos, está no atraso das relações de produção nas regiões agrárias em que ainda vigoravam formas de produção pré-capitalistas. A dinâmica desse processo produz necessariamente através da contradição principal, outras contradições secundárias. Para Althusser,

Há sempre uma contradição principal e contradições secundárias, contudo trocam de papel na estrutura com dominante que permanece estável. **“Não há nenhuma dúvida, diz Mao Tsé-Tung, de que em cada uma das diversas etapas do processo não existe mais do que uma contradição principal que desempenha o papel dirigente”**. Mas essa contradição principal produzida por **deslocamento** só se torna “decisiva”, explosiva, por **condensação** (por “fusão”). Ela é que constitui esse “elo decisivo”, que é preciso apreender e trazer para o nosso lado na luta política, como diz Lênin (ou na prática teórica...) para que toda a cadeia venha, ou, empregando uma imagem menos linear, é ela que ocupa a posição nodal estratégica, que é preciso atacar para desmembrar a unidade existente. Ainda aí, é preciso não se deixar levar pelas aparências de uma sucessão arbitrária de dominações: porque cada uma constitui uma etapa do processo complexo (base de “periodização” da história) e é porque tratamos com a dialética de um processo complexo, que temos que lidar com esses “momentos” sobredeterminados e específicos que são as “etapas”, os “estágios”, os “períodos”, e essas mutações de dominação específica, que caracterizam cada etapa. (ALTHUSSER, 1979, p. 186-187, grifo do autor)

Embora no todo complexo estruturado a contradição principal na época do capitalismo, em última instância, seja de ordem econômica; pelo desenvolvimento desigual ocorre, ou pode ocorrer o prevaletimento de relações de produção sob maior influência de ordem superestrutural pelo momento em que se caracteriza o avanço das forças produtivas que marcam um determinado “estágio” diferenciado entre o campo e a cidade. Esse foi o elo decisivo que produziu uma prática teórica de Amílcar Cabral coerente com as necessidades materiais dos povos em luta contra o neocolonialismo. Para Althusser, “a estrutura com dominante do todo complexo, *essa invariante estrutural, é ela própria a condição das variações concretas das contradições* que a constituem” (ALTHUSSER, 1979, p. 189). Nesse sentido, podemos supor que as lutas de libertação nacional como prática política pressupõe um processo no interior das contradições postas, de ação ativa para transformar, movimentar e/ou mobilizar da margem para o centro, contradições secundárias a fim de superar a contradição principal. Esse processo passa invariavelmente pela superação das desigualdades internas das formações sociais

que englobam as variantes contraditórias da totalidade (forças produtivas, relações de produção, ideologia, política etc). A arena da luta de classes é, nesse sentido, um campo sempre em aberto, passível de deslocamentos e superação das desigualdades locais que podem influenciar qualitativamente para transformações no interior do todo complexo estruturado.

4.2 A proximidade de Amílcar Cabral com a experiência chinesa: uma hipótese contra o revisionismo soviético

O imperialismo é um fenômeno que introduz nas colônias e semicolônias um capitalismo atrasado. No período histórico trabalhado, de maneira mais ou menos geral a burguesia nacional, incipiente pela própria natureza da estrutura colonialista, era necessariamente subjugada pelo capital financeiro e a ele se submetendo. Segundo Mao Tsé-Tung, o fundamento do que chamou de capitalismo burocrático se manifesta nas regiões atrasadas em decorrência do domínio da grande burguesia (internacional), tendo a burguesia burocrática e burguesia compradora como suas frações. A burguesia compradora de uma colônia ou semi-colônia representa, nesse sentido, uma fração intermediária de capital estrangeiro cujos principais interesses são atendidos no interior de uma nação. A característica da burguesia compradora é atuar como um colonialismo que transcorre no interior de um país dominado captando os recursos mais avançados de geração de lucro, seja através de absorção de mão-de-obra, seja acessando e desenvolvendo os setores produtivos mais desenvolvidos; ou os dois.

A burguesia nacional desses territórios pressupõe uma fração interna dependente dos recursos tecnológicos e do financiamento do capital internacional, como uma associação de capitais. Segundo Mao,

Este capital é conhecido vulgarmente na China como capital burocrático; e esta classe capitalista, conhecida pelo nome de classe capitalista burocrática, é a grande burguesia da China. Além de dever abolir os privilégios do imperialismo na China, a tarefa da revolução de democracia nova consiste em suprimir no país a exploração e a opressão exercidas pela classe dos senhores de terras e pela classe capitalista burocrática (a grande burguesia), eliminar as relações de produção compradoras e feudais e libertar as forças produtivas acorrentadas. A camada superior da pequena burguesia e a média burguesia, oprimidas e prejudicadas pela classe dos senhores de terras e pela grande burguesia, assim como pelo poder estatal destas duas últimas, podem participar na revolução de democracia nova ou permanecer neutras, se bem que elas próprias sejam burguesas. Elas não

mantêm relações com o imperialismo, ou, se mantêm, são relativamente fracas, e constituem a autêntica burguesia nacional. (TSÉ-TUNG, 2007, p. 120)

A partir dessa composição, é estabelecida uma miríade orgânica entre os grupos dominantes através da manutenção de grandes latifundiários que se torna necessária para a produção de bens primários que entram em circulação abaixo do valor de mercado, consolidando e reproduzindo no campo tipos de relações servis (TSÉ-TUNG, 1975). Mao Tsé-Tung conclui que para tal etapa, uma libertação nacional na China só seria possível com a unidade de todos os setores das massas “para formar uma frente única contra o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático, e em que o corpo principal é constituído pelo povo trabalhador” (TSÉ-TUNG, 1975, p. 147).

O capitalismo burocrático pressupõe uma permanente baixa composição de capital orgânico via interferência direta do capital estrangeiro na cadeia produtiva dos territórios “periféricos”⁵⁶. A aplicação das ferramentas conceituais desenvolvidas por Mao é percebida nas elaborações teóricas de Amílcar Cabral em sua análise da formação social dos territórios de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Sobre a estrutura social desses territórios, Cabral afirma que

as transformações na estrutura social não são tão profundas nas camadas inferiores, sobretudo no campo, onde ela conserva predominantemente as características da fase colonial, mas a criação duma pseudo-burguesia nativa, que em geral se desenvolve a partir de uma **pequena burguesia burocrática** e dos intermediários do ciclo das mercadorias (**compradores**), acentua a diferenciação das camadas sociais, abre, pelo reforço da atividade econômica de elementos nativos, novas perspectivas à dinâmica social, nomeadamente com o desenvolvimento progressivo duma classe operária citadina e a instalação de propriedades agrícolas privadas, que dão lugar, a pouco e pouco, ao aparecimento dum proletariado agrícola. (CABRAL, 1980, p. 33, grifo nosso).

Ao mobilizar o arcabouço conceitual de Mao Tsé-Tung, Cabral pontua que o desenvolvimento das forças produtivas é realizado produzindo artificialmente, ou a partir de interferências exógenas, novas composições de classe, ao mesmo tempo em que impede a continuidade desse desenvolvimento de maneira livre e ampla

⁵⁶ Samir Amin, que utiliza como referencial teórico o conceito de “burguesia compradora” para exemplificar a dependência da burguesia nacional em relação aos capitais estrangeiros, afirma que: “os fatores internos só retomam um papel decisivo na evolução quando, pela desconexão, a sociedade periférica se liberta da dominação do valor mundializado. Isso implica a ruptura da aliança transnacional através da qual as classes dirigentes locais subalternizadas e **compradorizadas** se submetem às exigências da adaptação às tendências do capital mundializado. Enquanto não for assim é inútil falar do papel decisivo dos fatores internos, que é apenas potencial, e torna-se artificial separá-los dos fatores mundializados que continuam a ser dominantes. (AMIN, 2021, p. 116, grifo nosso)

para além de setores estratégicos os quais o capital estrangeiro tem interesse em desenvolver.

A adoção dos conceitos de Mao Tsé-Tung ⁵⁷ ocorreu em um momento crítico em que sucedeu a virada radical da leitura de Amílcar Cabral especialmente a partir da realidade da Guiné-Bissau. É preciso considerar que o pensamento, no interior de qualquer processualidade histórica, também é vivo e por isso, em constante transformação. Assim, do mesmo modo que é importante analisar como o nacionalismo foi o fator determinante, em dado momento, para Amílcar Cabral chegar a uma concepção leninista do materialismo, é igualmente necessário compreender como o teórico guineense ao longo da década de 60 se aproximou do pensamento de Mao, na medida em que sua prática teórica e política não se desvinculou das necessárias mobilizações conceituais para esta finalidade. É preciso, portanto, historizar os processos sociológicos que permitem enxergar e compreender a evolução do pensamento de Cabral ao longo da luta de libertação nacional.

4.3 O anticolonialismo de Amílcar Cabral sob a luta de duas linhas

Análises recentes sobre a obra do autor guineense têm sustentado diferentes hipóteses e mobilizado de diferentes maneiras suas contribuições teóricas e políticas. Alguns destes pesquisadores preferem enfatizar a dimensão cultural no seu pensamento, como é o caso de Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento. Outros, como Luciana Bastos Dias, procuram dar ênfase para a existência do materialismo como parte constitutiva do seu pensamento, afirmando que o autor “utilizava instrumental marxista nas suas elaborações, e tinha a União Soviética como a sua principal aliada” (DIAS, 2020, p. 6).

Embora as duas dimensões sejam legítimas apreensões em torno da obra de Amílcar Cabral, se faz necessário para elucidar aspectos do seu pensamento ainda pouco esclarecidos, encontrar o núcleo racional do seu desenvolvimento

⁵⁷ O texto *A Arma da Teoria*, talvez um dos mais importantes documentos teóricos de Amílcar Cabral que apresenta elementos conceituais desenvolvidos por Mao, é apresentado em um evento no ano de 1970: “Nota do autor à primeira publicação: Retomamos, nesta pequena brochura, editada pela Comissão de Informações do Partido, parte dos temas abordados no nosso discurso improvisado no Symposium t’Alma-Ata (República Socialista Soviética do Kazakstan), em Abril de 1970”. (CABRAL, 1980, p. 40-41)

teórico. As fontes primárias do período foram importantes elementos utilizados como método de análise histórico-sociológica no quadro das colônias portuguesas de Guiné-Bissau e Cabo Verde e de seu pai fundador revolucionário.

O evento conhecido por Massacre de Pidjiguiti, em que dezenas de trabalhadores acabaram sendo assassinados durante uma greve em agosto do ano de 1959⁵⁸, levou Amílcar Cabral a estabelecer uma reformulação completa de suas elaborações desenvolvidas até ali para a luta empreendida contra o colonialismo português. Esse capítulo da história serviu como reestruturação das suas estratégias, passando a priorizar o campo e não mais a cidade como lugar de deflagração da luta armada. Essa reflexão teórica e as mudanças estratégicas são expostas em um documento do PAIGC, apresentado em um seminário de formação de quadros datado do ano de 1969, intitulado *PAIGC - Seminário de Quadros - Alguns Princípios do Partido - Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas*. Nele, Amílcar Cabral expôs a necessidade de desenvolver uma estratégia de luta em acordo com a realidade concreta da região.

(...) aos poucos tivemos que mudar, para nos adaptarmos à realidade de nossa terra. Mas, outro exemplo, no começo de nossa luta, nós estávamos convencidos de que, se mobilizássemos os trabalhadores de Bissau, de Bolana, de Bafatá, para fazerem greves, para protestarem nas ruas, para reclamarem na administração, os tucas mudariam, nos dariam a independência. Mas isso não é verdade! Em primeiro lugar, na nossa terra, os trabalhadores não tem tanta força como noutras terras. Não é uma força tão grande do ponto de vista econômico, porque na nossa terra é fundamentalmente no campo, que reside a grande força econômica (...). Às greves e às manifestações, os tucas responderam caindo em cima de nós para matar todos, para acabar com tudo. Assim, tínhamos que adotar a nossa luta a condições diferentes, à nossa terra, e não fazer como se fez noutras terras (CABRAL, 1969, p. 03)⁵⁹.

O amadurecimento teórico de Amílcar Cabral sobre a realidade colonial portuguesa é notório na passagem da década de 1950 para a década de 1960. Esse avanço foi possível graças às reflexões acerca da organização social dos diferentes grupos ou povos, integrados ou semi-integrados, nas regiões onde inicialmente trabalhou como recenseador agrícola. Surge a partir dessa experiência seus primeiros escritos etnográficos que mais tarde com o avançar das experiências da luta o permitiria superar os equívocos mecanicistas e pequenos desvios de

⁵⁸ Ver mais em: CABRAL, Amílcar. **Os patriotas de Bissau e outras praças devem organizar-se cada dia melhor e agir com inteligência e segurança**. s.l.: Fundação Mário Soares, 1971. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04602.075#1>

⁵⁹ Ver mais em: CABRAL, Amílcar. **Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas**. In: PAIGC - Seminário de Quadros - Alguns Princípios do Partido, s.l.: Fundação Mário Soares, 1969. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.002.007#1>

compreensão dessas realidade com o recurso correto dos conceitos e categorias marxistas. No entanto, se interpretações da obra teórica de Amílcar Cabral afirmam que o movimento ocorrido de meados de 1961 a 1963, de mudança estratégica da cidade para o campo, não é suficiente para demonstrar a existência de quaisquer relações entre Amílcar Cabral com o pensamento de Mao Tsé-Tung; por outro lado podemos deixar que as próprias fontes primárias possam lançar, ao menos para esse aspecto, alguma luz sobre os recursos teóricos mobilizados pelo revolucionário guineense. Segundo a análise de Luciana Bastos Dias em *Amílcar Cabral e o marxismo: dos anos de Lisboa à liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948 - 1973)*, o próprio Amílcar Cabral havia dito que “a decisão de transferir a luta para o campo não foi uma aplicação do pensamento de Mao, pois nesta época ele nem sequer o conhecia” (ANDRADE, 1975, p. 20). Contudo, em uma passagem da sua pesquisa, Dias demonstra que em um encontro com militantes negros dos Estados Unidos no ano de 1972

Cabral admite a influência das experiências revolucionárias chinesa e vietnamita na luta do PAIGC, e relata ter lido Mao Tsé-Tung pela primeira vez em 1960. Segundo Cabral: “As leis gerais são muito simples. Por exemplo, o desenvolvimento da luta armada num país onde a maioria, se não a totalidade, da população é camponesa, implica que tenha de se fazer a luta como na China, no Vietname ou no meu país.” (DIAS, 2020, p. 140)

No período precedente à deflagração da luta armada pelo PAIGC nas regiões rurais, uma ampla documentação histórica disponibilizada através da Fundação Mário de Andrade permite observar uma relação estreita entre Amílcar Cabral e a China Popular, pelo menos, desde meados dos anos de 1959-1960. Dentre elas, uma carta de Amílcar Cabral endereçada ao Secretário Geral do Instituto Popular de Política Externa da China datada de Setembro do ano de 1960, que evidencia uma massificada formação teórica e política dos quadros do PAIGC em locais como a Academia Militar de Nanquim. Em um desses documentos, o então secretário geral do PAIGC solicita informações sobre o desenvolvimento da formação dos militantes do partido.

1. Aos homens de nosso partido, eu vos anuncio nossa chegada na República da Guiné, de retorno do vosso grande país. Nossa visita na China, através do vosso fraternal convite, se traduziu por resultados concretos e positivos. Não mediremos esforços para que esses resultados sirvam o melhor possível à luta de libertação de nosso povo e para que a amizade combativa que nos uniu no dia de hoje ao grande povo chinês e o nosso se reforce cada vez mais. Aceitem uma vez mais nossos agradecimentos mui fraternais. 2. Nós amaríamos receber de vocês, o mais

breve possível, indicações concernentes ao trabalho de nossos dez camaradas que ficaram. Nós temos certeza vocês sabem dirigir o trabalho deles com a urgência exigida pela nossa luta e com o rigor o qual vocês fazem uso na preparação dos seus próprios camaradas. Peço-lhe que aceite, Senhor secretário geral, e que transmita a todos os dirigentes do instituto, nossas saudações fraternais. Pelo gabinete político do Partido Africano de Independência, Amílcar Cabral (Abel DJASSI). Secretário Geral (CABRAL, 1960, s.p.)⁶⁰

Ora, a luta armada foi deflagrada no dia 23 de Janeiro de 1963, três anos após as primeiras formações teóricas e militares dos combatentes do PAIGC na China e das primeiras leituras de Amílcar Cabral das elaborações de Mao Tsé-Tung. Portanto, as relações do PAIGC e Amílcar Cabral com a China de Mao não somente existiam, como também avançavam em diferentes esferas ao longo da primeira metade da década de 1960. A visita de Chou En Lai em janeiro de 1964 a alguns países africanos é apresentada por Amílcar Cabral como prova contundente de solidariedade do povo chinês na luta contra o imperialismo e pelo progresso africano. Cabral afirmaria que a importante visita de Chou En Lai permitiu através de seu contato direto com as realidades africanas a abertura de novas perspectivas para o melhor desenvolvimento colaborativo entre a República Popular da China e os Estados Independentes da África ⁶¹.

Pode-se debater que Amílcar Cabral possuía igualmente uma estreita ligação com outros países do chamado “bloco socialista”, principalmente a União Soviética, como procuram atestar algumas hipóteses. De fato, os documentos disponíveis também demonstram que foram muitas as visitas de Cabral ao país hegemônico do bloco. Além das visitas, é de conhecimento geral que muitos combatentes receberam não apenas formação militar – principalmente artilharia ⁶², mas também ajuda financeira e bélica ⁶³ para que o PAIGC empreendesse a sua luta

⁶⁰ Tradução livre. Ver mais em: CABRAL, Amílcar. **Solicita informações sobre o trabalho desenvolvido com os militantes que permaneceram na China após a visita da delegação do PAI a Pequim [preparativos para a formação de quadros do PAIGC na Academia Militar de Nanquim]**. Correspondência ao Secretário Geral do Instituto Popular de Política Externa da China. s.l.: Fundação Mário Soares, 1960. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07066.091.032>

⁶¹ Ver mais em: CABRAL, Amílcar. **Declaração à Agência Chine Nouvelle, sobre a importância da visita do Presidente da República Popular da China, Chou En Lai, a alguns países africanos.** s.l.: Fundação Mário Soares, 1964. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07064.058.012#1>

⁶² Ver mais em: DAC, Documentos Amílcar Cabral. **Combatentes do PAIGC que tiveram formação militar na URSS.** s.l.: Fundação Mário Soares, s.d. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07069.108.006#1>

⁶³ Ver mais em: DAC, Documentos Amílcar Cabral. **Material chegado da URSS no barco Kardla.** s.l.: Fundação Mário Soares, 1967. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07057.011.002#12>

contra o neocolonialismo português. Além desses fatores, a URSS era responsável por parte considerável do acolhimento de estudantes estrangeiros ingressantes em suas universidades, dentre os quais aqueles oriundos do PAIGC ⁶⁴. Essa relação entre o PAIGC e URSS levou a construção de muitas análises que, pela própria posição de liderança internacional da URSS, considerou que o partido africano estava alinhado ideológica e estrategicamente ao PCUS (Partido Comunista da União Soviética). A complexidade desse processo, entretanto, é maior.

O apoio ao PAIGC promovido pela URSS e China não era exclusividade dos dois países. Através do princípio de solidariedade aos povos, as organizações em luta no continente africano recebiam ajuda de muitas nações que já haviam conquistado a libertação nacional. Países como a antiga Tchecoslováquia, a antiga Iugoslávia ⁶⁵, Cuba e Argélia ⁶⁶ são algumas das nações que colaboraram amplamente com a luta do PAIGC, especialmente com armamento e treinamento militar. Amílcar Cabral transitava em territórios de todos os continentes, angariando apoio anticolonialista e, por isso, participando de importantes encontros, congressos e reuniões como a Conferência de Adis Abeba ⁶⁷, a Conferência da Tricontinental (OSPAAAL) em Cuba e as Conferências da OUA ⁶⁸.

Luciana Bastos Dias afirma em seu trabalho, por outro lado, que “apesar do apoio e da proximidade com os soviéticos, convém não subestimar a influência da experiência chinesa no PAIGC (e em outros movimentos de libertação apoiados pela União Soviética)”; e mencionando a formação militar que o PAIGC recebeu da China, conclui que os escritos de Mao representou “uma leitura incontornável não só para os guerrilheiros dos movimentos de libertação” (DIAS, 2020, p. 29). Dias enfatiza, no entanto, que a URSS era “a principal apoiadora do PAIGC, e a lealdade ideológica era um fator importante na política de auxílios externos soviéticos,

⁶⁴ Ver mais em: DAC, Documentos Amílcar Cabral. **Regulamento de concessão de bolsas do Conselho de Estudantes da URSS**. s.l.: Fundação Mário Soares, s.d. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07057.011.019>

⁶⁵ Ver mais em: DAC, Documentos Amílcar Cabral. **Requisição de material militar**. s.l.: Fundação Mário Soares. 1965. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07074.096.021>

⁶⁶ Ver mais em: DAC, Documentos Amílcar Cabral. **Listagem com pedidos de:** Armas e munições. Equipamentos. Medicamentos. Artigos de primeira necessidade. Ajuda financeira. s.l.: Fundação Mário Soares. 1966. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.045.097>

⁶⁷ Ver mais em: CABRAL, Amílcar. **Solicita o apoio do presidente Ben Bella à participação do PAIGC na Conferência de Adis Abeba**. Correspondência a Ahmed Ben Bella, Presidente da República da Argélia. s.l.: Fundação Mário Soares, 1963. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04621.113.028#12>

⁶⁸ Ver mais em: CABRAL, Amílcar. **V Conferência da OUA**. Correspondência ao Comité de Libertação Africana, Conferência da OUA. s.l.: Fundação Mário Soares, 1967. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.045.135>

principalmente após a queda de Nikita Khrushchev” (DIAS, 2020, p.28). A hipótese de maior proximidade do PAIGC com a URSS sustentada sobretudo pelo apoio material e financeiro, no entanto, inverte elementos secundários com elementos primários de análise que deverão ser destrinchados a seguir.

Figura 1 – Amílcar Cabral, secretário do PAIGC, com grupo de jovens combatentes que receberam treinamento na Academia Militar de Nanquim (1961 - 1965)



Fonte: Documentos Amílcar Cabral, Fundação Mário Soares, 1961 - 1965.

Figura 2 – Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, discursando no IX Congresso [EX - URSS] (1966 - 1970)



Fonte: Documentos Amílcar Cabral, Fundação Mário Soares, 1966 - 1970.

Ainda segundo Dias, no contexto de encontro com militantes negros nos EUA, a menção que Amílcar Cabral faz "à China e a Mao ocorre numa fase de reatamento das relações do PAIGC com o gigante asiático, as quais passaram por uma crise no período de 1966 a 1969." Partindo de uma hipótese desenvolvida por outros pesquisadores, a autora considera que "a China volta a apoiar o PAIGC, no contexto das mudanças empreendidas na política externa chinesa, visando

recuperar-se das perdas diplomáticas sofridas nos anos anteriores” (DIAS, 2020, p.140). Para compreender as razões que levaram ao curto período de afastamento entre Amílcar Cabral e a China Socialista, é preciso em primeiro lugar remontar importantes acontecimentos ocorridos ao longo das décadas de 1950-1960. Estes antecedentes são importantes para uma compreensão mais detalhada dos desdobramentos que envolveram as organizações em luta pela libertação nacional e os dois principais países do chamado bloco socialista.

O conflito sino-soviético teve início com o XX Congresso do PCUS no ano de 1956. Nele, o ponto que ganhou maior notoriedade foi a famosa crítica aos “graves erros” cometidos por Stálin anunciado por Nikita Krushev, bem como a adoção da “coexistência pacífica” com o imperialismo como norteador a ser assumido pelos demais Partidos Comunistas do mundo⁶⁹. Também foi adotado no presente congresso o princípio de que os Partidos Comunistas deveriam assumir a “transição pacífica” e a via parlamentar para alcançar o socialismo. No texto *A Origem e o Desenvolvimento das Divergências entre a Direção do PCUS e Nós*, do ano de 1963 que aparece como resposta a carta aberta do Comitê Central do PCUS, o Partido Comunista Chinês (PCCh) apresentou críticas contundentes a essa posição adotada por parte da direção do PCUS e imposta às demais organizações em luta anti-imperialista.

A verdade é que já faz mais de sete anos iniciou-se toda uma série de divergências de princípio no movimento comunista internacional. Concretamente, estas divergências iniciaram-se com o XX Congresso do PCUS em 1956. O XX Congresso do PCUS foi o primeiro passo que deu a direção do PCUS pelo caminho do revisionismo. Desde esse Congresso até agora, a linha revisionista da direção do PCUS passou por todo um processo de surgimento, formação, desenvolvimento e sistematização. E também por um processo gradual as pessoas chegaram a compreender mais e mais a fundo esta linha revisionista da direção do PCUS. (S/A, 2023, p. 91)

A posição crítica da China frente ao que chamou de revisionismo soviético teve seu maior ponto de inflexão ao longo dos anos em que Krushev ficou à frente do PCUS até o momento de sua deposição, ou seja, de 1956 até 1964. Os elementos que apontam detalhadamente os motivos pelos quais Krushev e parte da direção do PCUS agiu contrariamente aos princípios revolucionários e de solidariedade foi expressa em uma carta de 12 pontos intitulada *Por Que Krucho*

⁶⁹ Ver mais em: RODRIGUES, Francisco Martins. **XX Congresso do PCUS**. s.l.: Marxists, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/2006/02/congresso.htm>

Caiu? publicada como editorial da revista *Hongai* no ano de 1964. Entre os pontos principais a serem destacados, estão 1) a violação das declarações de 1957 e de 1960, que culminou no colaboracionismo em forma de “cooperação geral” com o imperialismo norte-americano. Esta forma se revestiu com política de chantagem nuclear impedindo a China de desenvolver armamento bélico para auto-defesa, que para atender aos desígnios dos EUA e Grã-Bretanha, a URSS não hesitou em prejudicar as suas próprias capacidades defensivas; 2) desmobilizou ou procurou desmobilizar através da concepção de “coexistência pacífica” os movimentos de libertação nacional. Votou a favor do transporte das “tropas das nações unidas” ao Congo, que culminou no assassinato de Patrice Lumumba⁷⁰. Se opôs a luta de libertação nacional argelina afirmando ser este um assunto interno da França; 3) Rompeu relações econômicas e diplomáticas com a Albânia socialista; 4) procurou isolar a China internacionalmente diante dos demais países em luta ou já tendo a sua libertação consolidada com falsas alegações públicas, retirando de maneira unilateral técnicos especialistas soviéticos, promovendo ataques armados em aliança com os Estados Unidos através de assistência militar e provocações da mesma natureza⁷¹.

Na interpretação de Dias, Amílcar Cabral decidiu se distanciar do PAIGC em decorrência da crise com o PCUS. Para a autora, “a relação deste país com o PAIGC será acidentada, com os chineses retirando o apoio durante certo período (1966-1969), em razão de o PAIGC ser apoiado também pela União Soviética” (DIAS, 2020, p. 83). Entretanto, ao longo dos anos em que a crise entre o PCUS e o PCCCh se estabeleceu, a relação entre Amílcar Cabral e a China socialista transcorreu sem qualquer incidente. Do início do conflito sino-soviético até o momento em que ocorre o afastamento apontado por Dias entre Amílcar Cabral e a

⁷⁰ Um importante documento histórico sobre o assassinato de Lumumba foi escrito por Fanon tendo como subtítulo *A Morte de Lumumba: Poderíamos ter Agido de Outro Modo?* onde o teórico afirmou que “a ONU é a carta jurídica que os interesses imperialistas utilizam quando a carta da força bruta não deu resultado”. A partir desta sentença, apontando os equívocos na experiência anticolonialista no Congo, Fanon conclui que “o erro de Lumumba foi, então, num primeiro momento, acreditar na imparcialidade amistosa da ONU. Esquecia singularmente que a ONU, no estado atual, não passa de uma assembléia de reserva, posta de pé pelos Grandes, para continuar entre dois conflitos armados a “luta pacífica” pela partilha do mundo. (FANON, 1980. p. 233-234). Acerca deste evento, na qualidade de Secretário Geral do PAIGC, Amílcar Cabral demonstrou total apoio à declaração do governo chinês sobre o assassinato de Patrice Lumumba. Ver mais em: CABRAL, Amílcar. **Apoio do PAIGC à declaração do governo chinês sobre o assassinato de Patrice Lumumba**. Correspondência à Embaixada da República Popular da China. s.l.: Fundação Mário Soares, 1961. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04609.054.015>

⁷¹ Ver mais em: NEMLM, Núcleo de Estudos do Marxismo-Leninismo-Maoísmo. **A Carta Chinesa: A grande Batalha ideológica que o Brasil não viu**. s.l.: Terra Editora Gráfica, 2003.

China socialista, decorrem dez anos que vão de 1956 a 1966. Uma possível retirada de apoio da China motivada pelo mero apoio da URSS parece ser insuficiente para compreender a natureza deste breve afastamento. Ora, como observado, o PAIGC recebia suporte material não apenas da URSS e da China. Além disso, também vimos que a posição da China expressa em suas cartas apontava que, além do rompimento da URSS com outros países do bloco socialista, o PCUS procurou incentivar a crise ou cisão das organizações em luta em detrimento dos interesses particulares de uma fração do Comitê Central alinhada à Krushev.

Diante desse quadro, possivelmente Fidel Castro tenha sido o personagem central para o rearranjo das relações no plano internacional que influenciou nas relações entre a China, o PAIGC e a URSS. Ao longo da década de 1960 Cuba caminhou em direção ao centro dos acontecimentos e das atenções mundiais. Passado o momento inicial da Revolução Cubana no ano de 1959, a pequena ilha atravessou diversas tentativas de golpeamento da revolução promovida pelos EUA como, por exemplo, o evento da invasão da Baía dos Porcos. Com o apoio material que possibilitou a utilização de melhores recursos para resistir à sanha estadunidense, Cuba e URSS estabeleceram a mais estreita das relações, que viria a se fortalecer ainda mais após o evento que recebeu a alcunha de *Crise dos Mísseis*. Esses acontecimentos ocorrem no mesmo contexto em que a Conferência da Tricontinental, impossibilitada de ocorrer em Adis Abeba, é transferida para Havana como forma de demonstração de apoio das organizações anti colonialistas e anti-imperialistas ao país caribenho.

Do dia 3 a 16 de Janeiro de 1966 finalmente acontece em Havana a Conferência da Tricontinental, responsável pelo importante discurso anti-imperialista de Amílcar Cabral, pleiteando a necessária unidade dos povos em luta. Tendo Amílcar Cabral recebido notoriedade singular no evento, Fidel Castro decide oferecer seu apoio material e humano para a luta em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Segundo Dias, “a então jovem Revolução Cubana auxilia o PAIGC desde 1965, e a partir de 1966, na sequência da Conferência Tricontinental de Havana, envia instrutores militares para a guerrilha, além de profissionais de saúde” (DIAS, 2020, p. 83). Para Dias,

O país latino-americano vinha ajudando o PAIGC desde 1965, após um encontro de Che Guevara com Cabral em Conacri, em janeiro daquele ano. Por meio da Operación Triángulo, em abril de 1965, Cuba manda alimentos,

armas e medicamentos para o movimento de libertação. Em julho de 1965, 31 cabo-verdianos viajam para Cuba a fim de receber treinamento militar, visando à preparação para a luta armada em Cabo Verde. Todavia, devido à falta de condições geográficas, e até políticas, para a insurreição armada no arquipélago, o partido desiste do projeto. (DIAS, 2020 p.113)

Apesar da ajuda cubana, em sua referência Amílcar Cabral afirmou no início da década de 70 aos militantes afro-americanos, entretanto, que “devido à ausência de montanhas, as condições geográficas da Guiné eram diferentes das que constavam nos manuais de guerrilha, o que exigiu adaptação dos ensinamentos das experiências de outros povos ao caso guineense”. Essas diferenças foram determinantes para a continuidade da aplicação da estratégia chinesa e vietnamita adaptadas à realidade da luta empreendida por Amílcar Cabral.

O treinamento militar especificamente para Cabo Verde já havia sido desenvolvido desde o fim da década de cinquenta, como apontam documentos assinados por Amílcar Cabral e Aristides Pereira, outro destacado quadro do PAIGC. É possível observar pelo conteúdo político dos documentos, elementos de chamamento combativo tais como “Avante na nossa luta de libertação!”, “Abaixo o colonialismo português e seus lacaios!” e o Partido como “guia do nosso povo na luta gloriosa pela liberdade e pelo progresso!”⁷² que apontam aparentes semelhanças estéticas entre o PAIGC e a China.

É possível supor que o estopim para o afastamento temporário entre a China e o PAIGC decorreu da intervenção direta de Cuba na figura de Fidel Castro em decorrência da Conferência Tricontinental em 1966, mesmo ano em que ocorreu o afastamento entre o PAIGC e a China. Embora na primeira declaração de Havana em 1960 tenha sido reiterada as relações diplomáticas entre Cuba e China, o país caribenho havia se enredado aos interesses particulares da URSS especialmente no período Krushev, se tornando escudo para os pretextos e ingerências do PCUS⁷³.

A revolução social chinesa aparece no cenário mundial alterando o equilíbrio político internacional, o que não agradava Moscou. Kruchev estava trabalhando por um acordo com o ocidente e os chineses representavam uma ameaça para o equilíbrio político mundial. A união

⁷² Ver mais em: PAIGC, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. **O desenvolvimento da luta em Cabo Verde. Reunião de quadros responsáveis.** In: Arquivo Mário Pinto de Andrade. s.l.: Fundação Mário Soares, 1963. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04340.003.005#!5>

⁷³ O apoio material e econômico da URSS, se tornando parceira comercial quando as relações entre Cuba e outros países se deterioraram são alguns dos fatores que explicam essa relação. Após o evento da crise dos mísseis, Cuba se viu ainda mais “isolada”, aprofundando a dependência das relações estabelecidas com o PCUS e sua linha ideológica.

soviética queria isolar economicamente a China, mas temia o protesto da comunidade comunista internacional. Assim, quando Eisenhower suspendeu a quota açucareira cubana de 700 toneladas em 1960, a União Soviética se prontificou a comprá-la, segundo eles, em nome dos sentimentos internacionalistas. Mas, na realidade, Cuba tornou-se um álibi internacionalista para Moscou, contra as acusações chinesas de revisionismo de Kruchev. (GUERCIO; CARVALHO, 1998, p. 130 *apud* NOGUEIRA, 2009, p. 145)

Passados dez anos desde o início do conflito sino-soviético, esse evento por si só demonstra insuficiência para explicar o afastamento temporário entre Amílcar Cabral e a China, uma vez que foi somente pela aproximação de Cuba declaradamente alinhada à posição ideológica do PCUS que a China começou o seu afastamento gradual. A desconfiança diante do quadro estabelecido pelos chineses era pertinente já que Cuba havia se transformado na principal porta voz do país soviético, que não media esforços para solapar a China no âmbito das relações internacionais.

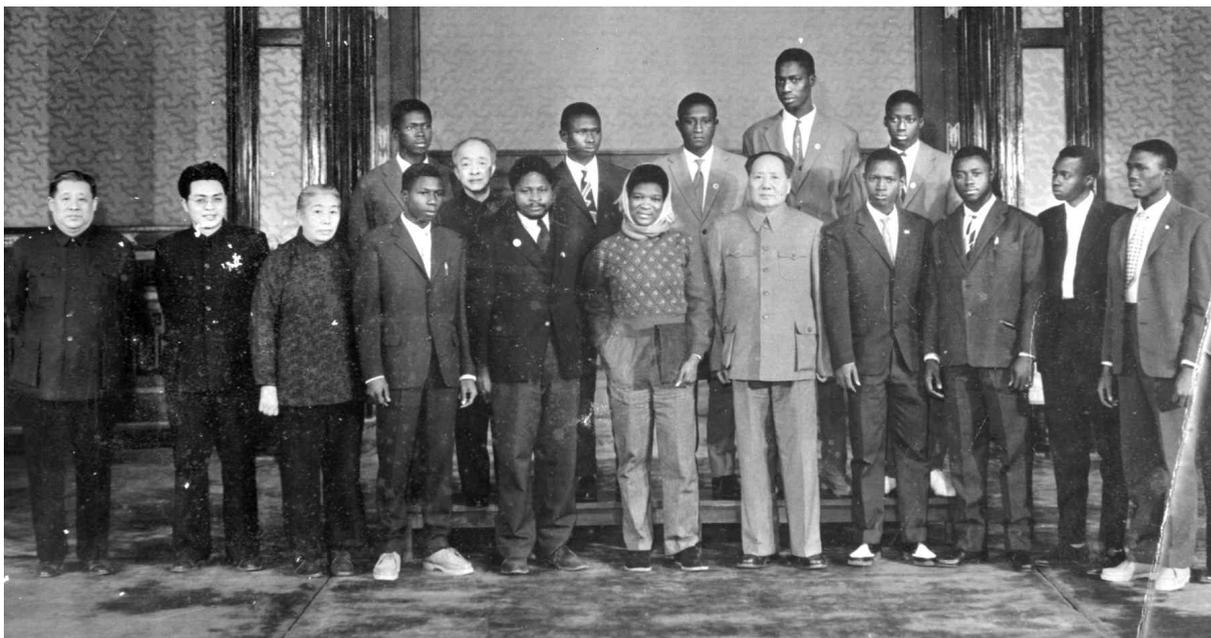
Entretanto, para Dias, tanto a China quanto “a Albânia – país socialista, porém opositor à União Soviética – pretendia condicionar a ajuda ao PAIGC a uma tomada de posição contrária ao revisionismo soviético” (DIAS, 2020, p. 112). Assim, a autora afirma ainda que

O apoio do Leste Europeu se torna especialmente importante para o PAIGC a partir de 1966, quando a China decide unilateralmente cortar o auxílio ao movimento.⁴³³ Conforme Sousa, a China deixa de fornecer armas, treinamento militar e dinheiro ao PAIGC e a outros movimentos de libertação devido à posição de neutralidade quanto ao conflito sino-soviético adotada por eles na Conferência Tricontinental de Havana, realizada em janeiro de 1966, e no Congresso de Escritores Afro-Asiáticos, realizado na província chinesa de Yeahan, também em 1966. (DIAS, 2020, p.111)

Ora, não é plausível afirmar que a China cortaria relações com o PAIGC devido à sua política de neutralidade frente ao revisionismo soviético uma vez que a autonomia diplomática do PAIGC havia sido sua característica não apenas ao longo do conflito entre China e URSS, mas porque Amílcar Cabral considerava legítimas diferentes concepções ideológicas que se propusessem a combater a dominação imperialista, fundado na autodeterminação dos povos, como principal contradição dessa fase do capitalismo. Foi em nome da neutralidade entre as formas de luta anticolonialistas empreendidas que Amílcar Cabral conquistou apoio mesmo de países democráticos do primeiro mundo. Quando Dias afirma que a China toma a decisão de se afastar do PAIGC pelo alinhamento ideológico com a URSS, cai no anacronismo ao desconsiderar o provável momento de cisão que ocorre com a

posição do PAIGC na “Conferência Tricontinental, na sequência do discurso do líder guineense, [em que] Fidel Castro conversa longamente com Cabral, prometendo-lhe enviar instrutores militares e médicos para a Guiné” (DIAS, 2020, p.112).

Figura 3 – Grupo de quadros do PAIGC recebidos por Mao Tse-tung na República Popular da China no ano de 1961



Fonte: Documentos Amílcar Cabral, Fundação Mário Soares, 1961.

Apenas após essa aproximação, em contexto de latência da influência soviética sobre a política cubana, que a China decide afastar-se. Os eventos demonstram que, ao contrário, é Amílcar Cabral quem decide pela reaproximação com a China no ano de 1969, apesar da ingerência soviética na autonomia das tomadas de decisões das organizações anti-imperialistas.

A trajetória de Amílcar Cabral ao longo da década de 1960 aponta para uma atuação política profundamente influenciada pela luta de duas linhas no interior do movimento comunista internacional. Contudo, não é possível considerar que o revolucionário guineense tivesse rompido definitivamente as relações com a China. O breve afastamento que durou de 1966 -1979 termina com o restabelecimento não apenas das relações políticas, mas também de recuperação do apoio solidário de ajuda material e econômica. O que importa, entretanto, é ressaltar a presença do instrumental teórico maoísta na aplicação prática das realidades de Guiné-Bissau e Cabo Verde como aspecto principal, presentes desde o início da década de 1960 no

referencial teórico de Amílcar Cabral. Nesse sentido, Dias acaba por concluir que

Entretanto, novamente recorreremos a Devés-Valdés para apontar duas tendências do “pensamento ‘terceiro-mundista’” que influenciaram os intelectuais africanos da geração de Cabral e Fanon: o cepalismo latino-americano e o marxismo maoísta. O pensamento desenvolvimentista latino-americano certamente influenciou Fanon, como se depreende da leitura do seu capítulo Desventuras da consciência nacional, no livro Os condenados da Terra, e talvez tenha influenciado Cabral. Por seu turno, a ênfase na agricultura e nos camponeses tem conexão – por paralelo e por influência – com o pensamento de Mao. (DIAS, 2020, p. 112)

O instrumental maoísta aplicado por Amílcar Cabral não deve ser pensado apenas em sua dimensão estratégica e política implementada nas zonas rurais como o principal foco de luta anticolonialista. Esta aplicabilidade é apenas o resultado de uma expressão materializada na aparência, mas que parte da essência teórica como elemento fundante dessas duas dimensões.

4.4 Cultura e modo de produção: expressões do materialismo afro-asiático de Amílcar Cabral

Outro aspecto importante para analisar a correlação existente entre o pensamento de Amílcar Cabral e Mao Tsé-Tung, é a articulação entre economia, política e ideologia feita pelo teórico guineense que o permitiu superar o economicismo e historicismo dominante por percepções eurocêntricas. Para Poulantzas o conceito de modo de produção

designar-se-á não o que geralmente se indica como o econômico, as relações de produção em sentido estrito, mas uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que aparecem como outras tantas instâncias ou níveis, em suma, como outras tantas estruturas regionais daquele modo. (POULANTZAS, 2019, p.17)

Esta compreensão do conceito de modo de produção que combina as diferentes instâncias, em unidade com as dimensões infra e superestruturais, é perceptível também nas elaborações de Amílcar Cabral. Embora não negasse a determinante econômica como elemento característico do M.P.C, Cabral destrincha a sua compreensão do conceito de modo de produção como uma imbricação de diferentes elementos que, para cada período, representava o resultado de um desenvolvimento ou fase histórica de uma sociedade.

O modo de produção, que representa, em cada fase da história, o resultado

da pesquisa incessante de um equilíbrio dinâmico entre o nível das forças produtivas e o regime de utilização social dessas forças, indica o estado em que se encontra uma sociedade e cada um dos seus componentes, perante ela mesma e perante a história. Indica e condiciona, por outro lado, o tipo de relações materiais (expressa objetiva ou subjetivamente) existentes entre os diversos elementos ou os diversos conjuntos que formam a sociedade em questão: relações e tipos de relações entre o homem e a natureza, entre o homem e o seu meio; relações e tipos de relações entre os componentes individuais ou coletivos de uma sociedade. Falar disso é falar de história, mas é igualmente falar de cultura. (CABRAL, 1980, p. 58)

De acordo com Mao Tsé-Tung, a estrutura da China à época do domínio estrangeiro apresentava um conjunto produtivo – forma e relação – definido pela coexistência de dois modelos distintos. Um tipo de capitalismo comercial e industrial desenvolvido de forma mais incipiente nas regiões urbanas, frente a um modelo caracterizado por semi-feudal internamente predominante.

No plano político e econômico, a China desenvolve-se numa maneira desigual – vê-se coexistir uma economia capitalista francamente desenvolvida e uma economia semi-feudal preponderante; um pequeno número de centros industriais e comerciais modernos e uma vasta região rural cristalizada no seu desenvolvimento; milhões de operários e centenas de milhões de camponeses e artesãos sob o jugo dum sistema arcaico: grandes caudilhos militares dominando o governo central e pequenos caudilhos militares dominando as diferentes províncias; duas categorias de tropas reacionárias: o “Exército Central”, submetido a Tchiang Kai-chek, e as “tropas mistas”, submetidos aos caudilhos militares das diversas províncias; (TSÉ-TUNG, 2007, p.167)

Como vimos no texto *Análise de Alguns Tipos de Resistência*, Amílcar Cabral demonstrou que na realidade da Guiné, predominava o trabalho agrícola forçado, caracterizado pelo regime de servidão. Nesse modelo particular, o regime português utilizava a mão-de-obra colonizada para produzir mercadorias abaixo do valor de mercado, ao mesmo tempo em que a remuneração, de tão abaixo do valor necessário para a reprodução material do produtor, era praticamente inexistente⁷⁴. No mesmo texto, Amílcar Cabral afirma que em Cabo Verde o principal objetivo da luta de libertação era

destruir principalmente a exploração do nosso povo pelo regime de grandes propriedades que não dá terras ao nosso povo. O nosso povo tem que ser rendeiro, quer produza ou não, tem que pagar a renda, vivendo na miséria, submetido à fome e sujeito a ser até vendido ou contratado como trabalhador forçado para outras colônias. Devemos destruir isso. (CABRAL, 1979, p. 36)

A realidade de Portugal e suas colônias corretamente analisadas permitiu

⁷⁴ Ver página 45 do presente trabalho.

a Amílcar Cabral apreender – assim como o fez Mao para a realidade chinesa – o núcleo do “desenvolvimento” desigual expresso na contradição campo e cidade, como característica das suas formações sociais. A semelhança da China pré-revolucionária com as colônias portuguesas, guardadas as particularidades da processualidade histórica que lhes devem ser atribuídas, não foi exclusividade das duas experiências. Como vimos, Lênin já havia apontado para estas semelhanças ao analisar a estrutura da agricultura estadunidense, comparando com as condições semelhantes entre a população negra do sul dos EUA com os camponeses da Rússia Czarista. Kwame N’Krumah, a exemplo de Amílcar Cabral, afirmava que

É sobretudo no mundo rural que subsistem vestígios de feudalismo. Em geral, as condições de vida dos camponeses não se modificaram desde as épocas pré-coloniais e coloniais, continuam a ter que pagar pesadas taxas e fazer trabalhos forçados. Quando emigram para a cidade, são geralmente vítimas dos exploradores coloniais e neocoloniais. (...) Tal como os camponeses da Ásia e da América Latina, os camponeses africanos sofreram durante muito tempo o feudalismo e a exploração imperialista-capitalista. Do Cairo ao cabo da Boa Esperança, e das ilhas do Cabo Verde ao Quênia e Zanzibar, a situação e os problemas dos camponeses africanos são praticamente idênticos. O campesinato tem que se libertar das relações de produção semifeudais e capitalistas. A agricultura deve passar de uma pequena produção a uma agricultura moderna, baseada na utilização de cooperativas, instrumentos e técnicas mais modernas. (N’KRUMAH, 1977, p. 94)

A análise da formação social das colônias portuguesas empreendida por Amílcar Cabral inscreveu em uma compreensão do modo de produção de forma ampliada, destoante de parte considerável dos teóricos marxistas⁷⁵ da Europa e aqueles alinhados ao modelo soviético. A experiência histórica revolucionária na China, cujo principal teórico elaborou ao longo deste processo importantes tratados marxistas, foi determinante para contribuir em diferentes níveis na análise materialista na etapa monopolista, dentre os quais a compreensão não dogmática do conceito de modo de produção. Em *Sobre a Contradição* Mao Tsé-Tung ofereceu uma importante abordagem da análise do particular e do geral, bem como suas interconexões ou integralidade como núcleo racional que permitiu essa distinta compreensão do conceito de modo de produção.

Já que o particular está unido ao universal e que a particularidade, assim como a particularidade da contradição, são inerentes a tudo – a universalidade residindo na particularidade –, deveríamos, ao estudar um

⁷⁵ Essa afirmativa não significa que houve uma completa ausência de importantes análises sobre o modo de produção e sobre a cultura feitas por autores europeus. São os casos, por exemplo, de Antônio Gramsci e Raymond Williams cuja produção, ainda que não vinculada às análises teóricas de Mao, tampouco compactuavam com as análises mecanicista e economicista dominantes.

objeto, tentar descobrir tanto o particular como o universal e sua interconexão, tanto a particularidade como a universalidade e também sua interconexão dentro do próprio objeto, e descobrir as interconexões deste objeto com os muitos objetos fora dele. (MAO TSÉ-TUNG, 2007, p. 106)

A reivindicação materialista de Mao Tsé-Tung parte, como fio condutor para a sua elaboração teórica, da análise que Marx faz sobre a síntese de múltiplas determinações sem se limitar apenas à esfera da cadeia produtiva, mas a transpondo e compreendendo o conjunto da totalidade como aspecto ou lei elementar da natureza e que, portanto, incide na realidade social. Esta lei universal da contradição, para Mao, possui em suas dimensões, como vimos, causas fundamentais e causas secundárias, bem como causas internas e externas em um todo conjugado. Essa amplitude da compreensão da lei dialética em Mao na obra mencionada vai influenciar profundamente também o pensamento de Althusser.

Dentre estas influências, a forma como o caráter desigual incide sobre o desenvolvimento das contradições e das sínteses constitutivas em sua processualidade, que na elaboração de Mao ocorre a partir da dinâmica entre os elementos que conformam o geral e o particular e que por sua vez possibilita compreender as causas fundamentais da essência de um fenômeno. Mao afirma que em “dos dois aspectos contraditórios, um deve ser principal, o outro, secundário” (TSÉ-TUNG, 2007, p. 110). E conclui, afirmando que esse aspecto da processualidade não é estático. Essa leitura particular do materialismo desenvolvida pelo filósofo chinês é um dos elementos basilares de sua compreensão sobre a lei da contradição.

o aspecto principal e o não-principal de uma contradição se transformam um no outro, e a natureza da coisa muda de acordo com isso. Num processo dado ou num estágio dado do desenvolvimento de uma contradição, *A* é o aspecto principal, e *B*, o aspecto não principal; em outro estágio ou em outro processo, os papéis são invertidos – mudança determinada pela extensão do aumento ou diminuição na força de cada aspecto, em sua luta contra o outro, no curso do desenvolvimento de algo. Frequentemente nos referimos ao “novo tomando o lugar do velho”. A substituição do velho pelo novo é lei do Universo, geral, eterna e inviolável. A transformação de uma coisa em outra, através de saltos de diferentes formas de acordo com sua essência e condições externas – esse é o processo do novo substituindo o velho. Em cada coisa existe uma contradição entre seus aspectos, o novo e o velho, e isso dá origem a uma série de lutas, com muitos giros e voltas. Como resultado dessas lutas, o aspecto novo se transforma, de inferior em superior, e cresce para predominar, enquanto que o aspecto velho se transforma, de superior em inferior, e gradualmente morre. (TSÉ-TUNG, 2007, p. 110)

Mao aponta ao longo do texto exemplos concretos que demonstram,

segundo o seu entendimento, a forma de funcionamento da lei da contradição. As possibilidades para a superação da condição de semicolônia passavam, para a realidade chinesa, pelo combate e destruição da principal contradição interna na China – relações de produção anteriores àquelas produzidas pelo capitalismo. Essa transformação para Mao, também passava pela necessária derrubada das antigas classes feudais que desapareceriam gradualmente a partir da total destruição das estruturas que condicionam as relações servis como expressão definidora do capitalismo burocrático na China.

Como apontado ao longo da segunda parte do presente trabalho, muitos teóricos marxistas se filiaram às contribuições teóricas de Mao Tse-Tung, dentre os quais, além de Amílcar Cabral, Kwame N’Krumah e Samir Amin, mobilizados para a melhor compreensão do núcleo racional do pensamento do autor guineense. A influência teórica que Althusser adquire de Lenin e Mao acerca do caráter desigual da processualidade da contradição, foi cunhado pelo autor francês com o nome *sobredeterminação*.

A diferença específica da contradição marxista é a sua “desigualdade” ou “sobredeterminação”, que reflete em si a sua condição de existência, isto é: a estrutura da desigualdade (com dominante) específica do todo complexo sempre-já-dado, que é a sua existência. Assim compreendida, a contradição é o motor de todo desenvolvimento. O deslocamento e a condensação, fundados na sua *sobredeterminação*, explicam, por sua dominância, as fases (não-antagonista, antagonista e explosiva) que constituem a existência do processo complexo, isto é, “do devir das coisas” (ALTHUSSER, 1979, p. 192)

Para Althusser, essa *sobredeterminação* influi, ou pode influir no interior do todo complexo estruturado já dado, ainda que sob o signo da desigualdade marcado pelo predomínio do econômico sobre os demais elementos que o constitui. Esse entendimento não estático é o mesmo que mobilizou a prática de Mao e Amílcar Cabral nas transformações de ordem quantitativa e/ ou qualitativa no interior de cada uma das realidades em luta contra a dominação estrangeira. É notória a influência de Mao em Althusser quando este afirma que

é forçoso admitir que, em certas condições, aspectos tais como as relações de produção, a teoria e a superestrutura manifestam-se por sua vez no papel principal e decisivo. Quando é impossível para as forças produtivas desenvolverem-se sem uma transformação das relações de produção, então a transformação das relações de produção desempenha o papel principal e decisivo. A criação e a defesa da teoria revolucionária desempenhava papel principal e decisivo naqueles tempos em que Lênin afirmou: “Sem teoria revolucionária não pode haver movimento

revolucionário". Quando uma tarefa, não importa qual, deve ser realizada, mas ainda não existe uma linha guia, um método, plano ou política, o aspecto principal e decisivo é escolher uma linha guia, um método, plano ou política. Quando a superestrutura (política, cultural etc) obstrui o desenvolvimento da base econômica, as mudanças políticas e culturais transformam-se em principais e decisivas (ALTHUSSER, 1979, p. 114)

Foi conjugando as diferentes instâncias da realidade material, a observando em seu dinamismo e também compreendendo a importância da cultura como elemento integrado à instância da superestrutura que Amílcar Cabral vinculou-se ao modo como Mao compreendeu o conceito de modo de produção. Em uma passagem do texto *A Arma da teoria*, o teórico africano afirma que

Se a história permite conhecer a natureza e a extensão dos desequilíbrios e dos conflitos (econômicos, políticos e sociais) que caracterizam a evolução de uma sociedade, a cultura permite saber quais foram as sínteses dinâmicas, elaboradas e fixadas pela consciência social para a solução desses conflitos, em cada etapa da evolução dessa mesma sociedade, em busca de sobrevivência e progresso. (CABRAL, 1980, p.58)

Em formações sociais como as de Guiné-Bissau e Cabo Verde no período histórico abordado, que mudou muito pouco para a grande maioria da população nativa desde a forma anterior de dominação colonialista, a cultura, como parte da superestrutura ideológica e jurídico-política ganhou uma importância central. Sendo o modo de produção tributário uma forma universal das sociedades pré-capitalistas avançadas (AMIN, 2021), é razoável afirmar que para as formações sociais de Guiné-Bissau e Cabo Verde ainda residiam os elementos ideológicos e culturais, como aspectos senão dominantes, em última instância, mas "sobredeterminando" os fatores de ordem econômicas. Nestas regiões, ao nível da superestrutura não se poderia conferir legitimidade de um poder exógeno, cujos valores eram frontalmente contrários aos dos povos autóctones, a ponto de aceitar as tentativas de apagamento sistemático da sua história e identidade. A cultura se transforma em arma de resistência, e por ser a expressão que se apresentou com maior evidência, foi através dela que Amílcar Cabral iniciou uma compreensão concreta da formação social de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Dessa maneira, os primeiros escritos etnográficos de Amílcar Cabral, bem como a incorporação do instrumental maoísta desde o início da década de 1960 com a ruptura provocada pelo massacre de Pidjiguiti, são os dois elos fundamentais que conectam o teórico guineense a uma análise original e afro-asiática do materialismo e do modo de produção.

A manifestação cultural do povo, para uma realidade colonial que pouco

ou nada conhecia do modelo capitalista fora das zonas urbanas, permitiu a Amílcar Cabral compreender essas massas ruralizadas como a ponta de lança no combate ao colonialismo português. Esta compreensão do modo de produção para Cabral a partir das formações analisadas era definida pela coexistência de diferentes modelos, antagonicamente distintos, mas funcionais, que se mantinham e reproduziam pela intervenção do dominador externo. A contradição entre o velho e novo só poderia ser superada destruindo os alicerces que atavam o nativo àquela forma análoga de relação de produção. Assim, a libertação nacional para Amílcar Cabral só poderia ser um *ato de cultura*. Entende-se o materialismo afro-asiático como um entendimento da teoria marxista que se afastou das formulações eurocêntricas predominantes, eivadas de distorções com análises que se reafirmaram na defesa do revisionismo de seus formuladores, tendo como base um auto referenciamento⁷⁶ de sociedade. Este materialismo auto referenciado, que ratificou o universalismo abstrato europeu nascente da constituição da modernidade, e que, como demonstrado por Fanon, se fechou para toda e qualquer alteridade.

⁷⁶ No contexto de luta de libertação da Argélia, Frantz Fanon demonstra a existência dessa prática em relação à esquerda francesa. Segundo o teórico martinicano: “Os partidos franceses de esquerda, prisioneiros de um simplismo doutrinal que defende que a direita entra em negociações mal é convidada a participar nas despesas, instalaram-se numa atitude muito resignada e não são mais do que a esperança do dia em que essa direita, postos em perigo seus interesses, abandone o seu chauvinismo e vote todas as independências coloniais que se quiser. Várias vezes assinalamos esta mecanização do pensamento e o aparecimento deste feiticismo das causas tomado no sentido mais automático, menos dialético. Esta fraqueza ideológica de de uma grande parte das formações políticas francesas torna mais claro o conflito que existe o corpo político francês desde 1 de novembro de 1954. O partido radical, pulverizado desde o histórico congresso de Lyon, o Partido Socialista, no seio do qual surgem as tendências mais heterogêneas, o MRP, que acaba de revelar as suas contradições na recente recusa de caucionar a tentativa de Bidault, até o PCF, cuja estrutura monolítica não preservou divergências e oposições quanto ao tema da guerra da Argélia, cada um destes partidos, segundo o seu estilo próprio, manifesta a incoerência das posições, a violência dos conflitos, o desacordo fundamental. (FANON, 1980, p.130)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Onde residem as contradições particulares e a essência do processo das realidades de Guiné-Bissau e Cabo Verde? Quais são as características que definem as contradições universal e geral em sua essência de funcionamento? E que novas contradições foram erigidas a partir dessa contradição geral nas diferentes instâncias que compõem uma dada formação social na periodização abordada? Para uma observação do pensamento do Amílcar Cabral construído no interior desses processos, cuja proposta deste trabalho foi observá-lo em sua integralidade, fez-se necessário reunir as diversas instâncias que compunham o quadro geral do período histórico em que ele se desenvolveu.

O desenvolvimento das suas elaborações teóricas apresentam em nossa análise um caráter histórico-sociológico que esteve organicamente vinculado à natureza da dominação neocolonialista, tendo como a expressão histórica a contradição principal que, residindo sua essência na lei geral do valor amplificado para todas as regiões da face da Terra, implicou em novas contradições particulares para os povos dominados. Como afirma Mao:

A contradição no sistema capitalista entre o caráter social da produção e propriedade privada dos meios de produção é comum a todos os países em que o capitalismo existe e se desenvolve; no que diz respeito ao capitalismo, isso constitui a universalidade da contradição. (TSÉ-TUNG, 2007, p. 105-106)

Para Mao Tsé-Tung, “a relação entre a universalidade e a particularidade da contradição é a relação entre os aspectos geral e individual do seu caráter” (TSÉ-TUNG, 2007, p. 107). Refletindo sobre a estrutura que foi definida com o predomínio do capital financeiro sobre o produtivo, o teórico guineense analisou a forma histórica e sociológica da luta de classes que implicaram as formações sociais de Guiné-Bissau e Cabo Verde e sua interconexão com o imperialismo como determinante geral que havia adquirido uma nova qualidade para o capitalismo.

Fatores exteriores a um dado conjunto socioeconômico em movimento podem influenciar mais ou menos significativamente o processo de desenvolvimento das classes, acelerando-o, atrasando-o ou até provocando nele regressões. Logo que cesse, por qualquer razão, a influência desses fatores, o processo retoma a sua independência, e o seu ritmo passa a ser determinado não só pelas características internas próprias do conjunto, mas também pelas resultantes do efeito sobre ele causado pela ação temporária dos fatores externos. No plano estritamente interno, pode variar o ritmo do processo, mas ele permanece contínuo e progressivo, sendo os avanços

bruscos só possíveis em função de aumentos ou alterações bruscas — mutações — no nível das forças produtivas ou no regime da propriedade (CABRAL, 1980, p. 26-27)

A análise do pensamento de Amílcar Cabral em sua integralidade deve passar necessariamente pela compreensão das dimensões geral e particular em seu conjunto que permitiu serem erigidas as relações contraditórias entre o neocolonialismo português e as formações de Guiné-Bissau e Cabo Verde. A contextualização histórica em que foi construído o seu pensamento é, nesse sentido, fundamental para a compreensão do materialismo que Amílcar Cabral elaborou ao longo da luta empreendida. O nacionalismo revolucionário de Cabral que marcou a entrada na fase militante e revolucionária da sua vida, desde o momento inicial esteve inscrito nos princípios de Lenin sobre a luta de libertação nacional como principal instrumento de combate ao imperialismo.

Cabe a Lenine o mérito de ter revelado, e mesmo previsto, as realidades essenciais da luta dos nossos dias, pois foi até ao fundo na análise do *fato imperialista* e da luta geral contra o imperialismo. Na sua crítica geral, Lenine esclareceu o caráter essencialmente econômico do imperialismo, estudou as suas características internas e externas e as suas implicações econômicas, políticas e sociais, tanto dentro como fora do mundo capitalista. Pôs em relevo as forças e as fraquezas dessa nova realidade que é o imperialismo (quase da sua idade), que abriu novas perspectivas à evolução da humanidade. Situando geograficamente o fenômeno imperialista no interior duma parte bem definida do mundo; distinguindo o fator econômico das suas implicações políticas ou político-sociais, sem esquecer as relações de dependência dinâmica entre esses dois aspectos de um mesmo fenômeno; e caracterizando as relações do imperialismo com o resto do mundo, Lênin situou objetivamente tanto o imperialismo como a luta de libertação nacional nas suas verdadeiras coordenadas históricas. Estabeleceu assim, de forma definitiva, a diferença e as ligações fundamentais entre o imperialismo e o domínio imperialista. A análise de Lenine revela-se desta forma como um encorajamento realista e uma arma poderosa para o desenvolvimento ulterior e multilateral do movimento nacional libertador (CABRAL, 1980, p. 50)

A análise acerca da necessária luta anti-imperialista foi amplamente debatida desde a III Internacional Comunista, tendo as principais elaborações sido desenvolvidas por Lenin. Dos 6 principais pontos redigidos por Lênin para a definição dos princípios internacionalistas no tempo do imperialismo, um havia ganhado maior relevo. Este ponto versa no apoio irrestrito dos partidos comunistas aos movimentos revolucionários de libertação nas colônias (PRADO, 2018). Nestes esboços das teses sobre a questão nacional e colonial, são destacados de maneira igualmente importante a necessidade de se apoiar o movimento camponês contras

as grandes propriedades latifundiárias e as sobrevivências do feudalismo⁷⁷.

Como engenheiro agrônomo e já tendo amplo conhecimento das análises de Lênin sobre o imperialismo, Amílcar Cabral desenvolveu importantes tratados das formações sociais da Guiné no anos iniciais da década de 1950 na qualidade de recenseador agrícola. Na obra *A Guerra do Povo na Guiné-Bissau* (1975), de capítulo intitulado *O Emergir da Guerra do Povo na Guiné-Bissau*, Mario de Andrade afirma que

A Guiné apresentava, até ao início da guerra do povo, há onze anos, os mais pronunciados traços característicos da colônia de exploração. Do ponto de vista do domínio econômico, constituía, com as ilhas de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe, o subconjunto territorial verdadeiramente português. Enquanto em Angola e em Moçambique se acumulou um capital essencialmente de origem não portuguesa, na Guiné e os portugueses fazia-se através dos chefes tradicionais, os sipaios e os assimilados que estavam destinados às tarefas de auxiliares da máquina administrativa. Tratava-se, pois, de uma colônia com base na exportação comercial, no imposto de palhota, no trabalho forçado. Se, dentro desse quadro, a agricultura dita indígena se destinava inteiramente à economia de troca, a terra, contudo, não estava na posse dos elementos autóctones. Este universo social comportava as suas próprias contradições internas. De entre os camponeses (camada e de modo nenhum classe social), os Balantas e outros grupos aparentados – sem Estado – não apresentavam uma estratificação de classe, enquanto que os Fulas, os Mandingas, os Manjacos por exemplo, tinham já classes dirigentes. Entre estas classes dirigentes e as outras situava-se a principal contradição interna. Sendo o campo o elemento essencial da economia guineense, esta contradição era a mais importante contradição nas cidades entre os chefes de serviço africanos e a massa de empregados subalternos (ANDRADE, 1975, p. 13-14)

Na mesma obra, Mario de Andrade afirmou que Amílcar Cabral teceu uma importante e duplamente obra militante desenvolvida a partir dos seus conhecimentos técnicos para apreender a realidade material guineense. nesse sentido, para Andrade a obra *O Recenseamento Agrícola da Guiné* de autoria de Amílcar Cabral torna-se “a primeira leitura cativante sobre a vida das comunidades rurais”. Andrade afirma ainda que este trabalho intelectual de Cabral tinha por objetivo analisar a fundo as estruturas sociais e econômicas, bem como o estágio do

⁷⁷ Na seção intitulada *Esboço Inicial das Teses Sobre As Questões Nacional E Colonial (Para o II Congresso da Internacional Comunista, pontos 4 e 5 respectivamente* , é redigido: “- 4º, a necessidade de apoiar especialmente o movimento camponês dos países atrasados contra os latifundiários, contra a grande propriedade agrária, contra todas as manifestações ou sobrevivências do feudalismo, e empenhar-se em dar ao movimento camponês o carácter mais revolucionário, realizando a união mais estreita possível entre o proletariado comunista da Europa Ocidental e o movimento revolucionário dos camponeses no Oriente, nas colônias e nos países atrasados em geral. Ver mais em: LENIN, Vladimir. **Teses para o II Congresso da Internacional Comunista**. In: Obras escolhidas em três tomos. s.l.: Marxists, 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/07/14.htm>

seu desenvolvimento a nível sócio-cultural para demonstrar a forma de dominação estrangeira e suas implicações nas formações sociais por ele analisadas (ANDRADE, 1975). Aplicando o materialismo histórico como ferramenta conceitual de análise, Andrade aponta que Amílcar Cabral chega à conclusão de que a da luta armada tendo escolhido o campo para sua deflagração, nas palavras do próprio autor, não havia ainda sido inspirada pelas elaborações teóricas desenvolvidas por Mao Tsé-Tung. Nesse sentido, Amílcar Cabral afirmou que “foram as necessidades do nosso próprio país que nos levaram a adotar esta medida, foi o próprio erro que cometêramos que nos abriu a via” (ANDRADE, 1975, p. 21).

Se é possível considerar que esta afirmativa de Cabral é válida, ainda que, como vimos, o próprio revolucionário havia admitido a utilização dos recursos teóricos de Mao em uma palestra para ativistas nos EUA⁷⁸; é possível considerar que foi através do próprio leninismo que Cabral se aproximou do pensamento de Mao, tido como uma continuidade do teórico russo. A partir das fontes primárias e secundárias utilizadas para a análise do pensamento de Cabral, o presente trabalho, nesse sentido, foi desenvolvido a partir de três importantes hipóteses que teve como fio condutor a reflexão sobre as produções que se ausentaram total ou parcialmente, pelo motivo que seja, de pesquisar a fundo a estreita relação entre Amílcar Cabral e o PAIGC com a China então Socialista.

A primeira hipótese, secundária, trata-se de apontar a Revolução dos Cravos como um evento que, ao contrário do que afirma Lincoln Secco, teve suas razões principais a partir de fatores externos, e não internos. Nesse sentido, a deflagração das lutas de libertação e a conseqüente libertação das zonas agrárias levou o regime neocolonialista português a um quadro de crise insustentável que permitiu a integração de diferentes camadas da sociedade portuguesa concretizar esta transformação social⁷⁹.

A segunda hipótese assenta-se no modelo econômico agrário-exportador de Portugal no interior do mercado mundial que, como um modelo atrasado, influenciou decisivamente para a permanência de formas produtivas e relações de produção nas colônias designado por Samir Amin (2021) como modo de produção tributário. Neste sentido, a hegemonia da burguesia agrária herdada do antigo modelo monárquico no interior do bloco no poder (POULANTZAS, 2019) estruturou

⁷⁸ Ver página 99 do presente trabalho.

⁷⁹ Ver página 46 do presente trabalho.

a configuração social portuguesa que alimentou e permitiu a existência das relações de servidão e de superexploração da força de trabalho nas colônias.

A terceira hipótese apresenta o evento conhecido por Massacre de Pidjiguiti como momento inaugural de uma nova ou transformada concepção materialista no pensamento de Amílcar Cabral, adotando, como foi possível analisar em seus textos de elaboração teórica, a presença do arcabouço conceitual de Mao Tsé-Tung⁸⁰, que dá uma qualidade de análise para além daquela situada na superfície fenomênica das táticas de luta como possível expressão de alinhamento ideológico.

Entre os resultados obtidos em nossa investigação, o materialismo Afro-Asiático de Amílcar Cabral não esteve inscrito em seu fundamento teórico e mesmo estratégico à ideologia implementada pelo PCUS especialmente após o XX Congresso do Partido Comunista, mas principalmente à experiência chinesa. O recurso teórico sobre uma burguesia burocrática e “dos intermediários do ciclo das mercadorias (**compradores**)” (CABRAL, 1980, p. 33), ou seja, a burguesia compradora no desenvolvimento de sua elaboração são elementos contundentes da sua relação com o pensamento de Mao. As fontes primárias atestam que muito antes do período da deflagração da luta armada, não apenas Amílcar Cabral, mas outros destacados teóricos e militantes do PAIGC fizeram formação na China Socialista, o que permitiu o acesso integral às elaborações desenvolvidas por Mao Tsé-Tung.

Se Amílcar Cabral preferiu ao longo da luta optar por não assumir a sua posição ideológica, e isto se aplica igualmente para a análise das interpretações que afirmam a vinculação ideológica de Amílcar Cabral à URSS, foi porque diante da conjuntura histórica e da luta empreendida, não era lhe estrategicamente interessante tal assumimento pelas possíveis perdas de apoio que isto provocaria, e em última instância, para não chamar ainda mais atenção do imperialismo norte-americano e uma possível intervenção.

O pensamento marxista de Amílcar Cabral, original na aplicação aos territórios de Guiné-Bissau e Cabo Verde, foi desenvolvido acompanhando a processualidade histórica de seu tempo, permitindo atualizações constantes que, sem estar imbuído de soberba ou dogmatismos para as necessárias autocríticas, o permitiu alcançar de maneira tenaz as corretas elaborações teóricas que permitiram

⁸⁰ Ver mais em página 96 do presente trabalho.

a irreversível vitória final sobre o regime de Salazar e o colonialismo português; e que, ao fim e ao cabo, possibilitou a Portugal o sair da sua grande noite com a então chamada Revolução dos Cravos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **A Favor de Marx**. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 1979
- AMIN, Samir. **O Eurocentrismo: Crítica de Uma Ideologia**. Lavrapalavra. São Paulo, 2021.
- ANDERSON, Perry. **Portugal e o Fim do Ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ANDRADE, Mário. **A Guerra do Povo na Guiné-Bissau (1975)**
- BALIBAR, Étienne. **A Filosofia de Marx**. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1995.
- BERNARDO, João (2003). **Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta**. Porto: Edições Afrontamento.
- BOXER, Charles R (1977). **Relações raciais no império colonial português 1415-1825**. Porto: Edições Afrontamento.
- CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora CODECRI. 1980
- CABRAL, Amílcar. **Guiné e Cabo Verde contra o colonialismo português**. 1961. Disponível em: <<https://www.marxists.org/subject/africa/cabral/1961/gcvpc.htm>> Acesso em: 20 abr. 2020
- CABRAL, Amílcar. **O desenvolvimento da luta**. 1968. Disponível em: <<https://www.marxists.org/subject/africa/cabral/1968/tds.htm>> Acesso em: 18 jun. 2020
- CABRAL, Amílcar. PAIGC: **Unidade e Luta**. Lisboa: Nova Aurora, 1974b.
- CABRAL, Amílcar. **Recenseamento Agrícola da Guiné**. Estimativa em 1953.
- CABRAL, Amílcar. **Acerca da Contribuição dos “povos” guineenses para a produção agrícola da Guiné**. 1954.
- CABRAL, Amílcar. **A Agricultura da Guiné**. 1959
- CABRAL, Amílcar. **Análise de Alguns Tipos de Resistência**. 1979.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de. **Por que a Revolução dos Cravos deixou de ser**

socialista. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 8, 2002. Entrevista concedida ao autor. Lisboa, 26 jun. 2001.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência.** São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 1.

CÉSAIRE, Aimée. **Discours sur la Négritude**, 1987

COMITINI, Carlos. **África Arde.** Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.

CUNHAL, Álvaro. **A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril. A Contra-revolução Confessa-se.** Lisboa: Avante edições. 1999.

DIAS, Luciana Bastos. **AMÍLCAR CABRAL E O MARXISMO: dos anos de Lisboa à liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948 - 1973)**

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Editora EDUFBA. 2008.

FANON, Frantz. **Sociología de Una Revolución.** México: Ediciones, 1976.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Lisboa: Editora Ulisseia. 1965.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana.** 1ª ed. Portuguesa. Lisboa: Editora terceiro mundo. 1969.

FANON, Frantz. **Alienação e Liberdade.** Escritos Psiquiátricos. Editora UBU. 2020. São Paulo.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo.** 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto (1953). **Um brasileiro em terras portuguesas.** Lisboa: Editora Livros do Brasil.

GILROY, Paul. **O atlântico negro.** São Paulo: Editora 34, 2001.

GRAMSCI, Antonio. v.2. **Os intelectuais. O princípio educativo.** Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRAMSCI, Antonio. v.3. **Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.** Editado por Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Indentidade: Raça e Classe nos Dias de Hoje.** São Paulo: Veneta, 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural.** 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HERNANDEZ, Leila L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** 4ª

ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. 2016. Editora Companhia de Bolso.

LENIN, Wladimir. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2005.

LENIN, Wladimir. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, Wladimir. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América (1915)**. <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1915/agricultura/cap05.htm>

LOPES SOARES CASSAMA, Daniel Júlio. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. Araraquara – SP. 2014.

MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel (org). **Revolução Africana**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. O capital. **A crítica da economia política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Editora Boitempo. 2009.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Crítica do programa de gotha**. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte (2011)**

MENESES, Filipe Ribeiro (2011). **Salazar: biografia definitiva**. São Paulo: Leya, 2011.

MOREIRA, Adriano (1960). **Problemas sociais de ultramar**. Lisboa: Agência Central do Ultramar.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. 1ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NERVO CODATO, Adriano e MONSEFF PERISSINOTTO, Renato. **O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx**.1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez editora, 1992.

N'KRUMAH, Kwame. **A Luta de Classes na África**.

N'KRUMAH, Kwame. Neocolonialismo. **Último Estágio do Imperialismo**. Rio de

Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

NOGUEIRA, Franco (1987). **Um político confessa-se**. 3ª ed., Porto: Editora Civilização.

OLIVEIRA, Mário de (1999). **Fátima nunca mais**. Porto: Campo das Letras.

PINTO, António Costa (1989). **O salazarismo e o fascismo europeu**. In:

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Salazar e o salazarismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Campinas, SP: Ed. Unicamp. 2019.

RAMPINELLI, Waldir José (2004). **As duas faces da moeda**: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC.

RAMPINELLI, Waldir. **Fátima, o Salazarismo e o Colonialismo**. Lutas Sociais, São Paulo, SP. 2011.

RAMPINELLI, Waldir José. **Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.119-132, jan./jun. 2014.

RAMPINELLI, Waldir. **As contribuições teóricas do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre ao colonialismo português** (2017).

RODNEY, Walter. **Como a Europa Subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (1989). **Salazar e o salazarismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

SALAZAR, António de Oliveira (1959). **Discursos**. Coimbra: Coimbra Editora.vol. I.

SALAZAR, António de Oliveira (1959). **Discursos**. Coimbra: Coimbra Editora, vol. III.

SANTOS, Pedro Manuel. In: *Portugal e a NATO. A Política colonial do Estado Novo e os Aliados (1961-1968)*. Relações Internacionais n.21, Lisboa. Mar. 2009.

SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos e a Crise do Império Colonial Português**. São Paulo: Alameda editora. 2004.

SILVA, A. E. Duarte. **Salazar e a política colonial do Estado Novo**: o Acto colonial (1930-1951). In: ROSAS, Fernando & BRITO J. M. Brandão. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves (1936). **Obras Pastorais**. Lisboa: União Gráfica, 7 volumes.

MAGALHÃES, José Calvet de (1999). **Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal**. São Paulo: Editora Paz e Terra.

MATOS, Luís Salgado (1999). Cerejeira. **Dicionário de História de Portugal, Porto**: Livraria Figueirinhas.

MATOSSO, José (org.). (1994). **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores.
MBEMBE, Achille.

OLIVEIRA, Mário Padre (1999). **Fátima nunca mais**. Porto: Campo das Letras.

PEREIRA, Carlos Santos (2000). **Fátima na cruzada do século**. *História*, Lisboa, n. 29.

ROSAS, Fernando (org.). (1998). **Portugal e a Guerra Civil de Espanha**. Lisboa: Edições Colibri.

SARAIVA, José Hermano (1999). **História concisa de Portugal**. 20 ed. Lisboa: Publicações Europa-América.

TORGAL, Luís Filipe (2002). **As “aparições de Fátima”**: imagens e representações. Lisboa: Temas e Debates.

TSÉ-TUNG, Mao. **Sobre a Prática e a Contradição**. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2007.

VICENTE, António Pedro. **O cerco à embaixada da República espanhola em Lisboa (maio a outubro de 1936)**. In: ROSAS, Fernando (org.). (1998). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Colibri

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. São Paulo, 2013

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOLF, R. Eric. **Antropologia e Poder**. Editora UnB. São Paulo. 2003.

A Carta Chinesa: **A Grande Batalha Ideológica que o Brasil não viu**, 2003, Terra Editora.

Sites

Huey Newton fala ao The Movement sobre o Partido Pantera Negra, nacionalismo cultural, SNCC, liberais e revolucionários brancos. Disponível em:
<https://autonomistablog.wordpress.com/2016/11/08/huey-newton-fala-ao-the-movement-sobre-o-partido-pantera-negra-nacionalismo-cultural-sncc-liberais-e-revolucionarios-brancos/>

Mensagem de Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, por ocasião do 3 de Agosto [massacre de Pidjiguiti]. 1971. Disponível em:
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04602.075#!2>

Texto, a partir de gravação, de intervenção de Amílcar Cabral, no Seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, intitulada «Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas». Realidade geográfica, económica, social, cultural e política da Guiné. 1969. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.002.007#!3>

Solicita informações sobre o trabalho desenvolvido com os militantes que permaneceram na China após a visita da delegação do PAI a Pequim [preparativos para a formação de quadros do PAIGC na Academia Militar de Nanquim]. 1960. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07066.091.032>

Declaração de Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, à Agência Chine Nouvelle, sobre a importância da visita do Presidente da República Popular da China, Chou En Lai, a alguns países africanos. 1964. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07064.058.012#!1>

Lista dos combatentes do PAIGC que tiveram formação militar na URSS (Artilharia). 1970. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07069.108.006#!1>

Material chegado da URSS no barco Kardla (armamento). Inventário do material com data de 24 de Agosto de 1967. Camiões Gaz 66, metralhadoras pesadas, canhões sem recuo B-10, morteiros, balas, obuzes, miras telescópicas para espingardas. 1967. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07057.011.002#!2>

Regulamento de concessão de bolsas do Conselho de Estudantes da URSS. Formulário para o pedido de bolsa. s.d. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07057.011.019>

Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, com grupo de jovens combatentes que receberam treino militar na China [presumivelmente na Academia Militar de Nanquim]. 1961 - 1965. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05223.000.010>

Requisição assinada por Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, de material militar oriundo da URSS, China, Checoslováquia e Argélia (reserva do PAIGC em Conakry). 1963 - 1965. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07074.096.021>

Listagem com pedidos de armas e munições. Equipamentos. Medicamentos. Artigos de primeira necessidade. Ajuda financeira. **Destinatário:** Comandante Bakhti, Embaixador da Argélia na Guiné Conakry. 1966. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.045.097>

Solicita o apoio do presidente Ben Bella à participação do PAIGC na Conferência de Adis Abeba. **Destinatário:** Ahmed Ben Bella, Presidente da República da Argélia. 1963. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04621.113.028#!2>

V Conferência da OUA. **Destinatário:** Comité de Libertação Africana, Conferência da OUA. 1967. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.045.135>

Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, discursando no IX Congresso [ex-URSS]. 1966 - 1970. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05224.000.014>

XX Congresso do PCUS. **Francisco Martins Rodrigues.** 2006. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/2006/02/congresso.htm>

Declaração de Amílcar Cabral à Agência Chine Nouvelle, a propósito do assassinato de Patrice Lumumba, no Congo. 1961. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07064.058.009>

Apoio do PAIGC à declaração do governo chinês sobre o assassinato de Patrice Lumumba. 1961. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04609.054.015#!1>

Grupo de quadros do PAIGC recebidos por Mao Tse-Tung na República Popular da China, para iniciarem treino militar na Academia Militar de Nanquim: João Bernardo Vieira [Nino], Francisco Mendes, Constantino Teixeira, Pedro Ramos, Manuel Saturnino, Domingos Ramos, Rui Djassi, Osvaldo Vieira, Vitorino Costa e Hilário Gomes. 1961. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05222.000.180>

Teses para o II Congresso da Internacional Comunista. **Esboço Inicial das Teses Sobre as Questões Nacional e Colonial.** 1920. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/07/14.htm>

PAIGC. **O Apêndice do Programa PAIGC.** 1969. Disponível em:

<https://www.marxists.org/subject/africa/cabral/paigcpgm.htm>